

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários

Heitor Luique Ferreira de Oliveira

La Casa de la Belleza e a Sociedade da Fealdade:
A violência de gênero inventa novas maquiagens e o
Campo Discursivo de Ação Livro-Leitor a demaquila

Juiz de Fora

2024

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários

Heitor Luique Ferreira de Oliveira

La Casa de la Belleza e a Sociedade da Fealdade:
A violência de gênero inventa novas maquiagens e o
Campo Discursivo de Ação Livro-Leitor a demaquila

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Professora orientadora: Dr.^a Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves

Professora coorientadora: PhD María Eugenia Osorio Soto

Linha de Pesquisa (1): Literatura, Crítica e Cultura

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo autor

Ferreira de Oliveira, Heitor Luique.

La Casa de la Belleza e a Sociedade da Fealdade: A violência de gênero inventa novas maquiagens e o Campo Discursivo de Ação Livro-Leitor a demaquila / Heitor Luique Ferreira de Oliveira. -- 2024. 144 p.

Orientadora: Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves

Coorientadora: María Eugenia Osorio Soto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Literatura Latino-americana Contemporânea. 2. Melba Escobar. 3. Campo Discursivo de Ação. 4. Decolonialidade. 5. Contrabeleza. I. Rodrigues Gonçalves, Ana Beatriz, orient. II. Osorio Soto, María Eugenia, coorient. III. Título.

Heitor Luique Ferreira de Oliveira

La Casa de la Belleza e a Sociedade da Fealdade: A violência de gênero inventa novas maquiagens
o Campo Discursivo de Ação Livro-Leitor a demaquiã

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 3 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. María Eugenia Osorio Soto - Coorientadora
Universidade de Antioquia

Profa. Dra. Silvina Liliana Carrizo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Lucas Esperança da Costa
Faculdade Santa Marcelina

Prof. Me. Edison Arbey Mora
Universidade de Antioquia

Juiz de Fora, 20/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Silvina Liliana Carrizo, Professor(a)**, em 03/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Goncalves, Professor(a)**, em 03/10/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Esperança da Costa, Usuário Externo**, em 05/10/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edisson Arbey Mora, Usuário Externo**, em 05/10/2024, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **María Eugenia Osorio, Usuário Externo**, em 08/10/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1995241** e o código CRC **FCE03B62**.

À Beth *in memoriam*

Ao Iron e à Marta

AGRADECIMENTOS

Expresso gratidão ao meu núcleo familiar, sobretudo às mulheres que o constitui. Os entes aqui referidos saberão se reconhecer; ou seja: os poucos que são saberão quem são. Não por acaso serão os mesmos que chegarão a ler estes agradecimentos e, por ventura, o trabalho todo. Faço coincidir esta gratidão a uma meia dúzia de amigos, que quiçá quase nada saiba sobre o que pesquiso, e talvez por isso tenha sido melhor companhia no escasso contraturno da pesquisa. Finalmente, destaco três ou quatro companheiras(os) mestrandas(os) que abrandaram as angústias e resgataram uma fagulha coletiva num processo que precisaria ser menos solitário.

Nominalmente, começo pela minha orientadora professora Ana Beatriz, a qual me aceitou como último orientando às portas de sua merecida aposentadoria, a mesma que um dia hei de merecer, inseguro que hei de tê-la. Avanço agradecendo à minha coorientadora *profesora, con una sola S*, María Eugenia, na qual cheguei por ideia e obra de Ana Beatriz: que privilégio foi contar com duas investigadoras latino-americanas tão competentes e experimentadas! Em María Eugenia conheci a bicentenária *Universidad de Antioquia* antes mesmo de estar em Medellín. Em estando lá, o *profesor* Edison Mora me abriu portas não só acadêmicas, como também socioculturais; hoje, a Faculdade e a Cidade que vivi me habitam, como um tesouro, como um livro montanhoso, como caras memórias, e o *profesor* Edison segue sendo uma espécie de chave. Será orgulhoso e gratificante vê-lo na banca avaliadora ao lado da profe(s)sora Silvina Carrizo, maestra da Casa ainda que forânea – Mas quem é de dentro em Juiz de Fora? Com Silvina traça-se a linha entre a qualificação e a defesa, entre Buenos Aires e a Zona da Mata mineira, entre as décadas que separam a aluna e o aluno que fomos de uma mesma *profesora*. Estarei atento às críticas sobre as quais o trabalho se repousará e se perturbará, elas serão recebidas como aquela necessidade que ainda não foi detectada, tão pronto se converterão em um presente, em um lindo cacto, envolto por um laço de *matices* meio *porteño* e meio *paisa*. Termina a ode aos docentes com a *profesora* Paloma Piedad, que não podendo compor a banca, me agradeceu imensamente o convite perguntando se minha cachorra estava melhor. Sinto saudade de descer manhãs de quinta, caminhar saladas de frutas, respirar *tinto* sem açúcar e sentir o sabor da aula de Literatura Colombiana II.

Extraño a la Cordillera.

Neste parágrafo, oferto meu muito obrigado por quatro vezes: primeiro, às professoras do Departamento de Espanhol, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora

(UFJF) que me formaram um *lector* profícuo da referida *y hermosa* língua, a mesma que ditou os caminhos e a prosódia da minha pesquisa; segundo, aos outros componentes da banca avaliadora não mencionados, que serão suplentes ou complementares; terceiro, à agência de fomento CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fundação responsável pela subsistência dos meus estudos, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua não somente na expansão da pós-graduação em todo País, como também na consolidação, posto que a pesquisa pública qualificada segue sob constante ameaça; quarto, aos profissionais Daniele Molina e Paulo Victor, responsáveis pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFJF, com os quais eu me esclareci burocraticamente dez ou quinze vezes e sem os quais eu não teria dedicado esforços na direção correta.

Indefinitivamente, *doy gracias* ao que a vida não pôde me dar, tem sido prazeroso viver com o que restou. *Ahora, me toca a mí.*

“Branco e hétero: ainda duvidam que
eu seja o diabo?!” (Ret, 2019)

RESUMO

Esta dissertação lê a obra *La Casa de la Belleza* (2015), da colombiana Melba Escobar, com a lupa da violência de gênero e com a resposta da decolonialidade do gênero (Lugones, 2014). Ao fazê-lo, forja-se, do começo ao fim, o Campo Discursivo de Ação Livro-Leitor (a hipótese deste trabalho), o qual é uma extensão e uma recontextualização do conceito Campo Discursivo de Ação elaborado por Sonia Alvarez (2019), uma teoria dos estudos feministas que nasce totalmente da práxis e que promove a ideia de Campo em detrimento de Movimento, pois este último, grosso modo, traria em si problemáticas que precisam ser superadas. No campo discursivo de ação livro-leitor, em diálogo com Clément Rosset (1988) e Antoine Compagnon (2014), a literatura deixa de lado o seu suposto caráter representacional e anuncia-se como realidade, ou seja, ela não é uma narrativa que duplica o mundo, ela é também o mundo, ela é um fato social, um discurso como “qualquer outro”, ela é inerente ao *corpus social*. O campo discursivo de ação livro-leitor, valendo-se do jogo de *claroscuro* depreendido de *La Casa de la Belleza* e expandindo o mesmo, desvenda a organização social de gênero (Saffioti; Almeida, 1995) que engendra a violência de gênero e a normatiza; na medida em que empreende esta “descoberta”, o presente estudo dá nome aos bois, põe cada fato em seu lugar e conclui que vivemos na sociedade da fealdade, que não só finge ser bela, como tem ojeriza ao belo. Definitivamente, o belo será entendido com o suporte de Byung-Chul Han (2019) e suleará a esperança.

Palavras-chave: Literatura Latino-americana Contemporânea, Melba Escobar, Campo Discursivo de Ação, Decolonialidade, Contrabeleza.

RESUMEN

Esta tesis de maestría lee la obra *La Casa de la Belleza* (2015), de la colombiana Melba Escobar, con la lupa de la violencia de género y con la respuesta de la decolonialidad del género (Lugones, 2014). Al hacerlo, se forja, del principio al fin, el *Campo Discursivo de Acción Libro-Lector* (la hipótesis de este trabajo), el cual es una extensión y una recontextualización del concepto Campo Discursivo de Acción elaborado por Sonia Alvarez (2019), una teoría de los estudios feministas que nace totalmente de la praxis y que promueve la idea de Campo en lugar de Movimiento, pues este último, grosso modo, traería en sí problemáticas que necesitan ser superadas. En el campo discursivo de acción libro-lector, en diálogo con Clément Rosset (1988) y Antoine Compagnon (2014), la literatura deja de lado su supuesto carácter representacional y se anuncia como realidad, o sea, ella no es una narrativa que duplica el mundo, ella es también el mundo, ella es un hecho social, un discurso como “cualquier otro”, ella es inherente al *corpus social*. El campo discursivo de acción libro-lector, valiéndose del juego de *claroscuro* deprendido de *La Casa de la Belleza* y expandiendo el mismo, desvela la organización social de género (Saffioti; Almeida, 1995) que engendra la violencia de género y la normatiza; en la medida que emprende esta “descubierta”, el presente estudio nombra los sucesos, pone cada hecho en su lugar y concluye que vivimos en la sociedad de la fealdad, que no solo finge ser bella, como tiene aversión al bello. Definitivamente, el bello será entendido con el soporte de Byung-Chul Han (2019) y sureará la esperanza.

Palabras clave: Literatura Latinoamericana Contemporánea, Melba Escobar, Campo Discursivo de Acción, Decolonialidad, Contrabelleza.

SUMÁRIO

1 INTODUÇÃO	pág. 12
2 <i>ESTAR EN SU SALSA: A COLÔMBIA DE QUEM PÔDE SE SALVAR</i>	pág. 27
2.1 A mulher na Violência e nos conflitos armados	pág. 41
2.2 As artes e a Literatura na Violência e nos conflitos armados	pág. 45
3 ANÁLISE DE ASPECTOS DA OBRA. <i>OU: QUANDO COMEÇARÁ A MODA DA HARMONIZAÇÃO SOCIAL?</i>	pág. 50
3.1 Novos subsídios teóricos e a voz empírica	pág. 59
3.2 Organização <i>social</i> para quem?	pág. 63
3.3 Sexo <i>e/ou</i> gênero? Binarismos <i>versus</i> versatilidades: Conceitualizações e fazer literário	pág. 65
4 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENGENDRADA PELA ILUSÃO	pág. 80
4.1 A solução não se descobre: o campo discursivo de ação livro-leitor poderá ser antigênero	pág. 94
4.2. A revolução foi cooptada	pág. 107
4.3. Eu moro em <i>La Casa de la Belleza</i>	pág. 112
4.4. O demônio da realidade	pág. 116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	pág. 123
REFERÊNCIAS	pág. 134
ANEXO A – <i>Consentimiento informado para el registro de voz y video</i>	pág. 144

1 INTRODUÇÃO

Hablemos de violencia de genero: é o que diz o cartaz, ao lado do quadro branco, pegado na parede da sala 109, do bloco 12, da *Universidad de Antioquia*, em Medellín; pois bem, atenderei ao chamado. Ainda que a *Real Academia Española*, segundo as conjugações oferecidas em seu site oficial¹, sugira que *hablemos* seja uma flexão de primeira pessoa no plural do presente do subjuntivo, considera-se aqui uma manifestação do verbo *hablar* na primeira pessoa plural do modo imperativo, pois a oração na qual está posto o verbo é uma frase de ordem, de manifesto, é um convite decisivo e urgente para nós mesmos, para um movimento coletivo de visibilização da violência de gênero, uma visibilização ordenada que deverá ser levada a cabo em diferentes frentes, uma visibilização com natureza de combate. A frase que dá o arranque a esta dissertação não se repete aqui genericamente, ela se entranha com as digitais de quem colou a folha na referida parede, deslocando-se de um tempo e espaço específicos e ganhando nova corporalidade.

Por que falar de violência de gênero? Há várias motivações objetivas e subjetivas que me/nos levaria/m a possíveis respostas, no entanto: Por que *não* falar sobre violência de gênero? Neste exato momento, é muitíssimo provável que uma mulher esteja sendo violentada simplesmente por sua condição feminina: o machismo lagarto² não cessa, não sofre um segundo de interrupção. Portanto, se não há tempo para tomar um ar, este estudo se oferece como um fôlego mínimo e fluido, juntando-se a outros tantos trabalhos artísticos, acadêmicos e afins que versam sobre violência de gênero. Nunca –nunca!– será demasiado seguir discutindo e fazendo frente à violência de gênero, sempre será necessário realumiar, reunir esforços, corpos e frequência (nos dois sentidos de *ininterrupção* e de *vibração* como uma corrente multitudinária numa só direção) para que tal pauta se mantenha aberta já que ela própria não pretende se fechar, apenas se escamotear; então, falemos de violência de gênero e revelemos sua covardia. Falar sobre violência de gênero é o objetivo geral desta dissertação.

A violência de gênero aqui será abordada a partir de um lapso da literatura latino-americana contemporânea escrita por mulheres: o livro *La Casa de la Belleza* (2015), da colombiana Melba Escobar. A inserção da obra dentro da categoria latino-americana –e não somente colombiana– se dá pela percepção de uma série de autoras do nosso grande continente

¹ dle.rae.es/hablar (acessado em 06 de outubro de 2023)

² Do espanhol, como adjetivo: pícaro, dissimulado, sorrateiro.

com publicações afins, livros que têm a violência de gênero ou como fio condutor das histórias ou como pano de fundo ou como uma problemática social entre outras, mas sobretudo como ponto de contato entre si: *Vacaciones permanentes* (2010, Liliana Colanzi – Bolívia); *La sangre, el polvo, la nieve* (2010, Karina Pacheco – Peru); *Chicas muertas* (2014, Selva Almada – Argentina); *Temporada de huracanes* (2017, Fernanda Melchor – México); *Mulheres empilhadas* (2019, Patrícia Melo – Brasil); *Piñen* (2019, Daniele Catrileo – Chile); e *Mandíbula* (2022, Mónica Ojeda – Equador): para rapidamente citar outros sete, de diferentes países, que, juntos ao *La Casa de la Belleza* (2015, Melba Escobar – Colômbia), podem conformar um grupo, um indício do atual momento da literatura latino-americana escrita por mulheres. Em agosto de 2017, o jornal *El País* publicou um artigo intitulado “O outro boom latino-americano é feminino”³: é o que parece, primordialmente porque “elas têm muito mais o que falar, pela simples razão que ainda não disseram” (Iolanda Batallé – editora; tradução nossa)⁴ ou não foram escutadas.

Meio século⁵ e muitas lutas depois, seriam as mulheres quem estariam ditando as letras latino-americanas: é o que elas tentam, oficial e formalmente, ao menos, desde 1987, quando empreitaram com muita coragem, em Santiago de Chile ainda sob o violento regime do ditador Augusto Pinochet, o *Primeiro Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-americana*, que “convocou múltiplas vozes em torno a perguntas sobre a especificidade e a diferença da *escritura-mulher*.” (Richard, 1993, p. 127). Ao menos, se as mulheres, agora, ainda não estão ditando as letras latino-americanas, supõe-se que estão compartilhando espaço com os homens, começando a gozar do respeito que sempre lhes faltou e que, talvez, ainda engatinhe: “Que pareça que exista uma onda não deve nos impedir de ver que na realidade falta muito mais caminho por andar. O trabalho das mulheres se publica, se resenha e se traduz ainda muitíssimo menos que dos homens”, disse a escritora mexicana, de 41 anos, Laia Jufresa. A violência de gênero se maquia e circula sem diferença por todos os segmentos profissionais e camadas sociais, tal qual uma praga com garras, que até pode sair, mas deixará suas marcas.

³ elpais.com/cultura/2017/08/13/actualidad/1502641791_807871.html (publicado em 14 de agosto de 2017 / acessado em 09 de outubro de 2023): as citações de Iolanda Batallé, Laia Jufresa e Paulina Flores foram aproveitadas da reportagem.

⁴ Todas as traduções –do espanhol para o português– serão de autoria própria. A partir daqui, todas as citações originalmente em espanhol serão trasladadas ao português sabendo-se que se trata de uma “tradução nossa”.

⁵ Meio século em relação ao primeiro *Boom latino-americano*: fenômeno literário, editorial, cultural e social que contou, sobretudo, com quatro referentes, quatro escritores, todos eles homens: Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Carlos Fuentes e Gabriel García Márquez. O movimento teve seu auge em 1967 (exatos 50 anos antes do artigo aqui apresentado do jornal *El País*), quando foi publicado *Cem Anos de Solidão* e quando ganhou o Nobel de Literatura o guatemalteco Miguel Ángel Asturias.

O trabalho há pouco começado não está sugerindo que todas as escritoras contemporâneas que se lançam ao vasto mundo literário estejam criando histórias/histórias atravessadas, em maior ou menor grau, pela violência de gênero ou por temáticas de “respostas femininas”; o recorte feito com a lupa da violência de gênero que, sim, é um interesse do presente estudo, que escolheu se dedicar para tal, e que começará e terminará suas contribuições apenas em *La Casa de la Belleza*, que está apto para receber a lupa da violência de gênero como um filtro. Contudo, certamente, as escritoras contemporâneas estão criando literaturas díspares, que nem sempre serão leituras que se acomodam ao uso da lupa da violência de gênero, literaturas com os mais variados enredos e temas, com louváveis riquezas e novidades, é o que confirma a escritora chilena Paulina Flores (35 anos):

O fato de que o patriarcado tenha nos relegado tanto à vida privada, nos entregou certas faculdades narrativas que hoje parecem quase inatas. Porém tenho a segurança de que a visão de uma escritora dá para muito. Com isso quero dizer: não se deve cair no clichê de que só escrevemos sobre a intimidade, como se só pudéssemos escrever diários de vida.

e Laia Jufresa complementa:

Eu não trabalho por temática. Meu interesse é contar histórias e construir personagens —e narradores— que sejam humanos verossímeis, sem importar seu gênero. Segue sendo muito comum a noção absurda de que a visão de um *autor* é humana e a visão de uma *autora* é feminina. O que sim noto é que —generalizando— as mulheres somos melhores adotando vozes de homens que vice-versa. Tampouco é algum mistério: crescemos lendo vozes masculinas.

Apesar da escrita das mulheres latino-americanas transcender em forma e conteúdo, em significante e significado, e não se limitar a um hipotético segmento feminino, vale refletir que propor uma neutralização de gênero-sexo da escrita é em si uma questão problemática e “muito suspeita: igual quando alguém diz que não faz política, que não é de direita nem de esquerda: todo mundo compreende que é de direita”, disse Lyotard (1977 apud Richard, 1993, p. 131), ao qual ecoou e complementou Nelly Richard (1993, p. 131): “dizer que a linguagem e a escritura são indiferentes à diferença de gênero-sexo reforça o poder estabelecido ao seguir encobrendo as técnicas mediante às quais a masculinidade hegemônica disfarça com *o neutro* —o impessoal—, sua mania de personalizar o universal”. Pensar no gênero-sexo da escrita pode ser pensar numa *textualização do corpo feminino* (Martínez, 1999, p. 6-7): “A mulher se autodefine como sujeito textual e conta sua história, independentemente da que lhe haviam inventado os homens”; e *sua história* não é necessariamente uma ideia autobiográfica, em verdade, a mulher assume uma voz de narradora para contar *histórias*, sejam elas epopeicas, cômicas, policiais, fantásticas ou

dramáticas. *Sua história* é escrever, narrar e contar quaisquer histórias a partir de sua subjetividade incontornável.

O tema da condição feminina inclui o da prática textual. Desde a nova perspectiva [...], as escritoras latino-americanas desconstruem a poética convencional do patriarcado enquanto codificam sua própria ideologia da escritura. O discurso feminino latino-americano de hoje constitui também uma forma singular de metalinguagem. (Martínez, 1999, p. 8)

O artigo jornalístico exposto acima, conforme visto, data de agosto de 2017 e discorre sobre o protagonismo feminino na atual literatura latino-americana. Apenas três meses depois!, na Colômbia, cerca de cinquenta escritoras do País firmaram um abaixo-assinado⁶, no qual manifestaram profunda indignação pela sistemática invisibilização das mulheres poetizas, contistas, romancistas, artistas da palavra, que invariavelmente são repelidas a um segundo plano na literatura colombiana, as quais encontraram o ápice do desprezo quando foram excluídas das comemorações do ano Colômbia-França (uma festividade de carácter diplomático e intercultural). E como se deu tal exclusão? Qual foi a gota d'água? Vejamos: Pretendendo valorizar a literatura feita na Colômbia, o Ministério da Cultura do País anunciou uma delegação de dez escritores que o representariam em Paris, em um evento celebrado na luxuosa e tradicional *Bibliothèque de l' Arsenal*; acontece que a dezena de escritores estava composta estritamente por homens. Reitera-se: não havia uma mulher que fosse. Para piorar, a lista foi elaborada de forma arbitrária, sem clareza de critérios literários e sem nenhuma transparência; não houve nada próximo a um edital ou a uma convocatória aberta. A misoginia no/do feito é autoexplicativa. A violência de gênero nem sempre se maquia, mas invariavelmente circula sem diferença e, às vezes, sem nenhum pudor por todos os segmentos profissionais e camadas sociais, tal qual uma praga com garras, que, de quando em quando, além de se reproduzir, também afia suas garras.

Entre as escritoras que firmaram o abaixo-assinado, pode-se encontrar o nome de Melba Escobar, que naquele momento “comemorava” dois anos do lançamento de *La Casa de la Belleza*, obra que aqui será escarafunchada e examinada, percorrida e não perfurada (Barthes, 2004, p. 63), sem juízos de valor e desvelamentos inconsequentes, ou seja, a dimensão da arte no livro será preservada: “Ao reduzir a obra de arte a seu conteúdo para logo interpretar *aquilo*, domesticamos a obra de arte”, reflete Susan Sontag em seu ensaio *Contra a interpretação* (1984, p. 20) e complementa: “a interpretação é mais frequente na literatura que em qualquer

⁶ <https://www.semana.com/noticias/articulo/mujeres-escritoras-colombianas-protestan-discriminacion-politica/66572/> (publicado em 08 de novembro de 2017 / acessado em 08 de novembro de 2023)

outra arte”: no referido ensaio, a pensadora entende por *interpretação* a sanha de dissecar a arte; no caso da literatura, seria o propósito de produzir a leitura mais correta, o empenho inútil de decifrar a escrita em análise (Barthes, 2004, p. 63), a presunção de entrar na cabeça dos autores e o contrassenso de desnudar “todo” um livro: “Há décadas que os críticos literários creem que seu labor consiste em traduzir em *algo mais* os elementos do poema, do drama, do romance ou da narração” (Sontag, 1984, p. 20): uma vaidade que termina por ferir o erotismo inerente à arte e por frustrar –ou enganar– o crítico que confere sucesso à sua própria tarefa, pois na arte sempre resistirá uma subjetividade intraduzível.

Assim sendo, não haverá nesta pesquisa construções como: “com isso Melba Escobar quis dizer...”, “em lida passagem, a autora revela...”; é a violência de gênero como um fato social que guiará nossa leitura, a qual será mais objetiva e “menos entrelinhas”. Respeitar-se-á o livro como expressão autônoma que depende do leitor para criar “apenas” um espaço de interlocução, e não de interpretação; um leitor que entra no livro para sair: para este fim recorrer-se-á, principalmente, aos *campos discursivos de ação*, conceito de Sonia Alvarez (2019) que será indispensável ao trabalho, uma teoria que tenta entender os diferentes lugares onde se formam discursos feministas e como eles se movem, sejam em coletivos formalizados ou em mulheres sem filiação, sejam em espaços acadêmicos ou no seio do povo, sejam em livros ou em notícias televisionadas, sejam em grupos interseccionais ou em qualquer ser humano autônomo e sensato que contribua para desestabilizar o *status quo* da *organização social de gênero* (Saffioti; Almeida, 1995). O feminismo, segundo Alvarez (2019), deve ser buscado para além das atrizes sociais e dos lugares aos quais convencionalmente são associados a ele –este é um objetivo específico deste trabalho–, e deve ser analisado em processo, em intrincadas redes polifônicas, enquanto se impulsiona e se reconfigura: *La Casa de la Belleza* é partícipe dessa impulsão e dessa reconfiguração, bem como este trabalho que lê *La Casa de la Belleza* e imprime novos estímulos, bem como quem o lê: e nessa infindável cadeia polissêmica se urdem os *campos discursivos de ação*. Soma-se a este conceito um outro muito valioso: “A morte do autor” (Barthes, 2004), pois também prestigia a figura do leitor, reconhecendo nele “o ser total da escrita: um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até o presente, é o leitor” (Barthes, 2004, p. 64).

A análise em iniciação valer-se-á da escrita fluida e discreta empregada em *La Casa de la Belleza*, que mostra afinidade com a atuação profissional de Melba Escobar, considerada melhor colunista do jornal *El País* em 2013, mesmo sendo formada “apenas” em Literatura. No entanto, é preciso destacar que seu trabalho de conclusão de curso fez dialogar literatura e jornalismo, área esta na qual atua até hoje. *La Casa de la Belleza* é embebido de descrições verossímeis, de fatos que se confundem com acontecimentos citadinos e que se apresentam com um caráter jornalístico, às vezes em termos explícitos: jornal impresso, noticiário radiofônico e telejornal surgem em cenas do livro. O processo literário privilegia a mensagem e a transparência dos ocorridos, e a forma goza da capacidade de “neutralizar” o conteúdo, pois com as mesmas ferramentas narrativas se descreve um apartamento ou um feminicídio, um restaurante ou um estupro, uma roupa ou um olhar invasivo; ao se forjar uma zona de equivalência entre essas *coisas*, “banaliza-se” a violência de gênero e, por efeito, cria-se uma metáfora da sociedade machista, cria-se a *sociedade da fealdade*, que acomodada na recorrência, não só tolera extensamente as feias e cotidianas violências de gênero, como as ignora e as assimila com um cenário da vida mesma –um cenário alheio ao belo–, naturalizando-as sobremaneira, a ponto da violência de gênero deixar de ser um fato e chegar a ser uma ambientação: e é exatamente isso o que pode ser visto em *La Casa de la Belleza*, ou, então, ao contrário: é exatamente isso o que *não* é visto em *La Casa de la Belleza*, pois, “no menor descuido”, a trama pode levar o leitor a uma zona de inércia, a mesma que frequentamos “na vida real” quando não reagimos às violências de gênero que nos avizinham, sutilmente incessáveis, podendo ser, em regulares ocasiões, relativizadas.

Talvez seja tarde quando o leitor –ou o cidadão– perceba que a obra de Melba Escobar se trata de uma leitura para ser feita em alerta; ou, efetivamente, se trata de um convite para que vivamos em alerta, pois não podemos estar relapsos na sociedade da fealdade, crendo-nos num mundo formoso; é preciso dar nome aos bois: “A palavra é o que é [...]. Do que chamar [...] um torcedor que grita ‘macaco’ para o jogador adversário? É demasiado chama-lo de racista? [...] Quem briga no trânsito e grita que ‘só podia ser uma mulher mesmo’ é o quê? Reles machista ou porco misógino?” (Kfourri, 2024)⁷ Então, como chamar a sociedade [a latino-americana] mais feminicida do mundo? (Reina; Centenera; Torrado, 2018) Como? Bonita? Por esta ótica,

⁷ www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/juca-kfourri/2024/03/29/a-palavra-e-o-que-e.html (publicado em 29 de março de 2024 / acessado em 03 de abril de 2024)

como encontrar beleza em nossa América Latina? Segundo o Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, *feio* é

[enquanto adjetivo:] 1- De aspecto desagradável [...]. 2- Que vai contra a moral ou a justiça; desonesto, indigno, torpe. 3- Muito incômodo ou molesto; complicado, difícil, ruim. 4- Extremamente preocupante; que pode trazer consequências funestas; grave, penoso [...]. 5- Que está encoberto ou nublado (diz-se de tempo); chuvoso, fechado, ventoso [...]. [Enquanto substantivo masculino:] 3- Atitude ou comportamento abominável. [Enquanto advérbio:] 1- De maneira constrangedora, vergonhosa. 2- Com gravidade; de modo preocupante; seriamente.⁸

A sociedade da fealdade, esta mais feminicida do mundo que somos nós, é desagradável no seu aspecto e nas suas realizações machistas; ela vai contra a moral e a justiça, é desonesta, indigna e torpe; molesta sobremaneira e provoca consequências trágicas, literalmente funestas; tem atitudes abomináveis, constrangedoras e as exerce de modo preocupante, pois as faz “como se tudo bem”; ou seja, vejamos só, a sociedade da fealdade está encoberta!, pois finge-se agradável, ética, digna, razoável, cívica, amistosa e familiar. A sociedade da fealdade é como quem olha um céu repleto de nuvens acinzentadas, nuvens em tom grafite, mas sorri beatamente e agradece pelo céu de brigadeiro, pelo dia azul, azulzinho. “Esta recusa do real pode, naturalmente, tomar formas muito variadas. A realidade pode ser recusada radicalmente, considerada pura e simplesmente como não-ser” (Rosset, 1988, p. 12). A sociedade da fealdade seria como a Fera diante do espelho alegrando-se de contemplar-se a Bela.

Saffioti e Almeida (1995) apontam “que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não só por homens, mas também por mulheres”⁹: *La Casa de la Belleza* corrobora esse entendimento, são muitas as personagens femininas que interferem na estória, que dão vozes a mesma e que, entre outras coisas, munem seu próprio inimigo, fomentando sua natureza matreira e camaleônica, e mantende-o protegido: tal aspecto é muito bem acondicionado na trama, é o fio (in)visível que costura a narrativa. A estória e suas tensões avançam num *claroscuro*¹⁰ –“Karen terminou dormida. Um raio de sol lhe partia a cara deixando um lado luminoso e o outro na penumbra”

⁸ <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=feio>

⁹ Passagem sem página pois retirada da seção *Apresentação*, a qual ainda não contava com numeração na edição consultada.

¹⁰ *Claroscuro*: palavra justaposta do espanhol (claro + escuro) que significa, entre outras coisas, 3. *s.m. Conjunto de traços contraditórios de uma pessoa, de uma situação ou de uma coisa* (disponível em <https://dle.rae.es/claroscuro> – acessado em 16 de novembro de 2023). Um conceito original das artes-visuais que consiste em uma técnica, de nome intuitivo, empregada no desenho e na pintura a fim de gerar contraste e, portanto, ressaltar certos elementos da obra em desenvolvimento (Porto; Merino, 2021: disponível em <https://definicion.de/claroscuro/> – acessado em 17 de novembro de 2023). Este conceito receberá maior atenção no capítulo três da presente dissertação.

(Escobar, 2015, p. 264)–, num contraste entre luzes e sombras que desenha a organização social de gênero¹¹: ora tão patente, ora oculta; ora tão ríspida, ora esquiva; ora tão óbvia, ora carente de explicações meticulosas. *La Casa de la Belleza* é o empirismo da organização social de gênero, que tem por pedra fundamental a violência de gênero com suas facetas ora tão atroz, ora disfarçadas de carinho. O livro, jogando com essas contradições e concretizado no leitor, protesta para que a violência de gênero seja entendida conforme ela é: uma sucessão de ações –menos ou mais conscientes– que se aperfeiçoa e que delimita o perfil de sua vítima. Faz-se urgente sacar a capa da trivialidade e devolver à violência de gênero seu caráter agressivo, que é propositivo e intencional, ao contrário de involuntário e orgânico; só assim, eventualmente, voltaremos a nos espantar.

É preciso repetir: A América Latina segue sendo a região mais feminicida do mundo (Reina; Centenera; Torrado, 2018), é o que temos registrado. Em nenhuma outra zona do globo terrestre é tão perigoso ser mulher como por aqui, e 2019 é uma “boa” ilustração disso: dez dos vinte países latino-americanos sepultaram mais de cem mulheres vítimas da sistemática violência de gênero (Moscatiello, 2020). Nesta triste lista consta a Colômbia em terceiro lugar, país em que se origina *La Casa de la Belleza* e onde se desenvolve sua estória; no entanto, a obra não se limita a seu *tópos* e tem sim a propensão de romper divisas, de refletir realidades que acoçam todos os países latino-americanos – sua capacidade representativa interessa a este trabalho, por isto, em alguns momentos da dissertação, ver-se-ão comparações e reflexões entre Brasil e Colômbia, por exemplo, sem a necessidade de explicitar que o paralelo está sendo traçado entre dois países diferentes, a fim, também, de borrar fronteiras.

Leila Bijos (2004, p. 113) entende que a violência de gênero se encontra sob tutela do Estado ou, em uma interpretação aqui proposta, que a insegurança permitida pelo Estado se trata de uma incapacidade funcional. Em *La Casa de la Belleza* pode-se detectar que a “omissão” do Estado, entre outras consequências, produz uma forte sensação de impotência nas individualidades femininas envolvidas nos sucessivos casos de violência de gênero, terminando por fragmentar e diluir uma resistência que deveria ser coletiva e decolonial, até mesmo, amparada pelo Estado; em outras palavras, a omissão do Estado sugere-se uma ação planejada.

¹¹ “contraste entre luzes e sombras que desenha a organização social de gênero”, mas também desenha a sociedade da fealdade, conceito o qual já foi adiantado ou pincelado, contudo, evoluirá ao longo do trabalho, ganhará mais substância; conceito que tem pontos de contato com a organização social de gênero, porém se descola dele, buscando atualizações e ressignificações, definitivamente, forjando nuances próprios.

O Estado seria, então, a matriz da colonialidade e do poder ocidental, antagônico ao campo feminista decolonial (Cadahia, 2020).¹²

A violência de gênero é um afluente da organização social de gênero, conforme o Rio Madeira que desagua e corre disfarçado no Rio Amazonas, aumentando exponencialmente o volume e a força da torrente do segundo, mas passando a ter seu próprio nome apagado. A única diferença é o que o fenômeno natural é belíssimo; talvez nisso a metáfora tenha pecado. Se sua tendência é apagar-se para manifestar-se, a resposta à violência de gênero é trazê-la à superfície, inscrevê-la, registrá-la na sua crueza, expô-la em qualquer oportunidade temporal e textual: *La Casa de la Belleza* aproveita sua oportunidade e cumpre a missão; uma missão que não é sua, pois nada precede a literatura: a arte não tem nenhum compromisso além de consigo mesma. No entanto, é a lupa da violência de gênero e a intervenção do leitor que nos leva a entender a obra de Melba Escobar como uma força a mais no enfrentamento à mesma violência. Mais do que somente *La Casa de la Belleza*, é provável que a literatura latino-americana contemporânea escrita por mulheres esteja sendo parte importante neste processo combativo: a circulação dessa literatura faz com que os livros conversem com os seus leitores: atores de resistência, mulheres ativistas e todos os sujeitos críticos que tentam combalir minimamente as estruturas do cis-tema¹³. Acredita-se que as obras, dialogando nos *campos discursivos de ação* (Alvarez, 2019), a partir do *nascimento do leitor* (Barthes, 2004), superam um papel de ilustração ou mero registro e se inserem no corpus social, fazendo com que suas histórias ganhem uma essência de histórias. Por ventura, as tramas literárias suplantam sua condição, primeiro, de ficção e, segundo, de interfaces entre o real e o não real, para realmente se *realizarem*, para se inserirem na resistência coletiva e passarem a ser um elemento mais de imunidade contra a violência de gênero: é isso que se pretende compreender neste estudo, a partir do livro de Melba Escobar, com o auxílio de teóricos já citados e outros que se descobrirão; ou seja: entender o encontro livro-leitor como *um “campo discursivo de ação”* é a hipótese que se defenderá nesta dissertação.

La Casa de la Belleza, além de título do primeiro *thriller*¹⁴ de Melba Escobar, é o nome do espaço estético (seis estrelas) a partir do qual se desenvolve a trama. A história conta com

¹² www.youtube.com/watch?v=lCOxrh5xhH0 (a partir de 28 minutos e 02 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”*, dirigido por Luciana Cadahia. *Sessão 3* (publicado em 14 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 29 de março de 2024)

¹³ Referência ao enredo 2025 da escola de samba Paraíso do Tuiuti: <https://carnavalesco.com.br/confira-a-sinopse-do-enredo-do-paraíso-do-tuiuti-para-o-carnaval-2025/> (publicado em 14 de maio de 2024 / acessado em 08 de novembro de 2024)

¹⁴ Narrativa de intriga e suspense.

duplo protagonismo: Karen e Claire, sendo a primeira esteticista e a segunda cliente deste salão incursionado por mulheres do mais alto estrato socioeconômico bogotano. Ditas personagens constroem uma relação amistosa e paradoxal que motiva e alinhava o enredo. Apesar do foco em ambas, o romance conta com inúmeras figuras femininas, potentes máquinas de narrar, responsáveis por nutrirem toda a obra, que é, senão, uma reunião de relatos que se atravessam em alguma medida, tendo Karen como intermediadora e Claire como compiladora. A obra, originalmente de 2015, está na sua sexta edição, contabilizando trinta mil exemplares vendidos, aproximadamente. O livro já foi traduzido para dezoito línguas e distribuído para vinte e cinco países diferentes, e está prestes a ser publicado no Brasil, de quebra, chegará a seu décimo nono idioma, conforme a própria Melba Escobar (2023) me relatou via e-mail: “Você sabe que sairá no Brasil *La Casa de la Belleza*, em 2024? [...] Magnífico será ter você como aliado na difusão do romance! Lhe contarei [mais detalhes do lançamento] tão pronto eu tenha mais informações. Feliz regresso a casa e um estupendo 2024”.

Fatalmente será gratificante poder ajudar, um pouquinho que for, na propagação desse livro, que apesar de já contar com a boa recepção do público e com significativa repercussão da imprensa, ainda tem baixa atenção da crítica “especializada”: é mais provável que eu esteja influenciado pela super estimulada noção de tempo do século XXI e esteja sendo apressado na minha análise, posto que o amadurecimento de uma obra pode levar anos e mais anos, ou seja, é esperada –e até mesmo indicada– a demora para que uma produção artística chegue a ser objeto de interesse de um campo do conhecimento, sobretudo em se tratando de literatura. Quatro trabalhos de relevância foram encontrados, com pouca ou quase nenhuma divergência entre eles, todos, cada um a seu modo, refletem *La Casa de la Belleza* a partir da violência de gênero; os quais são, em ordem cronológica: (I) “Corpos mutilados em *La Casa de la Belleza*: uma leitura crítica da Colômbia como território de violência e beleza” (Reindert Dhondt, 2020); (II) “A agência interpessoal frente ao fracasso da intersubjetividade em *La Casa de la Belleza* de Melba Escobar” (Luz Bibiana Fuentes, 2021); (III) “Literatura de crimes feminina e feminista na Colômbia: corpo de mulher, misoginia e patriarcado através de Laura Restrepo e Melba Escobar” (María del Mar Delgado Ricci, 2021); (IV) e, por último, o mais conciso, (IV) “A violência de gênero em *La Casa de la Belleza* de Melba Escobar” (Melinda Peacock, 2022).

Vale destacar que os quatro artigos são de autores vinculados a unidades de ensino superior não latino-americanas, respectivamente: Holanda, Estados Unidos, Estados Unidos novamente e Espanha. Não estou seguro que este seja um fator relevante, mas inevitavelmente

surgem indagações: Primeiro, é possível supor um baixo interesse local com algumas literaturas autóctones em vigor? Segundo, o fato de existir profissionais interessados na literatura latino-americana contemporânea dentro de universidades de tais nacionalidades seria uma espécie de *mea culpa* institucionalizada – um cuidado científico que tentaria compensar (neo)colonialismos? Ou não diz nada nem de uma coisa nem de outra, mas sim sobre a diluição das fronteiras acadêmicas? As duas últimas e mais importantes questões para os objetivos aqui propostos vêm agora: Os literatos se dedicam à *La Casa de la Belleza* ou à violência de gênero? Há uma coletividade literária –ou acadêmica– a fim de discutir a violência de gênero que não deixará passar uma só oportunidade para levar a cabo o debate?

Contar-se-á, essencialmente, com os estudos de Reindert Dhondt (2020) e Luz Bibiana Fuentes (2021), que levam consigo provocações e conceitos oportunos para as reflexões que virão e que possuem, entre si, espaços de interação involuntários, porém evidentes, por exemplo quando Dhondt (2020, p. 76) fala que *La Casa de la Belleza* “vai além de uma explicação meramente ideológica (a violência sistêmica que procede do patriarcado ou do neoliberalismo) ao se concentrar na dimensão emocional [...] de uma violência objetiva”, em outros termos, *La Casa de la Belleza* se concentra nas causas e consequências íntimas de uma violência cotidiana, praticada por uma “pessoa isolada” e sofrida por outra “pessoa isolada”, porém ambas estão postas dentro de uma sociedade que não só as rodeia, mas as atinge e as transforma, uma sociedade que objetifica sentimentos e indivíduos, inclusive do/o violentador, o qual, muitas das vezes, é instrumento de prática da violência a fim de manter a intersecção social (classe, gênero e cor) da vítima –alvo de violência– subjugada a outras intersecções sociais mais privilegiadas: é neste ponto de contato que a violência “isolada” deixa de ser micro apenas e passa a ser macro também. Ao objetificar sentimentos e indivíduos, essa sociedade está *alienando a subjetividade*, tópico de interesse de Fuentes (2021), logo, um entroncamento entre esta e Dhondt (2020). A subjetividade alienada, por incrível que pareça –mas nem tanto–, também pode ser a masculina, pois se baseia numa crença de superioridade infundada e, quando menos crê, produz discursos que

se apoiam em um sexismo ambivalente [...], o qual se funda no afeto e na proteção para com a mulher tradicional, muitas das vezes disfarçado de cavalheirismo e decência. [...] No romance [de Melba Escobar], este sexismo benévolo tem consequências nefastas para a saúde mental da mulher, tais como a naturalização da submissão, a renúncia da agência individual, a auto alienação[!] e a depressão; determinando assim um ciclo vicioso de intimidação e obediência patológica. (Fuentes, 2021, p. 210)

Confio que Reindert Dhondt (2020) e Luz Bibiana Fuentes (2021) são capazes de indicar que esta dissertação está no caminho certo –se é que ele existe–, pois, com uma ou outra dissonância, somos leitores aparentados da obra literária em análise, logo, é preciso estabelecer diálogo com eles, que igualmente deixam lacunas. Estes três parágrafos quiseram desenvolver o *Estado da Arte*.

Por quatro vezes ao longo desta Introdução foi utilizada a palavra *contemporânea* para qualificar a literatura latino-americana de autoria feminina e/ou as próprias autoras, considera-se contemporâneas as referentes pois

pertencem verdadeiramente ao seu tempo, são verdadeiramente contemporâneas aquelas que não coincidem perfeitamente com este, nem estão adequadas às suas pretensões e são, portanto, nesse sentido, inatuais; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, elas são capazes, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (Agamben, 2009, p. 58)

O discurso de Giorgio Agamben estava impessoalizado, sem número e com gênero “neutralizado”; eu pluralizei e substituí o *-o* átono pela desinência *-a*, a fim de ser fiel aos substantivos em qualificação (*literatura latino-americana de autoria feminina e autoras*). Definitivamente, são contemporâneas tais obras listadas (na página 13) não só por datarem de 2010¹⁵ adiante –algo que sim foi uma busca proposital–, porém também porque são capazes de ler a realidade que as circundam com um refinamento antecipado, por não se reconhecerem na mesma e por não coincidirem plenamente com a época em vigor. Então, a partir de agora, assume-se esse desafio de fazer jus às autoras, sobretudo à Melba Escobar, de analisar contemporaneamente *La Casa de la Belleza*, de ser um leitor deslocado da e responsável com sua temporalidade. Daqui adiante, se acaso surgir o termo *contemporâneo* –ou qualquer flexão dele– já se sabe o que deve ser entendido por.

Conclui-se esta primeira parte, entendida como introdução e capítulo um, apresentando o que e como se discutirá nos capítulos dois, três e quatro desta dissertação, a fim de seguir com o contra-ataque à violência de gênero e de assimilar o *campo discursivo de ação* livro-leitor a partir de *La Casa de la Belleza* que, com seus atributos, incita o diálogo e faz o leitor superar sua condição primária e se converter em um interlocutor, um fim em si mesmo, mas também um meio.

¹⁵ Quando se comemorou 100 anos do Dia Internacional da Mulher. / “No período de 2001 a 2010, houve um crescimento de 10% no contingente de brasileiras que se considera feminista” (Martinez, 2019, p. 10).

No segundo capítulo, buscar-se-á mais um objetivo específico, uma contextualização regionalizada: levar-se-á a cabo um breve estudo sobre importantes eventos históricos da Colômbia nos séculos XX e XXI, com especial cuidado ao período da Violência (maiúscula) e dos conflitos armados –que deixou fortíssimas consequências, algumas ainda encobertas ou em descoberta–, etapas nas quais, a violência de gênero ganhou contornos horripilantes e foi levada a patamares talvez não experimentados em outros países latino-americanos. Nós, brasileiros, não temos a dimensão do que foi esse larguíssimo e sufocante período, sem o qual não se entende a Colômbia atual, e com qual se pode aprender a que extremos é capaz de chegar um intenso processo de polarização. Avançar-se-á gradualmente de fatos mais amplos até a literatura colombiana do mesmo período, enfim, chegando na contemporaneidade.

No terceiro, apresentar-se-á o deslocamento da protagonista Karen que chega à capital do País “em busca de uma vida melhor” –que raramente se concretiza e que com ela não haverá sido diferente– e explorar-se-á a “organização social de gênero” (Saffioti; Almeida, 1995), logo, a sociedade da fealdade, em e a partir de *La Casa de la Belleza*: outro objetivo específico. Isso se fará caminhando “rumo a um feminismo descolonial” (Lugones, 2014), passando pelos “Feminismos em Movimento, Feminismos em Protesto” (Alvarez, 2019) e chegando até “Feminismo e Literatura em Latino-América” (Martínez, 1999), consolidando o *marco teórico* deste estudo.

No quarto capítulo, centralizar-se-á na relação Karen-Claire atravessada por outras três mulheres da obra; neste íterim, serão aproveitados os artigos anteriormente citados de Dhondt (2020) e de Fuentes (2021), além do ensaio sobre o real e seu duplo de Clément Rosset (1988). Encaminhar-se-á a ideia que *La Casa de la Belleza* faz parte do corpus social, ocupa a luta contra organização social de gênero e é um discurso como outro qualquer, por consequência, a interlocução livro-leitor, recuperando a Compagnon (2014), propor-se-á como um novo campo discursivo de ação: a hipótese. Hipótese esta que avançará, passo a passo, desde a introdução, posto que em nenhum um momento o diálogo com e a partir do livro abandonará a centralidade, na pior das ocasiões, *La Casa de la Belleza* andar-á em paralelo, sem perdê-la de vista; hipótese que se desenvolve desde as primeiras palavras, porque este trabalho, ademais de defender “livro-leitor como um campo discursivo de ação”, poderá ele mesmo fazer parte do campo discursivo de ação. Esta fase, apoiada duplamente por Byung-Chul Han (2021 e 2019), se estenderá questionando porque não alcançamos a revolução e questionando a beleza, tratada, em nossa atualidade, como produto. Finalmente, auxiliado por Adelaida Martínez, o capítulo

quatro terminará pensando *La Casa de la Belleza* como uma literatura aparentada à de testemunho.

Nas considerações “finais”, além de recuperar todo o trabalho desenvolvido, garantindo ou não a satisfação do que se desenhou aqui na introdução, voltar-se-á, com auxílio de Luciana Cadahia (2020), a María Lugones (2014) para ventilar uma solução para a violência de gênero ou, quiçá, uma solução para a ideia de gênero em si. Finalmente, devo olhar para mim mesmo: Como a educação científica me alterou e reduziu minha adesão à organização social de gênero? Como, sendo um agente da ciência, serei igualmente um ente político? (Qualidades que deveriam ser indissociáveis). Em seguida, farei o movimento de dentro para fora e descobrir se, a nível coletivo, temos ou não esperança em/de uma outra matriz civilizatória.

Aqui, apresentam-se, deslocados de todo texto acima e destacados de maneira didática, os objetivos geral e específicos mais a hipótese; além deles, saber-se-á o método de investigação implantado. Objetivo geral: Falar sobre violência de gênero. Objetivos específicos (na ordem dos capítulos que virão): (I) Examinar a violência histórica na Colômbia dos séculos XX/XXI e, por consequência, como ela se refletiu e se exerceu na violência de gênero; (II) Dissecar a organização social de gênero em e a partir de *La Casa de la Belleza* (nosso objeto literário), tão logo conformar a sociedade da fealdade; (III) Buscar o feminismo para além das atrizes sociais e dos lugares que convencionalmente são associados a ele. A hipótese: livro-leitor é um campo discursivo de ação. O livro, então, terá seu caráter fictício relativizado, quiçá, suprimido. O método de investigação é o *comparativo*, pois este é um método cuja

centralidade da comparação enquanto método de observação e explicação dos diferentes fenômenos do mundo possibilita exercícios analíticos que, além de caracterizarem os estudos comparativos, revestem-lhes de formas específicas de ser e de fazer estudos comparados nas diversas áreas do conhecimento. (Santos et al., 2022)¹⁶

Diversas áreas do conhecimento serão acionadas ao longo deste trabalho, sobretudo vertentes das ciências humanas e sociais, num processo de descentralização do livro literário ou, melhor dito, para não ser contraditório, num ininterrupto ir e vir, como se o livro fosse uma sanfona, aparentemente fechado em si mesmo mas que, ao menor toque humano, não só se abre como se estica e expande seus limites de maneira não prevista; e assim, em movimentando-se, ecoa e se realiza.

¹⁶ www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/205097/196739

A ideia de comparação que se encontra nos nomes do método e

da Literatura *Comparada* remete, na verdade, a um paradoxo, pois a Literatura Comparada se refere muito mais a colocar objetos, literaturas e culturas em relação e em articulação, criando, desta forma, novas possibilidades de análise, de métodos e de abordagens, do que a meramente compará-los, uma vez que a comparação estrita exigiria uma equivalência de sentidos. Ora, a Literatura Comparada busca justamente o exercício do discrepante, da diferença e do contraste. (Neumann; Richter; Daudt, 2021, p. 7 apud Santos et al., 2022, grifo nosso)

As reflexões apresentadas na introdução serão o ponto de partida dessa grande conversação com os referenciais teóricos e literatos, e há o intuito parcial de responder questões, confirmando ou refutando pressuposições. Definitivamente, existe a intenção de combater o erro –ainda que este seja relativo–, ou de, pelo menos, pensar em evitá-lo. Não ocorre a ideia de procurar uma verdade científica decisiva: em se tratando de um estudo que envolve obra literária somada a ciências sociais e humanas, parece, antes de um pré-requisito coerente, um cuidado necessário.

2 *Estar en su salsa: A Colômbia de quem pôde se salvar*

Em 05 de agosto de 1886 foi promulgada a oitava (ou nona¹⁷) Constituição colombiana, disparadamente a Carta Magna que mais perseverou, até hoje, na história do País: ela durou, sofrendo pequenas reformas, cento e cinco anos, tendo sido substituída –nada mais, nada menos– pela vigente Constituição, que completa saudáveis trinta e três anos em 2024. Toda a disputa narrativa que precedera e que vigorara durante a elaboração do texto de 1886 impactaria fortemente na Colômbia que se sucedeu. Prevaleram em sua redação, ainda que relativizadas, ideias autoritárias em detrimento de teses mais democráticas, “implantando-se, em grandes doses, um Estado católico, conservador e unitário” (Mendoza, 2021, p. 68). A Constituição de 1886 consolidou a vitória e “o retorno do partido conservador ao poder, depois de derrotar os liberais na guerra civil de 1884-85; a mudança constitucional seria muito profunda”, escreve o sociólogo Hugo Mendoza (2021, p. 69) que complementa e volta a enfatizar: “a nova Constituição terá como bandeiras a criação de um país católico, conservador e centralista”. As marcas da igreja no Estado colombiano seriam inextinguíveis,

leria ao dia seguinte que os ornamentos e cálices do século XVII foram emprestados pelo mesmíssimo bispo [que conduziu o casamento todo em latim e de costas aos fiéis] como expressão de apreço aos noivos. [...] Me estremeci quando o cardinal [...] criticou o matrimônio homossexual diante de todo o poder político de uma nação que se declara laica. (Escobar, 2015, p. 127-128)

O trecho de *La Casa de la Belleza* está inspirado por um casamento real, “a boda de rito tridentino da filha do Procurador Geral da Nação a qual concorreram as elites políticas e religiosas do País” (Dhondt, 2020, p. 68), e segundo a própria escritora Melba Escobar¹⁸, ela fez de tudo para salvaguardar não só os detalhes noticiados pelos jornais, mas também seu espanto. Estamos em 2024 e as relações entre partidarismo, política e catolicismo seguem praticamente inabaláveis:

[O presidente] Álvaro Uribe, fiel membro da rígida organização católica *Opus Dei* [...] conseguiu, ano passado [2008], o que foi comemorado como um feito surpreendente: a libertação de 15 reféns das FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo) [...]. ‘Esta operação que transcorreu sob os poderes do Espírito Santo, do Senhor e da Virgem Maria foi uma ação de

¹⁷ Depende da perspectiva de contagem: Em 1819, Simón Bolívar –heroico líder do exército libertador–, teria desenvolvido a primeira Constituição nacional, porém, ainda, sob as últimas tensões do processo de independência. Dois anos depois, surge uma nova Constituição com um caráter de autonomia mais contundente, e já dentro do marco temporal de um país definitivamente livre do império espanhol. (Mendoza, 2021)

¹⁸ No dia 05 de dezembro de 2023, realizei uma entrevista/bate-papo com a autora, via plataforma Zoom. (Ver Anexo A: *Consentimiento informado para el registro de voz y video* – página 144)

inteligência comparável às mais importantes epopeias épicas da história da humanidade’, declarou Uribe aos prelados.¹⁹

O que se viu na passagem do século XIX para o século XX foi o enrijecimento da força conservadora confrontada à resistência liberal, tensão esta que se desencadeou na Guerra dos Mil Dias, entre 1899 e 1902, quando os conservadores não aliviaram nas formas de violentar. Apesar de seu singular poder de recuperação (Molano, 2004, p. 5) e pequenas vitórias nos mais de três anos de batalhas, o exército liberal e o liberalismo foram combatidos e excluídos da cena política do País durante largos quarenta e quatro anos; as repressões, ainda assim, não cessaram, destaca-se como episódio marcante o “Massacre das Bananeiras”, em 1928: foi na cidade de Ciénaga (departamento de Magdalena) onde o exército nacional recebeu a ordem de disparar contra os trabalhadores da *United Fruit Company* que estavam protestando a fim de mudanças nas condições laborais, sobretudo, melhores remuneração e condição de saúde:

A grande greve explodiu. Os cultivos ficaram à mercê, a fruta pereceu nos cachos e os trens de cento e vinte vagões pararam nos ramais. Os obreiros ociosos ocupavam os povoados. [...] Ali estava José Arcadio Segundo, no dia em que se anunciou que o exército havia sido encarregado de reestabelecer a ordem pública. Ainda que não fosse homem de presságios, a notícia foi para ele como um anúncio da morte [...]

A lei marcial facultava ao exército assumir funções de árbitro da controvérsia, porém não houve nenhuma tentativa de conciliação. [...] Lido o decreto, no meio de um ensurdecedor alarido de protesto, um capitão substituiu o tenente no teto da estação, e com a buzina de gramofone fez sinal de que queria falar. A multidão tornou a guardar silêncio.

- Senhoras e senhores, -disse o capitão com uma voz baixa, lenta, um pouco cansada- vocês têm cinco minutos para retirar-se.

A algazarra e os gritos dobrados abafaram o toque de clarim que anunciou o princípio do prazo. Ninguém se moveu.

- Já se passaram cinco minutos -disse o capitão no mesmo tom-. Um minuto mais e se fará fogo.

[...]

- Canalhas! -gritou [José Arcadio Segundo]-. Os presentamos com o minuto que falta.

O capitão deu a ordem de fogo e catorze ninhos de metralhadoras responderam a José Arcadio no ato. [...] Uma força sísmica, um alento vulcânico, um rugido de cataclismo estalararam no centro da multidão com uma descomunal potência expansiva.

[...]

Várias vozes gritaram ao mesmo tempo:

-Pro chão! Todos pro chão!

Os homens das primeiras linhas já o haviam feito, varridos pelas rajadas de metralha. [...] Estavam encurralados, girando num redemoinho gigantesco que pouco a pouco se reduzia a seu epicentro porque suas bordas iam sendo sistematicamente recortadas em redondo, como descascando uma cebola, pelas tesouras insaciáveis e metódicas da metralhadora.

[...]

-Bom dia. -disse exausto- Sou José Arcadio Segundo Bondía.

Pronunciou o nome completo, letra por letra, para convencer-se de que estava vivo. Fez bem, porque a mulher havia pensado que era uma aparição ao ver na porta a figura

¹⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/09/02/interna_mundo.139508/alvaro-uribe-um-presidente-religioso-e-autoritario.shtml (publicado em 02 de setembro de 2009 / acessado em 14 de fevereiro de 2024)

esquálida, sombria, com a cabeça e a roupa sujas de sangue, e tocada pela solenidade da morte [...]

José Arcadio Segundo não falou enquanto não terminou de tomar o café.

- Deviam ser três mil -murmurou.

- O que?

- Os mortos -aclarou ele-. Deviam ser todos os que estavam na estação.

A mulher o mediu com uma mirada de lástima. “Aqui não houve mortos”, disse.

“Desde os tempos de seu tio, o coronel, nunca passou nada em Macondo”. [...]

A versão oficial, mil vezes repetida e martelada em todo país por quantos meios de divulgação, encontrou o governo a seu alcance e terminou de se impor: não houve mortos, os trabalhadores satisfeitos voltaram para suas famílias. (Márquez, 2016, p. 360-370)

Em 1930, a Colômbia tornou a ter um presidente “da oposição” e pôs fim ao período político que ficou, historicamente, conhecido como *Hegemonia conservadora*²⁰. Entre os avanços progressistas, a partir de então, ressaltam-se a consolidação das organizações sindicalistas, o direito à greve e o reconhecimento da mulher como cidadã (ainda sem o direito de votar): a última conquista, claro, não se deu com espontânea admissão dos governantes homens, que, do dia para noite, teriam criado uma consciência de gênero ou um senso de justiça equitativa, obviamente não; dois nomes “femininos” se destacariam nessa luta, os abordaremos com zelo e detalhamento na seção posterior.

Os liberais exerceram o poder até 1946, todavia, os dezesseis anos de mandato, com diferentes presidentes, não significaram um governo tranquilo ou pouco pressionado, pelo contrário: foi durante essa década e meia que se semeou uma nova guerra, a terceira desde 1884 e a pior: uma sucessão de ataques e contra-ataques armados, entre grupos políticos conservadores e liberais, desatária no assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, em 09 de abril de 1948, líder liberal e máximo referente das causas populares, candidato favoritíssimo ao triunfo nas eleições presidenciais de 1949; sua morte provocou *El Bogotazo*, uma série de distúrbios revoltosos, na capital do País, que culminou em uma vingança mordaz contra o indicado homicida de Gaitán: Juan Roa Sierra, ele foi perseguido impiedosamente, capturado e linchado por uma multidão, que, não satisfeita, arrastou seu cadáver até a casa presidencial, ocupada, naquele momento pelo governo conservador. Apenas nesta mesma semana, estima-se três mil e quinhentos mortos em todo País por conta dos combates excitados pelos dois assassinatos narrados. Estava, definitivamente, em curso *La Violencia*²¹.

²⁰ Caballero, 2016: bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo9.html (acessado em 16 de fevereiro de 2024)

²¹ “Na opinião pública, circula a ideia de que o 09 de abril [de 1948], ainda contra as evidências que mostram o contrário, havia representado o começo de *La Violencia*. [Mas ela] começa realmente durante o segundo semestre de 1946, quando se iniciam os ataques conservadores contra os liberais num afã de alterar a composição do eleitorado às vistas das eleições de 1947; durante este último ano houve 14.000 vítimas.” (Gutiérrez, 2016, p. 47)

Os conservadores, além de lançar mão do apoio bélico e institucional da polícia e um pouco menos do exército, passaram a contar também, a fim de alavancar as repressões, com “organizações paramilitares de reconversão política e extermínio sistemático” (Rodríguez, 2013, p. 4) da ameaça revolucionária, entre as quais, chama-se a atenção: *Los Pájaros*, “agrupações de civis armados [...], sanguinárias [...], que buscavam controlar as populações de oposição através de perseguição e homicídio” (Rodríguez, 2013, p. 11) e *Los Chulavitas*, “força sinistra [...], sinônimo de terror, massacre e morte” (Rodríguez, 2013, p. 9).

“Meu irmão, sorria, sorria e relaxa porque agora você terá que limpar e vestir uma morta”, lhe falou Aníbal [Díazgranados] com um tapinha nas costas. [...] Nem por um segundo [Eduardo] Ramelli se perguntou como era que um tipo que tinha nexos com os paramilitares, que carregava vários mortos em suas costas e que tinha acesso aos melhores sicários, o estava colocando nessa situação. [Justamente] a ele, que [...] cujo maior delito havia sido lavar dinheiro sujo criando uma Entidade Prestadora de Serviços de Saúde para desfalcar o Estado, e tudo sob a influência de seu novo melhor amigo (Escobar, 2015, p. 103),

um congressista conservador com o mandato em curso durante toda a estória; seu novo melhor amigo, o mesmo quem encomendará seu assassinato. Quando Eduardo Ramelli chega a saber demais, a se envolver demais, Aníbal Díazgranados, íntimo do paramilitarismo, decide que é mais prudente aniquilá-lo; já *Los Pájaros* e *Los Chulavitas* sequer esperavam saber demais ou se envolver demais, “uma gravata, uma camisa ou uma porta vermelha era um convite à morte” (Sánchez, 1989, p. 140 apud Rodríguez, 2013, p. 9).

Os liberais não acharam outra solução e conformaram guerrilhas de autodefesa; mesmo que pouco equipadas, forjavam mecanismos de resistir ao autoritarismo e também atacavam. A fim de tumultuar ainda mais o ambiente e acumular pseudoargumentos para executar a oposição, em 1949, o “Presidente da República da Colômbia, em uso das faculdades que lhe confere o artigo 121 da Constituição Nacional, [...] *declarou* turbada a ordem pública e em estado de sítio todo o território nacional”²²; e o tal artigo 121, controverso, outorgava ao líder máximo do poder executivo o arbítrio de “expedir decretos e normas ‘para defender os direitos da Nação ou reprimir o levantamento’” (Hernández, 2021)²³: Exatamente qual *levantamiento* seria reprimido? O artigo 121 não apresenta especificamente a palavra *rebelión* –como algo a ser reprimido–, esta sim traria consigo uma ideia de oposição ao governo vigente, de revolta contra a ordem estabelecida; contudo, *levantamiento* poderia ser também os grupos armados

²² www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Decretos/1877878: (publicado em 10 de novembro de 1949 / acessado 23 de fevereiro de 2024)

²³ www.aa.com.tr/es/an%C3%A1lisis/una-breve-historia-del-estado-de-sitio-en-colombia-entre-1949-y-1991-de-cara-al-actual-paro-nacional/2270880 (publicado em 11 de junho de 2021 / acessado em 23 de fevereiro de 2024)

irregulares pró-governo, posto que se alçam ilicitamente para um motim contra conjuntos de civis específicos; mas é de se imaginar que a violência de matiz conservadora e sanguinolenta demandada dos altos escalões governamentais não seria considerada um *levantamento*; logo, se caracterizaria *levantamento* como sinônimo de *rebelião* e apenas a autodefesa liberal, a qual questionava *La Violencia* institucionalizada, que seria fortemente castigada.

Não faltaram indícios, nos dois anos iniciais (1946 e 47) da “Restauração Conservadora”, que o pior estava por vir; num discurso oficial, realizado no congresso, o ministro conservador José Antonio Montalvo vociferou: “a este país o pacificamos com sangue e fogo”²⁴, sangue e fogo para toda e qualquer oposição, oficial ou não, certificada ou hipotética, paisana ou eleita, assim “a violência chegou ao recinto do Congresso em 08 de setembro de 1949: em um tiroteio na Câmara de Representantes, foi morto a bala o liberal Gustavo Jiménez” (Borda, 2020).²⁵

A política de repressão seguiu no governo posterior (1950-53), e a tentativa de autodefesa liberal igualmente, agora contando com maior organização e com cerca de dez mil homens. Um sem-fim de missões e ofensivas, emboscadas e atentados, investidas e chacinas se disseminaram pela Colômbia; ninguém mais gozava da liberdade de dizer-se inocente, qualquer um chegaria a ser alvo mesmo que não carregasse um rótulo consigo. O auge da completa guerra civil parecia sempre susceptível à elevação e o governo não vislumbrava nenhum caminho plausível para uma suposta tentativa de paz: a baixíssima expectativa de cessar-fogo e o cheiro de sangue que contaminava o País criaram o cenário ideal para um golpe de Estado operado pelo exército: começava a ditadura militar de Rojas Pinilla, o qual, no avançar da noite de 13 de junho de 1953, pronunciou, via Rádio Difusora Nacional, para uma população ansiosa: “Não mais sangue, não mais depredações em nome de nenhum partido político. Não mais rinha entre os filhos da mesma Colômbia imortal.” Uma falácia, como já se pode prever, sobretudo porque derramar sangue é um *modus operandi* de qualquer governo militar ditatorial: “Rojas não levantou o estado de sítio [...], não buscou a colaboração dos dois partidos, somente a do conservador” (Borda, 2020), e proibiu a existência do Partido Comunista Colombiano. Para abrandar seu lado tirano, Rojas lançou mão de seu resquício populista: ele “desejava desenvolver seu projeto através da Assembleia Nacional Constituinte (ANAC), na qual se

²⁴ www.tiempoar.com.ar/politica/del-asesinato-de-gaitan-al-genocidio-de-ruanda/ (publicado 04 de setembro de 2022 / acessado 26 de fevereiro de 2024)

²⁵ www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/dictadura-de-rojas-pinilla-golpe-de-opinion-que-decepciono-a-colombia-506522 (publicado 12 de junho de 2020 / acessado 27 de fevereiro de 2024)

aprovou a Lei de Sufrágio Feminino, em 1954” (Luna, 2000, p. 84) – sobre essa conquista em específico discorrer-se-á na seção subsequente. Apesar de ganhar um fôlego, Rojas Pinilla não passaria de um popularesco,

a trajetória das Forças Armadas sem experiência de poder político, sob o controle de liberais e conservadores, e educadas na Doutrina da Segurança Nacional, não possibilitava seu concurso em um projeto nacionalista populista; daí o fracasso de Rojas na sua tentativa de formar uma Terceira Força formada pela aliança militar-popular (Luna, 2000, p. 84).

O conjunto de militares que cercava o ocupante da presidência contaminava o que restava de governo: a agenda déspota se sobressaiu, e massacres promovidos pelo exército nacional foram o estopim para o descontentamento da opinião pública e, até mesmo, de alguns conservadores; enfim, o inconclusivo facínora encontraria uma oposição realmente forte: A Frente Nacional, um histórico e inesperado acordo bipartidista que estabeleceu uma aliança entre conservadores e liberais, e que foi semeado em julho de 1956, quando os líderes dos respectivos partidos agendaram um encontro na Espanha e firmaram um tratado de paz – ou um horizonte de paz. Pressionado, menos de um ano depois, em maio de 1957, o general Gustavo Rojas Pinilla renunciou à presidência; o cargo foi assumido por uma junta militar de transição enquanto o sistema político colombiano aparava arestas. Em agosto de 1958, a Frente Nacional assumia a chefia de Estado e relativizava o estado de sítio, que, embora revisado, foi usado mais como norma e menos como exceção – fato que altera sua própria natureza. Durante dezesseis anos, liberais e conservadores revezaram-se no poder conforme houvera sido acordado entre as partes.

Alguns historiadores sinalizam que este foi o fim da Violência maiúscula, ou, ao menos, o primeiro fim. *La Violencia* não goza de unanimidade temporal entre estudiosos e violentólogos²⁶, são litigiosas, variadas e aceitas as diferentes demarcações do início e do – suposto– fim dessa(s) guerra(s) civil(is). Fato é que, cedo ou tarde, antes ou depois, as consequências traumáticas para os quatro cantos do País foram irremediáveis: supõe-se que, ao longo de toda Violência e seus conflitos armados adjacentes, o número de mortos tenha superado 200.000, podendo ter chegado a 400.000²⁷; além disso, a migração forçada tirou de seus lares, somente até o ano de 1966, mais de dois milhões de colombianos (Lemoine, 1978

²⁶ Como se denomina os especialistas em *La Violencia*

²⁷ investiga.banrep.gov.co/es/content/analisis-demografico-de-la-violencia-en-colombia

apud Bedoya, 2000, p. 4) –seja no campo ou na cidade–, o que à época representava 20% de toda a população.

Recapitulando: “tudo” começou pela recrudescida polarização entre conservadores e liberais, polarização esta que nunca se bastou como uma guerra fria.

Imagina que meu avô foi um conservador dos comprometidos. Me contava que na época da Violência teve que afiar facão e treinar pescadores a cortar cabeças como quem desfolha margaridas. Sabia você que uma cabeça pode seguir emitindo sons mesmo depois de cortada? (Escobar, 2015, p. 230)

Disse Aníbal Diazgranados, o congressista que também é pastor evangélico, em tom ameaçador à narradora-personagem Claire, quando *La Casa de la Belleza* atravessava seu clímax. Apesar da Frente Nacional, a paz almejada não viria numa canetada, tampouco de mão beijada: as faíscas remanescentes, a falta de reparação às milhões de vítimas despojadas de seus lares e, essencialmente, o sucesso da Revolução Cubana, consumada em primeiro de janeiro de 1959, reabririam portas que o poder bipartidista, aparentemente democrático, não pôde vigiar. Nos anos seguintes, o saldo não evoluiu de modo distinto, seguiu subtraindo vidas:

Duzentos mil mortos e um milhão de exilados do campo, porém, exceto as vítimas, ninguém saiu perdendo desses anos horrendos: nenhum chefe. Foram pactos de esquecimento e de silêncio, de repartimento pacífico do poder, pelos quais recuperaram cada qual os seus [privilégios], todos os dirigentes liberais e conservadores recentemente enfrentados e mutuamente derrotados na Violência: o Estado ficou paritário e milimetricamente distribuído, com exclusão de todos que não fossem conservador ou liberal. Ou militar. (Caballero, 2016)²⁸

Diante disso, o Partido Comunista da Colômbia se consagrou como uma oposição não velada, e conformou-se uma oposição mais ampla e mais organizada: no ato de seu IX Congresso, aprovou-se a proposição de combinar todas as formas de lutas gestadas até ali ou, por ventura, nascidas adiante (Trejos; Arana, 2013, p. 70): era uma mostra de apoio institucional em nome da resistência e da sobrevivência. Ao tomar conhecimento da formação abrangente de fomento partidário, o governo passou a considerar toda célula de autodefesa opositora como uma ameaça, mais do que isso, como *repúblicas independentes*, em outras palavras: “temos invasores no nosso território (que não vieram de fora)”. Com isso, não é difícil deduzir o clima de guerra novamente instaurado. Entre todas, a maior “república independente” se encontrava em Marquetalia, no sul do estado de Tolima, o comando da célula estava nas mãos de um antigo

²⁸ bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo12.html: (acessado em 28 de fevereiro de 2024)

conhecido –ainda não mencionado aqui– que retornava ao combate: Manuel Marulanda Vélez, *el Tirofijo*²⁹ tomou a frente do grupo armado que aí se configurou.

Entre janeiro de 1962 e março de 64, travaram-se batalhas de relevância pública entre o exército nacional e as guerrilhas de autodefesa, com prejuízos para ambos. A fim de promover um duro golpe sem atenuantes, o governo colombiano, em maio de 1964, planejou e operou o que chamou de “Operação Soberania” contra a República de Marquetalia. Centenas de combatentes da resistência se embrenharam montanha adentro a fim de preservar suas vidas posto que o contingente e o poderio oficial eram desproporcionalmente superiores. Marulanda tentou negociar via carta: “Marquetalia nunca foi uma república independente, mas sim um povo abandonado”³⁰. Pouco tempo depois, ele e outros tenazes sobreviventes, não mais que cinquenta, conhecidos como *Los Marquetalianos*, organizaram-se e deram largada à reconstrução de seu projeto coletivo e, sob a liderança inevitável de *Tirofijo* e membros do Partido Comunista, criaram a força subversiva de nome *Bloque Sur* (Bloco Sul), que não tardaria a ser rebatizada: em 1966, nascem as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), “que reivindicava[m], ao mesmo tempo, o direito à rebelião ante a tirania do Estado, a reprovação à ingerência estado-unidense nos assuntos do País (anti-imperialismo) e a defesa da soberania nacional” (Taborda, 2023, p. 36). Com o advento da mais eminente guerrilha colombiana de todos os tempos, não sobraram ressalvas ou ocultamentos: já estava vigente a nova era bélica: *El conflicto armado interno*.

“Susana ligou a televisão. [...] Uma voz dizia: ‘Guerrilheiro, desmobiliza-te, tua família te espera’, e se via um campo verde com girassóis, com um céu azul de fundo e umas crianças correndo pelo prado” (Escobar, 2015, p. 205). Os guerrilheiros, ao contrário, ignorando o tom ameaçador, mobilizaram-se cada vez mais. Além das FARC, nasceram algumas outras guerrilhas de oposição, das quais, num primeiro momento, destacaram-se três: (I) o Exército de Liberação Nacional (ELN, 1965), totalmente inspirado na Revolução Cubana, “com ânsia de proletarização e campesinato”³¹, de índole comunista e de bandeira idêntica à do *Movimento 26 de julho* liderado por Fidel Castro na companhia de Che Guevara. O ELN chegou a contar com trinta e cinco mil homens na segunda metade da década de noventa; (II) o Exército Popular de

²⁹ Nome de guerra de Marulanda Vélez: Tiro-fixo, em tradução literal, apelido que ganhou por sua ótima pontaria.

³⁰ www.elespectador.com/politica/la-historia-de-una-carta-que-pudo-haber-evitado-el-conflicto-armado-en-colombia-article-599330/: *A carta que poderia ter evitado o Conflito Armado na Colômbia* (publicado em 14 de novembro de 2015 / acessado em 04 de março de 2024)

³¹ *Idem nota 28*

Libertação (EPL, 1967), criado por dissidentes das FARC, atuava sob ideologia maoísta, uma corrente baseada nas ideias de Mao Tsé-Tung e nas doutrinas do Partido Comunista da China; por fim, (III) o Movimento 19 de Abril (M-19, 1970), formado por jovens da classe média colombiana, os quais, desapontados com a esquerda tradicional, operavam com bases nacionalistas e marxistas ortodoxas, ou de “tendência indefinível”³². O nome remete ao exato dia do pleito presidencial de 1970, que terminou com a vitória do candidato conservador, sob fortes acusações de fraudes eleitorais, assim sendo, o grupo, fruto da indignação, surge como resposta às suspeitas.³³

As quatro guerrilhas principais agiam simultaneamente, cada qual com suas regiões de ocupação e com seus planos, mas todas com “um” objetivo em comum: responder ao autoritarismo estatal; o mesmo que, em 1968, legalizou a existência de grupos paramilitares que defendessem os interesses do governo, obedecendo “sugestões” que chegavam dos Estados Unidos.

Assim pois [...], “nos anos sessenta, se estabeleceu o fundamento jurídico para a conformação de grupos de autodefesa sob o auspício e controle das forças armadas, mediante o decreto legislativo 3398 de 1965, que foi convertido em legislação permanente pela lei 48 de 1968” (Catatumbo, 1992 apud Rivera, 2007, p. 137). Depois se expediu a Resolução 005 por meio da qual se aprovou o chamado “Regulamento de Combate de Contraguerrilhas”. Para esse caso, se recomendou, desde os Estados Unidos: “Se uma guerra limitada convencional entra em demasia riscos, então as técnicas paramilitares podem prover uma maneira segura e útil que permita aplicar a força a fim de lograr os fins políticos” (Lerche; Said, 1976 apud Rivera, 2007, p. 137). O paramilitarismo como estratégia contrainsurgente na Colômbia foi uma política de Estado e não um fato isolado ou conjuntural, e correspondeu a uma ideologia de terrorismo de Estado com suas naturais variações dependendo das circunstâncias de cada momento. (Rivera, 2007, p. 137)

Paramilitarismo e Terrorismo de Estado realmente são os nomes certos: num primeiro momento da citação acima, os grupos paramilitares de situação foram referidos como “grupos de autodefesa”, o teórico que o fez, possivelmente, respeitou o termo escolhido pelo governo na ocasião, que se valeu de uma estratégia verborrágica tão antiga quanto inescrupulosa, uma tática de desorientação. Todavia, mantendo uma leitura atenta e crítica, a recomendação que chega dos Estados Unidos, quando fala em *técnicas paramilitares*, começa a dar a correta

³² *Idem*

³³ Foram úteis para este e os três parágrafos imediatamente posteriores as seguintes fontes: Antonio Caballero, 2016 (bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/capitulo12.html); Natalio Cosoy, 2016 (www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37181413) e Marcelo Santos, 2011 (“O conflito colombiano e o Plano Colômbia”). Além disso, é oportuno dizer que estive na Colômbia durante um semestre letivo, especificamente na *Universidad de Antioquia* –em Medellín–, cursando duas disciplinas afins a esta dissertação e incursionando por outras vivências político-sociais que me levaram a informações relevantes e a entendimentos mais refinados não só da Violência e dos Conflitos Armados.

nomenclatura às coisas e Edgar Rivera (2007) arremata sem meias palavras. O ideal de paz voltava a desaparecer, talvez como nunca.

Trocando em miúdos, a paz estava para a violência como Karen estava para sua cliente Rosario Trujillo, tão pronto via a primeira se aproximar, a segunda começava a falar em inglês (Escobar, 2015, p. 74): não havia nenhuma intenção da violência familiarizar-se com a paz, tampouco Rosario Trujillo com Karen, quanto mais borrada a mensagem e quanto mais nula a interação, melhor. Na verdade, a violência não se percebia como o oposto da paz, nem Rosario Trujillo se sentia o contrário de Karen: tanto Karen quanto a paz eram menos, eram instrumentos de Rosario Trujillo e da violência, respectivamente: ambas as usavam para se disfarçarem, para suporem menor feiura em suas aparições. Rosario Trujillo, com quanto mais procedimentos estéticos –realizados por Karen– mais se deduzia emancipada, dona de si; a violência, com quanto mais estetizasse a paz –almejando-a *da boca pra fora*– mais ocultava-se para violentar, mais dona de si se convertia, ao ponto de, nesta Colômbia em revisão, funcionar organicamente, operando e imperando independente da má vontade de A ou B, a má vontade era um elemento dela mesma, a violência, então emancipada, de espírito autônomo; uma violência, por que não?!, *estrangeira*: “palavra que nos vem do latim através do francês *étranger*, [...] que corresponde a extranèus, [...] o que é de fora, *estranho*. É antônimo de nacional” (Rezende, 2013, p. 363). Ainda que a violência haja sido um traço distintivo na história colombiana, algo realmente nacional, *Violence*, em inglês, também soa bem, para que se tenha em mente as “sugestões” que chegavam dos Estados Unidos, sempre contrárias a *la paz*: Tão pronto via esta se aproximar, aquela começava a falar em inglês.

Entre 1968 e 1974, muito resumidamente, lamentam-se dos conflitos armados internos: os assassinatos de relevantes líderes de guerrilhas em combate e de estudantes em ataques às universidades del Valle (Cali) e Nacional (Bogotá); como se não bastassem as mortes discentes, a segunda foi interdita e fechada durante dois anos, ação antidemocrática para reprimir encontros coletivos e motins. Na primeira parte do Conflito houve, sim, suficiente violência para comoção e espanto, todavia, a segunda etapa, que corre de 1974 a 1990, seria ainda mais brutal.

O ano de 1974 começa com a incursão do M-19 à Casa Museu Quinta de Bolívar, em 17 de janeiro, com o objetivo –alcançado– de capturar, simplesmente, a espada libertadora de Simón Bolívar: um desejo e uma conquista muito emblemáticos. Não haverá objeto mais

importante para a história da Colômbia e de outros países livrados do poder colonial sob liderança do Revolucionário, ainda que nos mantenhamos, em 2024, sob as consequências do pensamento colonial: “Quando me chamam *índia*, não me incomoda tanto; afinal está aí a Índia Pocahontas, que é bonita e vem de um filme da Disney. Ser negra me parece pior e não resisto que me chamem assim. [...] Eu pareço negra, dona Claire?” (Escobar, 2015, p. 191), disse e perguntou Karen. A partir de então, o Movimento 19 de Abril começava a atuar de forma mais ativa, os quatro primeiros anos (de 1970 a 74) foram de sedimentação, de formação ideológica, de elaboração de estratégias e de composição de tropa associada a treinamentos. Consciente de que uma andorinha só não faz verão, o grupo complementou seu arsenal: a espada de Bolívar passou a contar com a companhia de aproximadamente cinco ou sete mil armas poderosas, conseguidas no principal quartel de Bogotá (*el Cantón Norte*), no réveillon de 1978-79; este roubo ridicularizou o exército nacional, pois a invasão e a fuga se deram via túnel subterrâneo sem qualquer uso de força bruta e com pichações que gravaram mensagens de protesto no depósito saqueado.

Os eventos de traços cinematográficos conferiram, por parte das demais autodefesas, o devido prestígio ao Movimento e, por parte das forças do Estado, a cabida ira. Voltando ao ano de 1974, foram derrotados a Frente Nacional e o seu próprio pacto originário, a aliança Conservador-Liberal perdeu a presidência e o sentido; a população se afinou às reivindicações da esquerda e elegeu para chefe de estado o candidato do Movimento Revolucionário Liberal, contudo, não parecia haver a mais capacitada e nobre alma humana capaz de dar conta do caótico ambiente político-social que reinava a décadas no País. Em 1975, se intensificaram as lutas de origem trabalhista; em 1976, foi sequestrado e assassinado o dirigente da Confederação dos Trabalhadores da Colômbia; em 1977, no dia 14 de setembro, foi para as ruas a Paralisação Cívico Nacional de cifras impactantes (inclusive as negativas), movida por organizações sindicais com participação dos grupos armados de autodefesa. Segundo leitura da própria FARC, deste protesto “se desprende um diagnóstico simples: a Paralisação Cívico Nacional [...] foi uma insurreição a qual só havia faltado as armas para que se instaurasse o poder popular” (Medina, 1997, p. 31 apud Neira, 2016, p. 317). Deste dia, além das FARC, saíram fortalecidos o M-19, o ELN e a Autodefesa Obreira (ADO): esta, a quinta e última guerrilha que se fará conhecer neste estudo, foi fundada por um brasileiro na companhia de quatro colombianos e se empenhou a roubar bancos (uma maneira de atacar uma instituição pró-sistema); em 1978, o grupo assassinou o ministro conservador Rafael Pardo Buelvas.

O aumento do número de combatentes nos grupos revolucionários e a expansão das áreas de atuação dos mesmos motivaram respostas mais frequentes e mais severas das forças armadas estatais, as quais, lamentavelmente –para elas–, não podiam “se dar ao luxo” de dedicar seus esforços apenas para vigiar e combater as guerrilhas de autodefesa, pois um novo inimigo emergia neste território desalentador: o narcotráfico. Apresentava-se um ingrediente “externo” que chegaria para colocar bastante lenha na fogueira, pois não estamos falando de qualquer narcotráfico, mas sim o maior do mundo de todos os tempos (é importante que não se perca isso de vista), operado pelo Cartel de Cali e pelo, expoente e mal-afamado, Cartel de Medellín, chefiado pelo *sem adjetivos* Pablo Escobar, que traficava 80% da cocaína consumida em todo planeta! Diariamente, com uma invejável discricção e organização, carregamentos e carregamentos da droga eram despachados por vias aéreas, aquáticas e terrenas, vendas que rendiam *al Patrón*³⁴ toneladas e toneladas de dólares e o levariam a figurar, durante sete anos seguidos, na lista de bilionários da Revista Forbes, tendo chegado à sétima colocação mundial em 1989.

Não satisfeito em exercer seu poder através do narcotráfico, em 1982, Don Pablo concorreu nas eleições parlamentares como membro suplente de Jairo Ortega, representante à Câmara pelo departamento de Antioquia: confirmada a vitória da chapa, seu titular de fachada saiu de cena, imediatamente Escobar ocupou sua cadeira no Congresso como integrante do Partido Liberal até “20 de janeiro de 1984, [quando] *el Capo*³⁵ anunciou sua retirada da política, depois de uma avalanche de denúncias” (Castro, 2021)³⁶. Menos de dois anos na política foi o suficiente para que ficasse conhecido como *Robin Hood paisa*³⁷, visto que ajudou no desenvolvimento de centros esportivos, na reestruturação de bairros inteiros, na construção e entrega de novas casas –obras concluídas em tempo recorde–, além de, por conta própria, distribuir dinheiro a pessoas pobres. A máscara de homem do e para o povo lhe acompanharia, porém, a identidade de narcotraficante se entranharia a ele de modo ressaltado, justo e decisivo: na menor necessidade de manter o Cartel de Medellín protegido, Pablo Escobar não pensava duas vezes para levar a cabo sequestros e homicídios a pessoas de qualquer camada socioeconômica, relés mortais ou peixes-grandes; para além desses crimes, foram associados a ele, com grande repercussão mundial, (I) a explosão do voo Avianca 203, (II) a morte de três

³⁴ Patrão: apelido de Pablo Emilio Escobar Gaviria

³⁵ Substantivo em espanhol para designar um chefe de uma máfia, um superior de uma corporação ou alguém muito sábio em uma matéria ou segmento; Pablo Escobar era tudo isso.

³⁶ www.eltiempo.com/cultura/gente/pablo-escobar-como-fue-su-vida-politica-620562 (publicado em 24 de setembro de 2021 / acessado em 05 de março de 2024)

³⁷ Gentílico para pessoas nascidas no estado da Antioquia e no Eixo Cafeteiro (regiões da Colômbia)

candidatos à presidência da Colômbia e (III) a tomada do Palácio da Justiça Federal, em 1985, para queima de arquivo comprometedor. O último evento contou com a parceria do M-19:

Muitos creem que o M-19 fez o “trabalho sujo” para os dirigentes do narcotráfico, incinerando material vinculado com suas possíveis extradições aos Estados Unidos. [...] A *Comissão da Verdade* sim acredita que “houve conexão do M-19 com o Cartel de Medellín para o assalto ao Palácio da Justiça”. (Cosoy, 2015)³⁸

Quiçá este tenha sido o mais concreto e emblemático episódio que relacionou diretamente o narcotráfico ao Conflito Armado, um tempero explosivo; já não faltava mais nada.

Em 1982, as FARC adicionaram mais elementos ao seu próprio nome, se expandindo a Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – *Exército do Povo* (FARC-EP), e “elaboraram estratégias para tentar estender sua influência para fora de seus territórios de origem e tentar tomar o poder” (Padinger, 2022).³⁹ O Exército do Povo não recuaria. O Movimento 19 de Abril não recuaria. O Exército de Libertação Nacional não recuaria. O Exército Popular de Libertação não recuaria. A Autodefesa Obreira não recuaria. O exército nacional não recuaria. O narcotráfico não recuaria. Os grupos paramilitares a serviço do estado não recuariam. O que restou de povo já estava, há décadas e décadas, recuado, acuado e esgotado. A deslocada impressão que me chega é de uma angústia labiríntica, de uma Colômbia encarcerada tendo ela mesma arremessado as chaves da prisão pela janela. O tempo não andava para frente, se é que o tempo anda. No mínimo, algo de razão deveria ter Úrsula quando “confirmou sua impressão de que o tempo estava dando voltas em círculo” (Márquez, 2016, p. 267).

“Nos vinte e um anos transcorridos entre 1970 e 1991, a Colômbia viveu duzentos e seis meses sob estado de exceção, ou seja, dezessete anos, o qual representa 82% do tempo referido. Entre 1949 e 1991, o País viveu mais de trinta anos sob estado de sítio” (Villegas, 2008 apud Hernández, 2021). Estado de sítio, de uma forma geral, é um dispositivo burocrático e político de utilização extraordinária, entendido como uma ferramenta para intervir em situações emergenciais, situações absolutamente inesperadas que acometem uma nação e trazem consigo uma ameaça ou um quê de gravidade. Especificamente na Colômbia, para que o presidente possa declarar estado de sítio

³⁸ www.bbc.com/mundo/noticias/2015/11/151030_colombia_30_aniversario_toma_palacio_de_justicia_nc (publicado em 05 de novembro de 2015 / acessado em 06 de março de 2024)

³⁹ cnnspanol.cnn.com/2022/06/28/cual-es-historia-farc-colombia-orix/ (publicado em 28 de junho de 2022 / acessado em 06 de março de 2024)

é necessário que ao menos um dos dois eventos seguintes tenha lugar: uma “guerra exterior” ou uma “comoção interior”. Tais são as duas expressões que a Constituição utiliza textualmente. Em relação a primeira, não cabe dúvida que se trata de um enfrentamento armado a um país estrangeiro. A segunda, pelo contrário, deixa uma margem de interpretação bastante ampla. Efetivamente, se poderia entender por “comoção” tanto [I] um levantamento armado contra o poder central, como [II] uma greve ou [III] o tráfico de droga (Giraldo, 1979, p. 13):

e é possível dizer que a Colômbia tinha as três “comoções”, mas nada que justificasse os abusos presidenciais para determinar, a torto e a direito, recorrentes estados de sítio, que desrespeitavam os mais mínimos critérios para tal e os mais evidentes preceitos dos direitos humanos; “a manutenção sistemática do estado de sítio dá lugar a um regime de exceção cuja prolongação indeterminada afeta o funcionamento institucional do Estado de Direito colombiano” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1981 apud Hernández, 2021), ou seja, é como se todas as outras leis e orientações da Constituição tivessem sido desconsideradas em favor apenas do estado de sítio; melhor dito, o estado de sítio ganhou uma conotação autônoma da qual ele não deveria gozar, pois está posto dentro da Constituição e deveria ser lido levando em consideração as outras leis e orientações que o antecedem e o precedem.

Sucessivos governos abusaram da medida durante décadas e decretaram [estado de sítio] indefinidamente, até um ponto em que as pessoas se acostumaram que na Colômbia se vivia em um permanente estado de sítio. Aliás, isso ficou refletido em passagens da literatura, como no romance *O coronel não tem quem lhe escreva*, de Gabriel García Márquez, onde o personagem principal do coronel fala com seu compadre enquanto esperam um desfile fúnebre:

- Então nada — respondeu o coronel. - Que o enterro não pode passar em frente ao quartel da polícia.

- Me havia esquecido — exclamou don Sabas. - Sempre me esqueço que estamos em estado de sítio.

(Hernández, 2021)

O sentido de liberdade e a noção de dignidade se esfumaram para o que restou de povo, eram conceitos impertinentes, deixaram de pautar a cotidianidade ou de estar no horizonte.

A penosa contenda remonta ao século XIX, desde as mais incipientes décadas pós-coloniais e chega, no mínimo, até 2016!, sim: somente em 26 de setembro de 2016 foi assinado o Acordo de Paz, um ano após o lançamento de *La Casa de la Belleza*. Exatos quatro anos depois, analisou-se os efeitos do Acordo de Paz: “1.008 líderes do campo e da cidade foram assassinados, 227 ex-guerrilheiros [...] deixaram as armas. Só em 2020, [...] foram registrados 60 massacres no país.” (Chagas, 2020)⁴⁰. Que Paz foi acordada? “A violência e os conflitos

⁴⁰ www.brasildefato.com.br/2020/09/26/colombia-quatro-anos-apos-acordo-de-paz-mais-de-mil-lideres-sociais-foram-mortos (publicado em 26 de setembro de 2020 / acessado em 07 de março de 2024)

armados foram um elemento constitutivo da identidade nacional e da construção estatal” (Cárdenas, 2013 apud Rojas, 2016, p. 228). A violência e os conflitos armados são uma ferida aberta na identidade nacional, e a construção estatal deve entender-se inacabada, caso contrário precisará entender-se negligente.

Quando vermelho o sinal, marginados, desterrados, foragidos, drogadinhos, inválidos, acrobatas, desempregados, analfabetos, maltratados, mutilados, crianças e mulheres grávidas embestam-se contra os veículos em uma performance diária tão repetitiva e predizível que já a ninguém surpreende. (Escobar, 2015, p. 40)

Para os fins desta dissertação, valerá a pena seguir para a próxima seção. O que se lavrou até aqui, no capítulo dois, foi uma reduzida e recortada contextualização sobre a Violência e os conflitos armados internos; sim: reduzida e recortada: reduzida pois, seguramente, trata-se de um período recheado de acontecimentos diários e diuturnos, micros e macros, que impactaram o todo; e recortada pois não falamos sobre a “última” parte do Conflito a partir de 1991. Dar conta de cada detalhe, minuciosamente, do que foram as guerras civis na Colômbia quiçá seja um trabalho árduo, aflitivo e improvável, inclusive, para os violentólogos. Definitivamente, é dispensável para o que virá adiante que esta etapa historiográfica fosse pormenorizada e aumentada; acredita-se que os fatos contados sejam suficientes para nos causar tormento, para nos aproximar da dimensão da barbárie e, principalmente, para firmar os alicerces do trabalho em curso. Todo texto que se desenvolverá a partir daqui está atravessado pela Violência e seus conflitos armados: não existe Colômbia sem eles, mas também não existe Colômbia sem resistência e sem arte, pois se resistência e arte tivessem perecido, talvez não existisse Colômbia para ser narrada.

2.1 A mulher na Violência e nos conflitos armados

Da seção anterior, dois fatos permaneceram em aberto: o reconhecimento da mulher como cidadã e o sufrágio feminino. Falar-se-á sobre eles (e um pouco mais) em ordem cronológica.

A conquista inaugural pode ser atribuída, principalmente, a Georgina Fletcher – espanhola de nascimento radicada na Colômbia desde o princípio do século XX– e Ofelia Uribe, destacadas pioneiras do feminismo colombiano. Ambas não pertenciam às camadas mais populares da sociedade, “os recursos econômicos com os quais contavam, o acesso à cultura e

aos debates internacionais sobre a participação política permitiram a estas mulheres ter uma mirada crítica a respeito do direito ao voto e das garantias que ainda não lhes eram dadas” (Ocampo, 2015, p. 20); fato que não diminui a relevância das duas, que, felizmente, souberam detectar a brecha de privilégio que lhes tocavam e a fortuna de terem suas vidas cruzadas. A primeira coordenou o IV Congresso Internacional Feminino (Bogotá, 1930), “vencendo todos os obstáculos, dominando a inércia de uns e a indiferença de outros, a senhorita Fletcher, secundada por um grupo distinguido de damas, conseguiu, ao fim, que se convertesse em uma nobre e fecunda realidade o que parecia impossível de se realizar” (jornal *El Tiempo*, 1930 apud Ocampo, 2015, p. 26); e a segunda, em uma das cerimônias oficiais do mesmo, foi a responsável por apresentar uma “palestra que buscava uma reforma constitucional para que, por fim, se reconhecessem os direitos patrimoniais da mulher” (Esquivel, 2020)⁴¹, os quais seriam, somente, um passo inicial rumo a igualdade civil, “que é o único que caracteriza as verdadeiras reivindicações femininas” (disse a própria Ofelia Uribe em uma coluna publicada no jornal *El Tiempo*, em janeiro de 1931)⁴².

Passados dois anos de luta, “apesar do pouco apoio dos legisladores [previsível], finalmente foi expedida a lei 28 de 1932, que permitiu à mulher reclamar seus direitos patrimoniais. E em primeiro de dezembro de 1933 [uma nova vitória], firmou-se o decreto 1972, que permitiu à mulher o ingresso à universidade” (Esquivel, 2020)⁴³. Mais adiante, na “reforma constitucional de 1936, no Ato Legislativo número 1 [...], consagrou-se a cidadania restringida das mulheres [mais] o acesso a cargos da administração pública e às garantias laborais” (Ocampo, 2015, p. 17). Todas essas conquistas, deve-se lembrar, deram-se oportunamente na reascensão dos liberais ao governo, os quais haviam passado mais de quarenta e quatro anos longes da chefia de estado; o momento antecedia *La Violencia* e, mesmo com certa tensão, ainda se apresentava fértil para um ou outro sucesso progressista e ideal para elevação, na opinião pública, das recém reveladas feministas; estas mulheres valeram-se da menor oportunidade e “começaram a utilizar os meios de comunicação para lograr seus objetivos na arena política” (Ocampo, 2015, p. 23), entre os quais duas revistas se sobressaltaram: *Letras y Encajes* e *El Heraldo Femenino*, ambas “difundiam os discursos de vitória das sufragistas em outros países e informavam, à população colombiana, sobre esses avanços” (Ocampo, 2015, p.

⁴¹ www.elspectador.com/politica/ofelia-uribe-contra-la-esclavitud-de-las-mujeres-articulo/ (publicado em 22 de dezembro de 2020 / acessado em 11 de março de 2024)

⁴² *Idem*

⁴³ *Idem*

23). Além das publicações impressas, a fim de melhor fomentar e disseminar a ideia do voto feminino,

em várias regiões do país, se destacava [novamente] o labor realizado por Ofelia Uribe de Acosta, quem, ao visitar numerosas cidades colombianas e falar por muitas emissoras radiais, persuadia às mulheres a respeito da relevância do “interesse pelo estudo, da preocupação pelos problemas nacionais e da [...] aquisição dos direitos cívicos que as equiparariam com os seres racionais, em vez de seguirem catalogadas entre os móveis” (Uribe 1963, 200). As transmissões radiais requeriam sempre “da permissão do governo e da apresentação antecipada do texto escrito das conferências” (Uribe 1963, 200). (Ocampo, 2015, p. 21);

ou seja: Ofelia Uribe precisava ser meticulosa com as palavras e astuta com a produção do texto, de modo que sua mensagem não fosse censurada e, ao mesmo tempo, fosse compreendida pelas ouvintes na sua completude: “o podcast feminista, na Colômbia, foi inventado em 1930” (Esquivel, 2023)⁴⁴.

“A importância midiática da qual gozaram as mulheres, graças às primeiras mobilizações femininas na década de 1930, despertou o interesse para a promoção do voto feminino” (Ocampo, 2015, p. 15), contudo, ele não conseguiu se ratificar durante os dezesseis anos de presidência liberal, que não foram tempo suficiente para tantas desconstruções e, continuamente, para lavragem da terra progressista. A retomada conservadora entre 1946 e 53 congelou as intenções feministas, que esperaram, não sem luta, o ano de 1954: “foi um momento em que as mulheres conservadoras e liberais se uniram para gerar o efeito do voto na Colômbia, e [...] saíram por todo o País a fazer essa campanha, de porta em porta, em lugares muito recônditos, para dar o voto a mulher e diziam [...]: nossa bandeira é a paz” (Esquivel, 2023)⁴⁵. Curiosamente, em 1954, a Colômbia passava a viver um governo ditatorial, o qual – como já foi parcialmente visto– emplacou um golpe de estado garantindo discursivamente o fim da Violência, logo, a necessidade de uma ingerência militar para cumpri-lo. Ademais do plano intervencionista, o General Rojas Pinilla, conforme se sabe, guardava consigo propósitos populistas e para tal, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1954 (ANAC),

buscou sua base sindical através da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), impulsionou as criações do Movimento de Ação Nacional (MAN) e posteriormente da Terceira Força (que estaria formada pelo binômio Forças Armadas-Povo) [...], alternativas ao bipartidismo. Por fim, com a criação do Serviço Nacional de Ajuda Social (SENDAS), institucionalizou sua política popular assistencial. (Luna, 2000, p. 84)

⁴⁴ https://www.youtube.com/watch?v=qBvNJxsN_w: Fala retirada a partir dos 27 minutos e 12 segundos (publicado em 10 de setembro de 2023 / acessado em 12 de março de 2024)

⁴⁵ *Idem*: Fala retirada a partir dos 21 minutos e 25 segundos

No entanto, sua grande cartada, na ANAC, viria no Ato Legislativo número 3, onde finalmente sancionou o sufrágio feminino. “Com isso, o general ganhou a simpatia das mulheres e sedimentou uma das bases para a aprovação de seu projeto populista, que, definitivamente, não chegou a se desenvolver” (Luna, 2000, p. 86).

Finalmente, para votar, as mulheres tiveram que esperar, aproximadamente, mais três anos: em 1957, Rojas Pinilla –sob muita pressão da Frente Nacional (aliança Liberal-Conservadora)– renunciou ao poder. Prontamente, foi convocado um plebiscito que marcaria o fim de *La Violencia* e a aprovação de uma reforma constitucional que supostamente garantiria a democracia e a paz através da rotatividade presidencial, que quatro anos ficaria a cargo dos liberais e nos quatro seguinte dos conservadores, e assim sucessivamente: a proposta ganhou com ampla maioria e com a massiva participação feminina: “‘Elas deram o exemplo. Alegres, buliçosas, com a esperança posta na segunda república, estas mulheres bogotanas fazem fila em frente à estação *La Sabana* para esperar o turno de votar’, disse o pé de foto do jornal *El Tiempo*”⁴⁶, do dia 02 de dezembro de 1957.

Apesar da merecida comemoração, as mulheres, passada uma década de Violência, tinham mais a lamentar do que a festejar: o sofrimento de todo um país nos últimos dez anos se reverberava sobremaneira no sexo feminino, que, certamente, viria a (re)viver os reflexos, os traumas e novas ocorrências similares e/ou pioradas durante os conflitos armados:

La Violencia afetou às mulheres em sua diferença sexual: foram violadas e abusadas de forma terrorífica. É especialmente repetido o dado sobre a violação e morte das mulheres grávidas às quais lhes rasgavam o ventre para extrair o feto e substituí-lo por animais. [...] Parece claro que as impactadas foram majoritariamente mulheres camponesas e pobres (Luna, 2000, p. 82),

mulheres que ocupavam um espaço geográfico e socioeconômico absolutamente distinto quando as comparamos com Ofelia Uribe e Georgina Fletcher, que foram referências para a seção até aqui.

De fato, a desgraça não mingou, ao contrário, aumentou abrupta e desconsoladamente: os cinquenta anos que seguiriam à Violência maiúscula foram de violências não-minúsculas, violências outras e tantas e reconfiguradas e implacáveis e trágicas e sem-terminos, já analisadas aqui, porém agora, trazendo à tona como penaram as mulheres-vítimas: “as mulheres não-

⁴⁶ www.aa.com.tr/es/pg/galería-imágenes/-asi-se-registró-la-primera-votación-femenina-en-colombia (publicado em 02 de dezembro de 2017 / acessado em 12 de março de 2024)

combatentes (filhas, irmãs, mães, companheiras e esposas de combatentes) [foram] utilizadas como alvo direto ou como vítimas colaterais de violência física, psicológica e sexual”, mais efetivamente, “se constatou que no conflito armado colombiano, a violência contra as mulheres [vinculadas ao bando inimigo], primordialmente a sexual, teve por objetivo lesionar, aterrorizar e debilitar o oponente para avançar no controle de territórios e de recursos econômicos”, é o que diz o relatório *As mulheres diante à violência e à discriminação derivadas do Conflito Armado na Colômbia* (2006, p. 18) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No artigo *A mulher como vítima do conflito armado na Colômbia*, Sánchez, García e Cárdenas (2017, p. 52) trazem dados escalofriantes da Rede Nacional de Informação (2017):

No Registro Único de Vítimas –RUV– [...] no que diz respeito à mulher como vítima do Conflito na Colômbia, se destacam as seguintes cifras: desterro: 3.743.200, homicídio: 458.333, ameaça: 192.509, desapareção forçada: 77.893, perda de bens ou imóveis: 47.959, atos terroristas/ atentados/combates/hostilidades: 41.167, delitos contra a liberdade e a integridade sexual: 21.926 e sequestro: 8.934, entre outros.

Resumindo, até 2017!, foram registrados *quatro milhões quinhentos e noventa e um novecentos e vinte um* (4.591.921) casos de violência contra as mulheres: este mesmo número representa, aproximadamente, 20% das mulheres do País.⁴⁷ Entretanto, é necessário ser claríssimo: “existe um subregistro de casos de violência perpetrada contra as mulheres dentro do conflito armado colombiano e que as estatísticas oficiais disponíveis não dão conta da magnitude do problema” (CIDH, 2006, p. 23). Fato é que Dona Yolanda Valdés (mãe de Karen) está coberta de razão quando insiste em “lamentar por haver parido fêmea ao invés de varão” (Escobar, 2015, p. 19-20), no entanto, precisa saber que a espécie de malefício que cai sobre as mulheres da sua família (Escobar, 2015, p. 20), igualmente caiu e cai em um quinto das mulheres colombianas. Ressalta-se: os registros da citação apartada foram publicados em 2017, *La Casa de la Belleza* chegou para os leitores em 2015.

Foi neste cenário de morte que nasceu Melba Escobar, em 1976. Qualquer manifestação de vida era em si uma contrariedade: *vir ao mundo* não era a mesma coisa que *vir à Colômbia* e *dar à luz* era, na verdade, *dar à escuridão*. Nascer era plantar uma semente em terra arrasada; e em sendo essa semente uma mulher, a obstinação paradoxal era dobrada; e se, além disso, essa mulher chegasse a ser uma artista, dava-se um novo nascimento: em algum ponto do País, uma estrela cadente rompia a imensa treva.

⁴⁷ csa-csi.org/wp-content/uploads/2021/01/Ficha-Colombia-POR.pdf

2.2 As artes e a Literatura na Violência e nos conflitos armados

Depois de tudo que se relatou e se descobriu neste capítulo, falar de arte e de literatura soa como um capricho ou como uma frivolidade. É inevitável a pergunta: *Fazer arte* enquanto dezenas de pessoas morrem a seu lado é um rompante de alienação, um mergulho no âmago da dor, uma prática terapêutica ou uma maneira de guerrear? Ou as quatro coisas concomitantemente podendo ainda existir um quinto elemento? O presente trabalho, por ventura, chegará a responder à questão, todavia a reflexão ficará a cargo do fortuito leitor e do tempo que, eventualmente, será capaz de dar-nos a motivação latente e a informação genética armazenadas, respectivamente, no inconsciente e no DNA das manifestações artística colombianas que se revelaram a posteriori mas também, incrivelmente, simultâneas à Violência e aos conflitos armados, que serviram “de tristíssima matéria-prima para a literatura, o cinema, as artes plásticas e o teatro, composta de morte, pavor, dor, medo e incerteza” (Sabogal, 2015)⁴⁸: a produção a respeito e a partir dos eventos históricos mencionados foram impactantes e abundantes, inegavelmente; entre todas as categorias de arte, “a literatura é a que mais abordou o tema em todos os seus gêneros, especialmente a narrativa” (Sabogal, 2015); é inviável dar conta dos títulos em sua integralidade, mas é bem-vindo mencionar obras fortes e sensíveis que abrandaram as mágoas do público e ganharam o louvor da crítica: *¿Quién dijo miedo?* (1960, Jaime Sanín Echeverri); *Solamente la vida* (1961, Fernando Soto Aparicio); *La mala hora* (1962, Gabriel García Márquez); *El día señalado* (1964, Manuel Mejía Vallejo); *Cóndores no entierran todos los días* (1972, Gustavo Álvarez Gardeazábal); *Estaba la pájara pinta sentada en el verde limón* (1975, Albalucía Ángel); *Mi Cristo Negro* (1983, Teresa Martínez de Varela). Avançando no tempo, chegamos no século XXI: *Delirio* (Laura Restrepo, 2004); *El olvido que seremos* (Héctor Abad Faciolince, 2006); *Los ejércitos* (Evelio Rosero, 2007); *El ruido de las cosas al caer* (Juan Gabriel Vásquez, 2011); *Los escogidos* (Patricia Nieto, 2012); *Será larga la noche* (Santiago Gamboa, 2020); *El libro del duelo* (Ricardo Silva Romero, 2023). Qual será a próxima?

É irresistível ver os títulos e não se debruçar sobre eles, apenas sobre os títulos, sem mover uma página sequer; é intuitivo analisa-los com o filtro da Violência e dos conflitos armados quando sabemos “tudo” que significa essas guerras civis; é insuportável não relacioná-los, por antecedência, a tais períodos históricos e, até mesmo, não enxergar um fio condutor

⁴⁸ oglobo.globo.com/mundo/colombia-violencia-como-materia-prima-das-artes-17676094 (publicado em 02 de outubro de 2015 / acessado em 13 de março de 2024)

entre os próprios títulos, que juntos forjam uma narrativa independente: “Quem disse medo?” Ouvei medo? Precisava dizer *medo*? Medo de quê?, do que virá após 1960? Procederá algo pior? “Somente a vida” poderá combater o medo. Vida? Ledo engano: “será longa a noite” e não haverá um rele humano que não estará com “o dia marcado” e com “a hora má” determinada. “Condorens não enterram todos os dias”, mas nós, “os escolhidos”, sim, será o nosso fardo, sem que reste um só minuto de descanso para contemplar “a Pássara Pinta que estava sentada no verde limão” e já não está mais, tampouco voltará, pois ela é sinal de vida. E não adianta rezar, ainda que se evoque “meu Cristo Negro”, não há redenção, para onde se olha o que se nota é perdição: De quê adiantou tanto “Delírio” para um Cristo branco dos cabelos loiros e escorridos? Orou-se para o Cristo errado, esse de nariz afinado e queixo pontiagudo, profanamente nórdico; trocou-se gato por lebre e agora é tarde: não remanesceu um só vencedor, e quem se julga vivo está apenas atrasado. “Os exércitos” de anjos caídos se autoaniquilam, seus destinos tão logo escritos foram apagados: serão menos que pó, seremos menos que pó, seremos esquecimento, e “o esquecimento que seremos” não se resgata, é daqueles *investigiosos*, que não deixa indício nem ruído, voltaremos a cair, mas dessa vez sem ruído, “o ruído das coisas ao cair” não nos comporá: contrariamos a física, contrariamos as leis naturais e sobrenaturais, logo, não seremos e não merecemos um só sinal, melhor que sejamos nada, nem mesmo um péssimo exemplo ou tampouco “o livro do luto”.

Atendido o devaneio e terminado o desvio sedutor, o que se listou, rapidamente, foram quatorze títulos, deixando “de fora” outros notáveis, os quais não constam textualmente, mas figuram intrinsecamente. Contudo, é preciso pontuar que não todos os livros lançados com o mote Violência e conflito armado gozam do mesmo prestígio e préstimo artístico (ainda que isso seja muito relativo); alguns são preciosos processos de catarse e de salvação para quem os fez, não obstante

a imensa maioria [são] de obras esquecíveis, filhas da indignação e do afã da denúncia, valiosas como documentos, no entanto carentes de todo o interesse literário. Um dos críticos mais duros destes romances, o jovem García Márquez, as acusou de ser um mero inventário de mortos, e se colocou então na tarefa de contar a violência de outra forma [...] A partir de então, a literatura colombiana entendeu que a entrada para a violência deve ser lateral e ambígua. (Vásquez apud Sabogal, 2015)

Boa ou ruim, fica a indagação: Como não fazer literatura de/sobre/a partir das violências históricas? A impressão –incontrolável, descabida– que eu tenho é que não fazer literatura de/sobre/a partir das violências históricas é uma proeza. Inquieto com isso, perguntei à Melba Escobar na conversa-entrevista que tivemos, em 05 de dezembro de 2023: Melba, como você

conseguiu [em *La Casa de la Belleza*] escapar, em grande medida, desta temática? Como não cair nesse “vício” que, como vício, se confunde com necessidade? Ou como as violências históricas da Colômbia estão presentes e eu não as vejo com tanta nitidez? Ela respondeu:

Creio que [*La Casa de la Belleza*] não escapa completamente, na medida em que é um livro onde há muita violência; o que ocorre é que, talvez, seja outro tipo de violência, violências mais cotidianas, mais normalizadas, dessas que não saem tanto nos tabloides, que não ocupam manchetes de imprensa, porém a sensação da violência, para nós, persiste, está ali.

E sendo uma *sensação da violência*, cheguei a entender –pois a reflexão de Melba seguiu dando boas voltas– que esta vai se confundir com as sensações de violência mais experimentadas na história do País. Melhor dizendo, não existe uma só categoria de violência social, política, sexual, racial, entre outras, que não se confunda com as sensações da violência vivida durante todo período pré e pós Violência, até porque as violências históricas da Colômbia também estabeleceram alvos a partir de interseções de classe, de gênero e de cor, e não só de posição partidária: em termos abstratos, é impossível desassociar as percepções subjetivas oriundas de uma violência pois estas estariam interferidas pelas marcas dos traumas coletivos da Violência, dos conflitos armados, etc. Na Colômbia, ainda prevalece uma previsão do narrador de *La Vorágine* (1924, um clássico de José Eustasio Rivera), que ainda em “tempos de paz” narrou de modo exusíaco: “Joguei meu coração ao acaso e ganhei a violência”, como se não houvesse sorte de destino que reservasse outro acometimento: tudo será tragédia, num grande vórtex.

“Aqui [na Colômbia], a cada dez anos a burguesia se cansa de fazer a guerra e há um processo de paz. Depois, se cansa de negociar a paz e volta a fazer a guerra. É como os ciclos de Macondo (cidade fictícia do romance *Cem anos de solidão*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez)”. A reflexão do professor Francisco Toloza, da Universidade Nacional (UN) de Bogotá, em 2013, soa como profecia. Naquela época, a fase pública dos diálogos de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (Farc-EP) e o governo colombiano havia apenas começado. (Chagas, 2020)⁴⁹

A Colômbia de 2024, nos seus duzentos e quatorze anos de independência, passa por uma atmosfera que se aproxima à paz, o que em si é uma conquista grandiosa, inconcebível num passado muito recente – vide 2020, quatro após a assinatura do Acordo de Paz: “temos que dizer que o balanço é bastante negativo. Há grande preocupação com o descumprimento do que foi acordado. [...] Não se conseguiu avançar devido à falta de vontade política por parte do governo” (Jimenez, 2020)⁵⁰, que naquele momento estava a cargo do presidente da extrema-

⁴⁹ Trecho coletado na reportagem da *nota 40*

⁵⁰ *Idem*

direita Ivan Duque. Atualmente, a chefia de estado está sob comando de Gustavo Petro, ex-integrante da guerrilha M-19, o qual alcançou uma vitória histórica nas eleições nacionais de 2022, tendo por vice-presidente uma mulher negra: Francia Márquez. O economista e político da esquerda colombiana tem feito prevalecer o acordo e a violência –nos moldes históricos– está adormecida, só não se sabe se por tempo indeterminado.

Quem vai à Colômbia percebe quase instantaneamente que o perigo da morte se alterna com uma desenfreada fascinação pela vida. A pátria mãe amamenta seus filhos com os dois seios: um da violência e outro da alegria. Como se vivêssemos em carnaval, vida e morte, alimentam uma festa movimentada pelo inquieto vigor dos trópicos — diz Laura Restrepo, que refletiu parte desta realidade em seus romances. — Um número surpreendente de bons literatos, poetas e jornalistas; baile e música; feroz senso de humor; espírito temerário; bibliotecas públicas de luxo; estudantes vivaces e curiosos; mães corajosas; médicos abnegados; sacerdotes comprometidos; alguns juízes incorruptíveis; rebelião borbulhante e uma obstinação quase poética em empreender processos de paz em meio à guerra, fazendo da própria boca do vulcão esta zona de segurança onde a sobrevivência se protege e se enriquece.⁵¹

Dito isso, não deixa de ser incrível, desde uma mirada forânea, como a sobrevivência se protege e se enriquece na Colômbia; e é impossível não atribuir uma grande parcela de autoria e mérito à Arte. A arte seria uma das poucas coisas capazes de explicar a insistência do povo colombiano na vida e a resistência à profusão de contextos para autoextinção; a arte teria se proposto como “a resposta humana à certeza de sua própria finitude”, defende Viviescas (2016, p. 15), quem complementa: “somos mortais [uma idiosincrasia do povo colombiano] e a arte nos oferece a experiência da transcendência: não na ideia, não na crença, não no conceito, mas sim na experimentação infinita do sensível”. Contestada ou não a pergunta que abriu essa seção, avançar-se-á para o capítulo três.

⁵¹ Trecho coletado na reportagem da *nota 48*

3 Análise de aspectos da obra

Ou: Quando começará a moda da Harmonização Social?

Neste e no próximo capítulo, dar-se-á o que se convém chamar de análise literária. No entanto, se este trabalho se entende como uma representação do campo discursivo de ação livro-leitor⁵² ou como parte do mesmo, o aproveitamento literário começou na primeira linha desta dissertação e manteve-se em curso durante o capítulo dois, o qual trouxe passagens de *La Casa de la Belleza* interagindo com e enriquecendo o objetivo de examinar a violência histórica na Colômbia dos séculos XX/XXI e suas consequências na violência de gênero. Esta dissertação é antes um grande diálogo, a partir da violência de gênero, que uma análise recortada de aspectos da obra; contudo, se o rigor orienta formalização, elencam-se, aqui, os aspectos que se verão sublevados em usando-se a sabida lupa da violência de gênero: categorias sociais interseccionalizadas, deslocamento regional, práticas coloniais-sexistas (entre elas, estupro e prostituição), mulheres autopercebidas (ou não) e intersubjetividade. Finalmente, levar-se-á em consideração os seguintes elementos da literatura (Compagnon, 2014): mundo/representação, leitor/recepção e estilo, entendendo este último como a arquitetura do texto, a característica empregada à escritura. Dito isso, “o objetivo é tornar-se desconfiado de todas as receitas, de desfazer-se delas pela reflexão” (Compagnon, 2014, p. 24).

Na introdução, pincelou-se sobre o duplo protagonismo em *La Casa de la Belleza*. Os nomes de Karen e Claire foram mencionados: a primeira é o motor da trama, a segunda é quem faz o motor desempenhar; dado o arranque, nós, leitores, mantemos a obra-veículo em movimento. Foi dito que o vínculo entre ambas faz o enredo desenvolver-se, que Karen (mulher popular) atrai para si os fatos que conduzem a estória e que a psicanalista Claire os narra, desde o seu lugar de mulher privilegiada, que neste caso não se acerca tanto a um oxímoro: “Aceito minha natureza classista. Aceito, mais que aceito, abraço meus ódios: Caso essa seja a definição de maturidade” (Escobar, 2015, p. 12). No entanto, é necessário pormenorizar o início e o andamento dessa relação: este capítulo três partirá redescobrimo quem são elas e como foi o começo da amizade (ou quase-amizade) entre as personagens principais:

La Casa de la Belleza, se via em letras prateadas. Entrei por simples curiosidade. [...] Encontrei um primeiro piso carregado de produtos caríssimos para rugas, para hidratação, para emagrecimento, [...] quando, de repente, a vi, ela estava junto à recepção. Tinha um tênis branco, um uniforme azul claro e um penteado com rabo de cavalo. Sua larga cabeleira negra azeviche caía sobre suas costas [...], sua beleza era firme [...]. A garota exalava vida. Havia nela algo selvagem e bruto que a fazia parecer

⁵² Este conceito segue desenvolvendo-se e ganhará relevância no avançar do capítulo quatro.

[...] verdadeira. [...] Karen é um grande mistério. [...] Quiçá, porque fiquei aí pasmada, a admirando, como se fosse uma aparição, ela se aproximou e me perguntou: “Necessita ajuda, senhora?” (Escobar, 2015, p. 15-16).

Essa interação foi o primeiro passo. Minutos depois, Claire já estava na cabine de atendimentos estéticos onde atuava Karen exclusivamente: espaço favorável para o desenvolvimento da relação, pois, embora profissional, é também íntimo: configurando uma dupla responsabilidade da atendente para com a cliente, logo uma irremissível confiança da cliente para com a atendente: “Aquilo que se confessa na cabine não sai daí, tal como ocorre no divã. Como o terapeuta ou o confessor, a esteticista tem um voto de silêncio” (Escobar, 2015, p. 28).

Em muitas ocasiões, Claire expunha seu corpo, que, apesar da conotação objetificada que ele ganha nessa loja/clínica/casa da beleza, não deixa de ser um território sagrado, um território inviolável que se abre para as mãos de Karen, um corpo que flutua nesse limbo produto-e/ou-subjetividade, um corpo contraditório que ao se dispor e se despir costura uma linha tênue entre o profissional e o pessoal. “Com o avançar do tempo, o ritual de fechar-nos nessa cabine em solidão, amparadas pela sua juventude [de Karen], sua cadência de mar, o vigor de sua mão firme e suave, se converteram para mim [Claire] em uma necessidade tão feroz como a fome” (Escobar, 2015, p. 20). É neste embaraço que, rapidamente, Karen e Claire chegam a ter algo semelhante à amizade, que, definitivamente, não se comprova: “Me diz uma coisa: ‘Se passou algo grave?’ [perguntou Claire.] ‘Não necessito de uma psicóloga’, respondeu [Karen] com *secura*. ‘E uma amiga?’ [replicou Claire.] ‘Você e eu não somos amigas’, disse [Karen.]” (Escobar, 2015, p. 118). O companheirismo entre elas, durante todo o romance, permanece ameaçado; há uma tensão limitante, muito determinada pelo distanciamento socioeconômico, que mantém o status do vínculo como *abalável*: a relação Karen-Claire pode ser um exemplo do “fracasso da intersubjetividade” (Fuentes, 2021), que também seria um resultado exitoso da organização social de gênero (Saffioti; Almeida, 1995). Provenientes de realidades díspares e ocupantes de mundos distinguíveis, as protagonistas, se unidas, poderiam simbolizar uma contundente resistência, um novo marco civilizatório feminino, uma contrapartida que questionaria o (cis)tema, a organização social de gênero, todavia, com o definitivo afastamento (o capítulo quatro se encargará de esmiuçar ainda mais esta não-amizade), constituem-se em polos e confirmam seus lugares submissos, sancionando o sujeito universal masculino (Pisano, 2004).

Karen Valdés é uma jovem *cartagenera*⁵³, mãe solo, de ascendência humilde, que, apesar de ser “uma péssima pobre que não sabe centavear⁵⁴” (Escobar, 2015, p. 91), segundo sua própria colega Maryuri⁵⁵, foi tentar melhor sorte na cosmopolita Bogotá –maior cidade do país–, afastada em mais de mil quilômetros de sua origem e de seu filho, Emiliano, que ficou com a avó (Yolanda) à espera da promoção socioeconômica da mãe, para enfim poderem viver juntos: “Karen fantasiava com um bairro onde Emiliano pudesse brincar na rua até tarde com outras crianças, sem que ela se preocupasse” (Escobar, 2015, p. 81). Sem muito tardar, Karen consegue serviço num “bom lugar para as mulheres sérias e discretas, dispostas a trabalhar doze horas diárias” (Escobar, 2015, p. 25), conforme palavras da sua própria chefe, Josefina de Brigard, a dona de *La Casa de la Belleza*.

Antes de apresentar o outro lado da moeda (Claire), deve-se acrescentar que os impactos com os quais se depara Karen tem muito a ver com seu deslocamento regional, ao menos é bem ilustrado por ele: Cartagena e Bogotá são extremamente separadas não só pela distância física (quase vinte horas de viagem por vias terrestres), mas por variados elementos culturais, diretamente implicados pela localização ecossistêmica: Cartagena é uma cidade portuária na costa caribenha e altamente envolvida com o seu clima tropical; já Bogotá, muitíssimo acima do nível do mar, é a terceira capital mais alta do mundo. Não bastasse o ar rarefeito, a cidade conta com uma chuva insistente e companheira. No imaginário social, a primeira cidade é colorida, a segunda é uma paleta de cinzas: “[...] esta cidade cinza, e a poeira cinza, a nuvem cinza, os trajes cinzas [...], a poluição cinza, a puta *cinzitude* desta cidade ia matá-la [a Karen] de uma puta tristeza” (Escobar, 2015, p. 255). Tais aspectos, relativamente naturais, estão cravados nas respectivas populações –cartagenera e bogotana– e são deflagradores de quase tudo que envolve cada cultura: desde a comida até as ocorrências dialetais⁵⁶, passando, sobretudo, pela personalidade coletiva.

⁵³ Natural de Cartagena das Índias, cidade caribenha, capital do departamento de Bolívar (Colômbia).

⁵⁴ *Centavear*: palavra não reconhecida pela *Real Academia Española*, porém é um vocábulo legítimo –e intuitivo–, de entendimento social compartilhado na Colômbia, e está presente no *Breve Diccionario de Colombianismos*, com o seguinte significado: “Vender coisas de pouco valor em busca de pequenos ganhos; Pedir e fazer contas com minuciosidade até as últimas quantias” (www.calameo.com/read/0043402788bbce2d2b58a), ou seja, reunir esforços para fazer valer cada centavo, para tirar proveito do mais reduzido valor monetário, para conseguir um pouquinho mais do mínimo que se tem.

⁵⁵ Ela foi quem deu moradia para Karen após o estupro sofrido por esta em sua antiga residência. Também na casa de Maryuri havia trabalhado como diarista assim que chegou a Bogotá.

⁵⁶ “E outra coisa, há quem não goste do sotaque costenho: deixe-o calado. [Lhe deu como última orientação na entrevista de emprego, sua futura patroa, Josefina, dona de *La Casa de la Belleza*]” (Escobar, 2015, p. 27)

A trama se vale disso e percebemos, sem muitos obstáculos, que esta saída-chegada é violenta para com a esteticista: a altitude metropolitana traz um frio não só externo, porém também um frio mediador de relações, e “Karen pensa que ela é um animal de terra quente, e volta a perguntar-se o que raios foi fazer nesse freezer, o que a levou para Bogotá, [...] a aprender uma amabilidade impostada, [...] a esquecer-se de quem era” (Escobar, 2015, p. 254). O frio além de literal é simbolizador da pouca hospitalidade de Bogotá para com Karen, que “recorda [...] o despertar com o canto dos canários. Recorda a sopa de pescado *de los morros* e a pele tesa” (Escobar, 2015, p. 20), tesa e vigorosa pelo calor combinado com a maresia, já *aqui* não há “um sol que *borra* os confins das coisas para fazer com que tudo se *recubra* de um dourado esparzido, meloso como o coco, ou como o sumo da mexerica [...], aqui ninguém joga cartas à sombra de uma mangueira, aqui não há árvore-de-cuia” (Escobar, 2015, p. 250-252, grifo nosso). Da página 20 a 255, da 255 a 20, do começo ao fim, de cabo à rabo, Karen vive entre suas memórias e seu ínfimo presente, vive de-Cartagena-a-Bogotá, “cada vez mais aqui e lá ao mesmo tempo e, no entanto, em nenhuma parte” (Escobar, 2015, p. 252); ainda que não se registre lembranças e que não haja menções a esta ou aquela cidade durante ene capítulos, intui-se que a há “uma condição muito específica de deslocamento dentro do próprio país, qual seja, a de não pertencer [...] a lugar nenhum, a de carregar consigo uma fratura [...], a de, afinal, caracterizar uma situação de perda, sem sinalizar qualquer ganho no território de chegada” (Pires, 2008, p. 62), intui-se, por conseguinte, que o acidente geográfico está atuando, sente-se que Karen, invariavelmente, tropeça no relevo e cai: no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra de 2640m de altura no meio do caminho de Karen.

Era uma cidade velha, colonial, de vetusta época, e triste, talvez a mais triste de todas, sempre chuvosa e adversa, em hirtas alturas, numa altiplanicie na cordilheira, próxima às nuvens, castigada pelo inverno, uma das capitais mais elevadas do mundo. Lá, no hostil espaço, o ar era extenuado e raro, os sinos marcavam as horas no abismático, como falsas paradas do tempo, para abrir lástimas, e os discordiosos rumores humanos apenas realçavam o grande silêncio, um silêncio também morto, como se mesmo feito da matéria desmedida das montanhas. Por lá, rodeados de difusa névoa sombria, altas cinzas, andava um povo de cimérios. (Rosa, 1969)⁵⁷

No conto *Páramo*, João Guimarães Rosa (1969) narra a vida de um diplomata brasileiro que, ao cabo de uma viagem a ele imposta, se assustou com seu destino, com essa planície solitária e fria que seria Bogotá (aliás, a palavra *fria* aparece cinco vezes na estória adjetivando a cidade). A capital da Colômbia ressignifica, a partir do protagonista, a ideia de melancolia, alçando-a a seu suprassumo ou a seu cúmulo: “Não sou daqui, meu nome não é o meu, não tenho um amor,

⁵⁷ <https://www.revistaprosaversoarte.com/paramo-joao-guimaraes-rosa/> (publicado em 16 de janeiro de 2017 / acessado em 09 de maio de 2024)

não tenho casa. Tenho um corpo?” (Rosa, 1969): Seria essa a voz de Karen ou do diplomata brasileiro?: “Por onde me metera, que agora me acho perdido, sem saber de meus passos?” (Rosa, 1969). O ponto de contato aqui não se dá somente entre protagonistas, me incluo nesta como um terceiro elemento pois, como não-colombiano, ainda que eu chegue a assimilar a dor do deslocamento de Karen, não vou terminar de entender as complexidades e os pormenores, logo, é bem-vinda uma voz brasileira, que é fictícia e real *a la vez*, posto que João Guimarães Rosa viveu na Colômbia entre 1942 e 44, posteriormente “retornou como delegado do Brasil a IX Conferência Pan-americana e testemunhou o [...] Bogotazo, em abril de 1948” (Escallón, 2013, p. 261), ou seja, muito mais que meu semestre letivo na *Universidad de Antioquia* (Medellín/COL) com uma semana em Bogotá.

Vale a pena pensar que, a partir desta ótica, o telurismo pode auxiliar na leitura de *La Casa de la Belleza*, visto que na literatura, além de um movimento latino-americano da primeira metade do século XX (Romance Telúrico), entende-se como um sentido da terra, como uma influência que esta, que o solo, exerce sobre o costume e/ou o caráter dos personagens de uma região; é, ademais, o interesse na relação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente –que não só se rodeiam–, como os dois últimos atua no primeiro e, enfim, como os três elementos se comprometem. “A relação telúrica da mulher com o planeta, ausente nas literaturas de outras línguas europeias, é um traço distintivo da literatura latino-americana” (Martínez, 1999, p. 7). Assim sendo, não é possível que coloquemos o êxodo de Karen na inocente e genérica categoria “foi atrás de seu sonho na cidade grande”; a esta cidade grande, a “esta zona montanhosa, quase sempre fria, cada dia chegavam mais pessoas provenientes de todas as regiões do País. Karen pensou que ela era uma dessas pessoas. Como os vendedores de manga, compradores de sucata, catadores de ossos, malabaristas e pedintes” (Escobar, 2015, p. 40), e Karen estava certa em pensar isso.

O glamour do seu local de trabalho não garante a Karen um outro posto senão operária, uma mais tragada pela máquina urbana. O ópio de *La Casa de la Belleza* é exclusivo às clientes que a frequentam, dentre elas, Claire Dalvard, que, segundo ela mesma, apesar de odiar “as unhas postiças de cores extravagantes, as cabeleiras falsamente loiras, [...] o perfume excessivo” (Escobar, 2015, p. 9), se permite caprichos parecidos, pois embora deteste *a las señoras bogotanas*, também se inclui como tal, porém luta para distinguir-se (Escobar, 2015, p. 10). Claire é loira, tem 1,75m de altura, olhos azuis e traços dissonantes em relação aos estereótipos latino-americanos. No ato da narração, ela tem 59 anos de vida. Filha de um

imigrante francês, que chega à Colômbia via licitação a fim de construir uma siderúrgica, Claire, contudo fosse nascida no País, nunca se notou como colombiana, ao mesmo tempo sempre se sentiu uma expatriada quando em Paris, dilema do entrelugar que se aparenta com a migração de Karen, porém deve ser lido com outros vieses: Claire foi uma *exilada circunstancial*, termo que Maria Isabel Pires (2008) toma emprestado de Tzvetan Todorov (1999), o coloca em diálogo com Edward Said (2003) e aqui o aplicamos a Claire: “as reflexões-depoimentos de Said e Todorov reconhecem algo de positivo nessa empreitada, qual seja, o contato com, pelo menos, duas culturas distintas, duas línguas [...] e, afinal, a procura por enraizamento na terra de chegada, que não se materializa” (Pires, 2008, p. 61), é o que confirma Claire: “havia saído quase fugindo de uma sociedade que me resultava estreita para chegar a um país onde sempre fui estrangeira. Eu era um pássaro sem árvore e, no entanto, estava à vontade. Ainda assim, não era de toda feliz” (Escobar, 2015, p. 219).

Feliz ou não, na França foi onde viveu a maior parte de sua existência: um longuíssimo período entre sua juventude e seus 57 anos. Na Cidade Luz estudou, se graduou, exerceu sua profissão, teve uma filha e nada lhe fazia menos exilada. Sua memória lhe cobrou um retorno, sozinha fez o caminho de volta. Esse lapso temporal de três a quatro décadas safou Claire dos conflitos armados e conferiu a ela uma “visão *contrapontística*” (Said, 1999 apud Pires, 2008, p. 61), um olhar forâneo e depurado para a atualizada conjuntura colombiana, entretanto, um olhar inocente em certo aspecto. Ainda que natural e residente de tal país, ela consegue perceber as coisas com distância e com parâmetro de uma outra vida que levava na França, nem melhor nem pior, mas *outra*. Na companhia de si mesma e desfrutando de sua mirada crítica e não poluída pela violência histórica, Claire faz uma leitura imediata da realidade que a rodeia (Escobar, 2015, p. 12). Com os perigos do imediatismo, narra o cotidiano bogotano com sensibilidade, assombro e crueza:

Ao cruzar a avenida, [a Karen] lhe perturbaram as buzinas, a fumaça dos veículos, os ônibus verdes e velho como a fome dos que pedem esmola, os mancos armados de limpa-vidro à caça de moedas, os desalojados com suas cartolinas sujas onde invariavelmente escrevem a lenda de um povo desaparecido, a história de um massacre com erros gramaticais (Escobar, 2015, p. 39).

Ao narrar as mazelas cidadinas como uma perturbação –gerada em Karen–, Claire hipoteticamente as centraliza, sacando-as da função de cenário e instalando-as no papel de fenômeno social. Em outras palavras, Claire desregula as mazelas cidadinas, fazendo com que as mesmas percam o caráter de normalidade que a própria sociedade lhes atribui, isto significa que se forja uma substituição, saindo a condição de *regra* e, momentaneamente!, ingressando

a de *exceção*: é o que crê sustentar a narradora-personagem. Todavia, três particularidades entrelaçam-se e são cruciais: Primeiro, para revelar a Cidade, Claire *elenc*a problemas que a constitui, *enumera* as mazelas citadinas, as quantifica mais do que as qualifica e não se prende com complexidade em nenhuma das perturbações. Segundo, o leitor está acompanhando Karen, que tem por objetivo cruzar a avenida, *passar* pela mesma, apenas chegar ao outro lado – de quebra, Karen superará as perturbações “fugazes”. Terceiro, ao relatar as mazelas citadinas com modo descritivo, como ingredientes da paisagem urbana, alheia à trama, empregando na escrita a linearidade e a simpleza de quem cita os azulejos da cozinha, torna a regulá-las, devolvendo-lhes o caráter de *regra*, de aceitação. No entanto, esta paisagem urbana é, em grande medida, composta de vida humana, a qual se mistura com os elementos inanimados e termina invisibilizada – me sobressalta uma pergunta: Há alguma distinção para a urbe *que* vivemos todos os dias? A Cidade é um personagem da obra, um ser latente que se move no *claroscuro*. Enquanto leitores, quando não percebemos a cidade, nos transferimos imediatamente para a nossa condição de cidadão, somos conduzidos para a “indiferença que nos desumaniza”; continuar lendo o livro ou sair de casa e dobrar a primeira esquina passa a ser a mesma coisa.

Terminado o primeiro atendimento de Karen na recém iniciada tarefa de prostituição, ela entrou no táxi e “se ouvia o noticiário Alerta Bogotá da emissora La Cariñosa [...]: *Incrível! Porque pensava que era corno, trabalhador da construção mata a sua própria esposa com vinte punhaladas na localidade de Bosa*” (Escobar, 2015, p. 141). O carro Chevrolet Spark a conduzia de volta à casa. Uma vez mais, o leitor está acompanhando Karen em movimento, a qual novamente está indo de um lugar a outro, com o objetivo apenas de locomover-se entre pontos de saída e de chegada; e é neste ínterim, aparentemente dispensável, que surge o rádio, tal qual a cidade, como ambientação “somente”, ainda que narrando um feminicídio. “Karen tentou dormir, porém com essas notícias era impossível. ‘Desculpa: será que podemos escutar outra coisa?’ ‘Claro, meu amor’, respondeu [o taxista]” (Escobar, 2015, p. 141-142). E Karen voltou a superar “perturbações fugazes”.

Bem como a cidade que aparece e se borra, a violência de gênero experimenta o mesmo mecanismo de exteriorização-interiorização. Ainda poderá haver a ocasião em que cidade e violência de gênero se mesclam e, juntas, manifestam-se em movimento:

Já havia passado o horário de pico. [Karen] não teve que esperar mais de dez minutos na estação. Dentro do ônibus, [...] não havia assento livre [...]. Calculou que em umas cinco paradas poderia sentar-se. Não falhou [...], conseguiu um banco vazio colado à janela. Descansou a cabeça sobre o vidro meloso e se deixou embalar pelo ruído do

motor. De vez em quando, abria os olhos para confirmar por onde ia. [...] A seu lado, saía o gordo de barbas e se acomodava uma garota grávida com sete meses no mínimo e com seus dezesseis anos no máximo. [...] Karen a mirou de soslaio pois não se atreveu a vê-la de frente. [...] A menina prenha roía o sabugo da unha de tão mordidas a segunda. O cabelo estava oleoso e a expressão como de medo. Karen sentiu uma forte vontade de falar com a jovem, ainda que fosse para distraí-la [...]:

- Quanto tempo de gravidez?

- Sete meses.

- Para outubro?

- Sim, senhora, começando outubro...

- E o papai está muito contente?

- Sim, senhora, estava.

- Já não mais?

- Não, porque está morto.

Então, à garota se alagaram seus olhos. Karen não dizia nada, mas agora sim a olhava de frente [...]. A menina voltou a levar os dedos à boca e Karen, com delicadeza, porém com gesto firme, lhe retirou a mão da boca e a colocou sobre sua perna, e a deixou aí, quieta, com sua mão descansando sobre a dela. [...] A jovem grávida havia descido e um homem velho ocupava seu lugar. [...] Ao baixar o homem, subiu uma mulher da sua idade [...], falava por telefone com voz ansiosa: “Mas mãe, é minha filha”, dizia, “é minha filha”, “é minha filha”, como repetindo um mantra. Karen fechou os olhos [...] não queria escutar sua vizinha de assento. Teve medo. (Escobar, 2015, p. 82-91)

Karen, voltando para casa após um cansativo dia de trabalho –“lhe doíam as panturrilhas, os braços, os tendões das mãos” (Escobar, 2015, p. 91)–, conduzida pelo transporte público, atravessava a cidade e lhe atravessavam cenas nas quais mulheres, mães em composição ou consolidadas, sofriam por algo que talvez acreditassem inerente à condição feminina delas, sofriam por algo relacionado à figura materna que desempenhavam, pela responsabilidade unilateral que lhes acometia, pelo peso que carregavam incomparável ao peso que (não) carrega a figura paterna. As duas personagens que se esbarraram com Karen nem chegam a receber nome e são cortadas da obra na mesma velocidade em que brotam; ambas entremearam Karen como “perturbações fugazes”; três páginas adiante são esquecidas pelo leitor que está acompanhando Karen, novamente, deslocando-se, passando entre origem e destino; eventualmente, o foco do leitor estava no que se sucedia antes do ônibus, tal qual antes do táxi e antes da avenida. O foco do leitor, provavelmente, está expectante ao que virá depois do ônibus, depois do táxi e depois da avenida. Entretanto, ônibus, táxi e avenida não parecem apenas conduto entre acontecimentos dito relevantes, sobretudo se somados: ônibus, táxi e avenida são membros do personagem Cidade, membros de ação e de inércia, que escrevem conteúdo ou que levam o conteúdo inscritos em si, conteúdo que invariavelmente flerta com a violência, principalmente a de gênero.

Vejamos: cidade e violência de gênero (às vezes, somadas) passam pelo mesmo processo, por esse *claroscuro*, por esse processo de conjunção, “conjunção [...] que propiciou

o nascimento do Barroco: a luz e a sombra. Esse jogo teatral, que foi tão particular na pintura de todo este movimento e que veio [...] para gerar uma identidade própria e distintiva, foi trasladado à literatura através de mecanismos retóricos fascinantes” (Paggi, 2021)⁵⁸. Em *La Casa de la Belleza*, o contraste entre detalhe e proeminência ou, respectivamente, entre transição e paragem é o mecanismo retórico que faz o leitor se perder na penumbra: detalhe e transição *versus* proeminência e paragem constituem os lados e o duelo do *claroscuro*. Em variadas vezes, cidade e violência de gênero se dão em trechos textuais –conforme se viu nos parágrafos anteriores– sobre os quais o leitor se atém com menor vigilância, em trechos textuais que são, então, como um cenário, uma soma de detalhes que o leitor cruza e o mesmo não ventila considera-los proeminentes. Trechos textuais que também são chamados de “passagens” no linguajar literário, alcunha impecável sobretudo para reflexão em curso, posto que o leitor as atravessa, *passa* por elas a fim de chegar em um novo desembarque, trata-se, portanto, de um leitor que está em transição, está entre um ponto de tensão da obra e outro, entre a paragem anterior e a porvir, como se a história fosse um eterno caminhar entre fatos considerados relevantes para a trama, onde os fatos seriam a luz e os caminhos a sombra: os fatos-luz seriam proeminência e paragem; já os caminhos-sombra, respectivamente, detalhe e transição. Todavia, em *La Casa de la Belleza*, tal qual na vida dita real, as partes se misturam: cidade (mazelas citadinas) e violência de gênero são fatos sim, porém fatos-sombra, pois se dissimulam, se escurecem para se realizarem, por isso o espanto quando se noticia que “determinada coisa se deu em plena luz do dia!”, quando, na verdade, o espanto em si deveria advir da *determinada coisa* e não do turno de sua ocorrência. Em outros termos, aqui se confirma que a sociedade da fealdade finge que não vê, e é relativamente mais fácil *fingir que não vê* às escuras.

Aliás, ver às escuras não é uma habilidade trivial, Giorgio Agamben (2009, p. 62) defende que é contemporâneo “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”, todavia, não se logra molemente tal capacidade, posto que

o escuro não é [...] um conceito privativo, a simples ausência da luz, algo como uma não-visão, mas o resultado da atividade das *off-cells*, um produto da nossa retina. Isso significa [...] que perceber o escuro não é uma forma de inércia e de passividade, mas implica uma atividade e uma habilidade particular que, no nosso caso, equivalem a

⁵⁸ <https://ulricarevista.com/post/el-claroscuro-o-el-extremismo-emocional> (publicado em 13 de maio de 2021 / acessado em 10 de maio de 2024)

neutralizar as luzes que provêm da época para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável *da luz* (Agamben, 2009, p. 63).

Perceber o escuro é perceber os fatos-sombra, é ser responsável com seu tempo estando sempre um ínfimo instante adiante, dito isso, ser contemporâneo é –quicá– estar entre o presente e o futuro. *La Casa de la Belleza* não se enuncia contemporânea, em contrapartida, humildemente, nos oferece a oportunidade de ser. Em não aproveitando a oportunidade, correremos o risco de sermos *sujeitos implicados* (Rothberg, 2019)⁵⁹ e andar pelos caminhos-luz da sociedade da fealdade, onde tudo é diáfano, avesso e obsoleto.

3.1. Novos subsídios teóricos e a voz empírica

Feitos os devidos avanços literários, dar-se-á um passo para a fora da obra –mantendo um pé dentro– a fim de imersões teóricas mais densas e discussões a partir das fontes consultadas e dos conceitos absorvidos: Luciana Cadahia (2020)⁶⁰ auxiliada por Rivera (2018) relata que entre as décadas de 60 e 90 se desenvolveu a chamada terceira onda feminista, menos preocupada com direitos civis e políticos, por essa ter sido agenda da etapa precedente (Sufragista: passagem do século XIX para o XX), e sim mais envolvida com a defesa da subjetividade feminina, àquela época –e ainda hoje– objeto de exploração da organização social de gênero (logo, do sistema capitalista que potencializa a mesma organização social de gênero). Então, qual seria a melhor maneira de defender as subjetividades femininas? Como “fazê-las” pouco detectáveis, flexíveis e fluidas? O que significa ser mulher? Quem são as mulheres? Que sujeito é o sujeito feminino (sendo que não é possível falar em sujeito feminino singular)? Simone de Beauvoir (1949) diz que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, pois seria necessário viver e entender a condição da mulher dentro da organização social de gênero, dentro da sociedade da fealdade, para então reconhecer-se mulher: tal concepção pode encontrar uma extensão ou uma explicação atualizada na própria Luciana Cadahia (2020), que sugere o intuitivo termo *mulheres autopercebidas*. Apesar de defender e sobressaltar a subjetividade feminina, a terceira onda feminista não necessariamente buscava “soluções” para as perguntas

⁵⁹ Este conceito será discutido e melhor aproveitado no capítulo quatro (seção 4.1). O que se pode e deve “adiantar” é que *sujeito implicado*, reduzida e resumidamente, é aquele que não é vítima nem perpetrador, mas não conseguindo lutar contra o *status quo* se alinha ao mesmo, contribuindo para regimes de dominação.

⁶⁰ www.youtube.com/watch?v=9ku_pHEb5PI: Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”, dirigido por Luciana Cadahia. Sessão 1 (publicado em 13 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 29 de março de 2024)

anteriores, a impossibilidade de respostas delimitadas era bem-vinda: a subjetividade feminina percebeu-se imprevisível e, ao fim e ao cabo, contribuiu para preservar o que da mulher ainda resiste. Luciana Cadahia conta, então, que, feito o trabalho da terceira onda feminista, era chegado o momento de a mulher pensar-se para além de sua comparação com o masculino; equiparar-se em direitos civis e políticos com os homens era “pauta vencida” (o que não quer dizer “verdadeiramente alcançada”). Dessa forma, o território parecia preparado para a quarta onda –desde o início dos anos 90 até o avançar dos anos 2000– que travaria uma luta multidimensional, liderada pelos feminismos latino-americanos, negros, lésbicos, “indígenas” e outras significativas variações étnico-sociais.

O parágrafo anterior além de referencial teórico é referencial contextual, pois é no correr deste tempo que se desenvolve e se forma Melba Escobar, é pela quarta onda que é motivada – e não limitada– *La Casa de la Belleza*, ou seja, como se tal momento histórico fosse o inconsciente literário da obra. No entanto, ainda que “inconsciente literário”, não se está supondo aqui uma leitura do livro restrita a essa ou aquela onda, definitivamente esta não é uma intenção do trabalho que avança. A título de exemplificação da múltipla interferência das ondas na compreensão do livro, vale trazer à luz o que sinaliza Dhondt (2020) ao afirmar que *La Casa de la Belleza* se aproxima à segunda onda feminista, em detrimento da terceira, pois esta última “complexifica a relação entre agência e beleza ao afirmar que a cirurgia cosmética ou o trabalho sexual [pois Karen chega a se prostituir] podem se entender como direitos à autoexpressão e a formas de empoderamento” (p. 81), no entanto, no decorrer da estória, (elucida o teórico) “tanto a bela jovem provinciana, como sua cosmopolita cliente bogotana, terminam por sucumbir ante a força do mito, deixando intacta a dominação patriarcal” (p. 81), corroborando o sujeito universal masculino (Pisano, 2004). Terceira ou quarta onda? Segunda ou quinta? O mais importante para a dissertação que se conduz é saber como *La Casa de la Belleza* pode fazer parte da presente onda feminista, e “quicá não seja necessário falar de ondas [...], é possível falar de campos feministas, de um campo feminista heterogêneo [...] desde o ponto de vista de Sonia Alvarez (2019)” (Cadahia, 2020)⁶¹, então, o mais importante para a dissertação que se conduz é saber como *La Casa de la Belleza* pode fazer parte de tal campo, como ela dialoga com as mais atualizadas lutas feministas, pois este livro está sendo lido de 2015 adiante, está sendo lido no presente momento e alterando-o, por exemplo: atualmente, na Colômbia, está

⁶¹ www.youtube.com/watch?v=PYWGWb_7X0g (a partir de 02 minutos e 01 segundo): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”, dirigido por Luciana Cadahia. Sessão 2* (publicado em 13 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 30 de março de 2024)

sendo discutido o projeto de lei que busca regulamentar a prostituição como um trabalho, “pois as pessoas são autônomas para decidir o que fazer com seus corpos”⁶²: As pessoas realmente são autônomas? As mulheres desfrutam da mesma autonomia dos homens? Qual o nível de emancipação dessa suposta autonomia? Karen encontra na prostituição a chance do rápido acúmulo de capital, a possibilidade de obter em pouco tempo o dinheiro suficiente para levar seu filho para perto de si. De que outra forma Karen poderia conseguir, tão apressadamente, um valor similar para cumprir seu objetivo, para realizar seu sonho? Verdadeiramente, existem segundas ou terceiras possibilidades igualmente rentáveis no horizonte de Karen? Avança-se a reflexões mais amplas que dialogam com Karen e com o livro: Quais são as mulheres que chegam a se prostituir? Qual era a realidade socioeconômica delas anterior à prostituição? Que outro emprego lhes daria uma projeção financeira tão acelerada? “Quando trabalhava em salões de massagens ‘eróticas’ [...], o tempo de espera entre dois clientes me dava a oportunidade de conversar com as outras mulheres. [...] O único ponto comum que encontrei entre todas as meninas que trabalhavam ali era, claro, a falta de dinheiro” (Despentes, 2016, p. 56-57). “Se tudo fosse bem, poderiam conseguir um *pull* de clientes e mais adiante tornar-se independentes. As cifras eram tentadoras” (Escobar, 2015, p. 137). Assimiladas as perguntas e apreendida as citações –uma “real” e outra “ficcional”, respectivamente– passa a ser muito difícil falar em *escolha e liberdade*, especialmente, quando identificamos essas mulheres submersas na organização social de gênero, na sociedade da fealdade.

Ante a liberdade de escolha, hesitei. Deixei que o rumo se consumasse, temi o desvio de linhas irremissíveis e secretas, sempre foi minha ânsia querer acumpliciar-me com o destino. E, hoje em dia, tenho a certeza: toda liberdade é fictícia, nenhuma escolha é permitida; já então, a mão secreta, a coisa interior que nos movimenta pelos caminhos árdus (Rosa, 1969)⁶³

Aprofundar na discussão do projeto de lei não é necessariamente um desejo, o que se pretende evidenciar, uma vez mais, é capacidade que possui *La Casa de la Belleza* em dialogar com o leitor e expandir, no mesmo e a partir dele, o debate a respeito do projeto de lei, pois o processo de prostituição de Karen nos narra muitas coisas, nos “entrega” *dados valiosos*: “A moça que me abriu a porta era uma negra assombrosa, uma das garotas mais lindas que já vi pessoalmente. [...] tinha trabalhado diversas vezes como esteticista” (Despentes, 2016, p. 57): facilmente associamos a fala anterior à Claire referindo-se à Karen: “Era como se uma orquídea

⁶² www.elespectador.com/genero-y-diversidad/las-igualadas/el-proyecto-de-ley-que-busca-regular-la-prostitucion-como-un-trabajo-en-colombia/ (publicado em 17 de outubro de 2023 / acessado em 23 de novembro de 2023)

⁶³ Idem *nota 57*

da mais fina delicadeza caísse por azar em uma poça de lodo. [...] Ela parecia elevar-se sobre tudo e dar-lhe um sentido ao nome da edificação [*La Casa de la Belleza*]” (Escobar, 2015, p. 16), “nada a ver com a imagem que eu tinha das profissionais do sexo. Muito solicitada, ela ganhava uma fortuna todos dias, somas em dinheiro que economizava conscienciosamente” (Despentes, 2016, p. 57), com dois, no máximo três clientes, poderia economizar o mesmo valor que reuniu em oito meses como esteticista (Escobar, 2015, p. 137).

La Casa de la Belleza (Melba Escobar, 2015) costurou-se com *Teoria King Kong* (Virginie Despentes, 2016). Karen confundiu-se com a colega de prostituição de Despentes. O hipotético ficcional interagiu com o real. *Teoria King Kong* “traz ideias ousadas sobre gênero, feminilidade, o corpo das mulheres e política” (Hernandez, 2018, p. 637): em menor grau e entrelinhas, é o que faz *La Casa de la Belleza*; já no mesmo grau e expressamente, é o que se faz com *La Casa de la Belleza* neste trabalho em curso: criando um campo discursivo de ação “livro-leitor” chega-se a ideias sobre gênero, feminilidade, o corpo das mulheres e política. “A trajetória de Virginie como resenhista de filme pornô, prostituta, escritora e diretora de cinema traz ao texto uma narrativa em primeira pessoa, desde seu lugar de mulher dentro do sistema capitalista de classe” (Hernandez, 2018, p. 637-638). A trajetória de Claire como psicanalista formada na Sorbonne, colombiana de nascimento mas semiestranceira, não-francesa mas semi latino-americana, divorciada e escritora traz ao texto uma narrativa em primeira, segunda e terceira pessoa, desde seu lugar de mulher dentro do sistema capitalista de classe.

Os dados valiosos que emergem sobre a prostituição de Karen, em *La Casa de la Belleza*, podem circular e se ressignificar em outros campos discursivos de ação (Alvarez, 2019) para além do campo livro-leitor (mas sempre a partir dele), podendo –com o suporte de *Teoria King Kong* ou não–, até mesmo, atravessar os dois polos da contenda “Prostituição como trabalho”, controvérsia que se endurece na Colômbia: De um lado, as ativistas do sindicato de trabalho sexual lutam pelo seus direitos trabalhistas e humanos; do outro, as ativistas abolicionistas asseguram que nenhum dos dois direitos são viáveis, pois (I) não existe nenhum outro ofício que o seu corpo está à mercê de alguém, logo (II) os direitos humanos não podem ser garantidos, sobretudo porque não foram garantidos nem mesmo antes dessas mulheres chegarem a prostituição. O que Karen ainda pode contribuir a respeito? De que maneira a experiência de Virginie Despentes é proveitosa? Como nós, leitores, podemos conversar com *La Casa de la Belleza* e levar seus discursos adiante?

3.2. Organização *social* para quem?

Em “Violência de Gênero: Poder e Impotência” (1995), Heleieth I. B. Saffioti e Suely S. de Almeida apresentam, gradativamente, o que chamam de “organização social de gênero”, e para construí-la, as autoras começam apresentando um quadro epidemiológico, pois assim sugerem a violência de gênero, não só como um fato social [que sempre está no auge], mas também como uma “enfermidade [...] que ataca muitas pessoas ao mesmo tempo em certa localidade”⁶⁴, “um aumento fora do comum do número de pessoas contaminadas por uma doença em determinada [...] região”⁶⁵: sim, estamos falando de uma praga (antecipada nas páginas 13 e 15 desta dissertação) da qual, em menor ou maior grau, devemos todos estar contaminados, com sintomas mais ou menos evidentes: está contaminado quem pratica a violência de gênero, está contaminada quem sofre com a violência de gênero, está contaminado quem é inerte perante à violência de gênero. Estamos doentes, mas a sociedade da fealdade nos pressupõe sadios. A *determinada região* ou a *certa localidade* é o mundo inteiro: “o fenômeno desconhece qualquer fronteira [...], podendo ocorrer em qualquer lugar –no espaço público, como no privado– e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 8), contudo, na Colômbia, no que se refere a estupros, há uma preferência pela vítima juvenil, pois 61% são contra garotas que ainda não completaram vinte anos (Saffioti; Almeida, 1995, p. 5), conforme Sabrina Guzmán, que “sentiu a bofetada de Luis Armando lhe arder a bochecha” (Escobar, 2015, p. 161), depois um “golpe seco na costela, como uma punhalada, [que] a sacou de seu ensimesmamento” (Escobar, 2015, p. 198), para logo a sacar de sua própria vida: “Sabrina estava morta” (Escobar, 2015, p. 199). Karen, que pertence ao grupo *maiores de vinte anos* –10% das vítimas na Colômbia (Saffioti; Almeida, 1995, p. 5)–, teve menos azar, lhe foi poupado o assassinato. Não lhe acometendo o feminicídio, teria que carregar o trauma por toda a vida: “Ao golpeá-la lhe soltou a boca e Karen gritou enquanto o caseiro empurrava com raiva [...] animado pelos berros” (Escobar, 2015, p. 105).

Tanto Sabrina quanto Karen foram vítimas de homens “familiares”, sujeitos que inferiam confiabilidade. Sabrina “pensou que Luis Armando seria fofo e delicado, que ‘não faria nada que ela não quisesse’, uma frase que havia escutado numerosas vezes durante muitos telefonemas” (Escobar, 2015, p. 160-161); já Karen “acreditava na sua capacidade de perceber quando um homem a desejava. No entanto, havia falhado desta vez. Até então, o caseiro se

⁶⁴ michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/epidemia/

⁶⁵ www.dicio.com.br/epidemia/

demonstrava amável, ou talvez indiferente a sua presença” (Escobar, 2015, p. 105). Acontece que tanto Sabrina quanto Karen não são exceção, ao contrário, pois

embora na socialização feminina estejam sempre presentes a suspeita contra os desconhecidos e a prevenção de uma eventual aproximação com estes elementos, os agressores de mulheres são, geralmente, parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam da confiança desfrutada junto às suas vítimas. (Saffioti; Almeida, 1995, p. 4)

Foi dessa confiança que se valeram tanto o pseudonamorado quanto o caseiro, respectivamente, sujeitos presentes na vida de ambas.

Apesar das estatísticas de Saffioti e Almeida (1995) remontarem ao século passado, os dados mais recentes aferem e validam as pesquisadoras e, especialmente, a estabilidade da violência de gênero, que, ao passo de vinte e poucos anos, permanece operando sem ser incomodada: “Segundo o informe apresentado pelo Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF), as cifras seguem aumentando e no ano de 2022 foram registrados 19.065 casos de abuso sexual, dos quais 16.527 são contra garotas menores de idade”⁶⁶. A violência sexual é somente uma categoria da violência de gênero, porém é a mais cruel e a mais “facilmente” identificável, quiçá pelo seu caráter invasivo e pela sua irrefutabilidade corpórea, contudo, não sejamos ingênuo: o fato de ser levada a cabo por homens “familiares” faz com que a maioria das cenas abusivas se concretize em ambientes privados, portanto, em espaços desconhecidos, o que nos leva a deduzir uma significativa subnotificação dos casos: é provável que os números sejam ainda mais assustadores. Haverá um estopim? Seguirá a sociedade da fealdade prevalecendo sobremaneira? Infinitas Sabrinas terão de sucumbir? Até que ponto se elevará “a aceitação geral da frequente conversão da agressividade masculina em agressão contra mulheres etc.?” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 15) Será possível desagregar a entidade *agressividade-sujeito masculino*?

Considerando que o sujeito masculino se forma como tal, deverá existir um período em que a agressividade ainda não está consolidada nele, um momento anterior à fossilização do machismo, um momento anterior à irrupção da *visão masculinista* (Pisano, 2004), esta infecção sem cura: “a visão masculinista do que é a vida vai se estendendo e entendendo essencialmente como a única e universal visão, como a única macrocultura existente, possível e imelhorável” (Pisano, 2004, p. 4), concebendo, portanto, o sujeito universal masculino. Ou seja, esta visão,

⁶⁶ www.noticiasrcn.com/colombia/alarmante-cifra-sobre-violencia-sexual-contra-ninas-y-adolescentes-en-colombia-441715 (publicado em 09 de março de 2023 / acessado em 28 de maio de 2024)

quando arraigada –quando vida e *masculinismo* já são a mesma coisa–, nem chega a ser *uma perspectiva* pois compreende-se *sui generis*, logo, o que a autora chama de *visão masculinista* é exata e dubiamente a *cegueira masculinista*: aquilo que vê mas não enxerga. A cegueira masculinista seria a força motriz da sociedade da fealdade, força que se revela ao longo deste trabalho através dos seguintes passos: (I) aquela que vê um céu de brigadeiro justamente quando só se escutam trovoadas; (II) aquela que se nota Bela sendo Fera; (III) aquela que tem por seu habitat natural a escuridão, onde é mais fácil *fingir que não vê*; (IV) aquela que anda nas trevas apontadas por Agamben (2009); (V) aquela força doentia que blefa sanidade; (VI) aquela que, agora, se ratifica como cegueira masculinista. A força motriz da sociedade da fealdade é a cegueira masculinista, a qual é incurável no momento em que a praga se adere ao campo de visão e os olhos se atrofiam – e na menor tentativa de retirar a praga, os olhos saem juntos. De cegueira em cegueira masculinista a sociedade da fealdade enche o papo.

É preciso lembrar, conforme anunciado na página 18: “Saffioti e Almeida (1995) apontam que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não só por homens, mas também por mulheres”; em outros termos, é muito provável que a cegueira masculinista atinja igualmente um bom percentual de mulheres. Na verdade, supõe-se que menos importa o sexo biológico e mais a vulnerabilidade de um sujeito qualquer, pronto para ser aliciado e tão logo cegado.

Pensava também em quantas mulheres sentiam que haviam arruinado suas vidas por querer satisfazer um terceiro [...] ‘São muitas as mulheres que nem sequer chegam a se dar conta do que me está dizendo’, lhe falei [Claire para sua amiga Lucía, a qual respondeu:] ‘Bem, o que não daria eu para ser uma delas?!’ (Escobar, 2015, p. 219)

Lucía representa uma gama de pessoas, que em sentindo-se impotente preferiria a alienação. No entanto, não existe meio termo entre a alienação, a cegueira masculinista e a cumplicidade, que não chegam a ser uma tríade, pois antes são uma só coisa.

3.3 Sexo e/ou gênero? Binarismos versus versatilidades: Conceitualizações e fazer literário

Julga-se que bastante se falou até aqui sobre *violência de gênero* –até mesmo quando o termo não se explicitou–, porém ainda insuficientemente. Não obstante, antes de seguir, é tarde

perguntar: O que entendemos por *gênero*? É coerente que se recorra, inicialmente, às próprias Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995, p. 20), que refletem:

O gênero é a representação de uma relação social. Coloca em relação um indivíduo com outros, determina se ele é pertencente a uma categoria e o posiciona face a outros pertencentes à outra categoria. Para Lauretis [1987], o gênero não é apenas uma construção sociocultural, mas também um aparelho semiótico, “um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco, *status* na hierarquia social, etc.) aos indivíduos no interior da sociedade”.

Ainda que não domine externamente os porquês, Yolanda Valdés intui, com legítima sabedoria, que *esse negócio de gênero* não é um mero detalhe, e ela sabe perfeitamente atribuir significados: “os homens fazem o que querem, o que lhes ocorre na cabeça, em compensação, as mulheres fazemos o que nos chega, o que nos compete” (Escobar, 2015, p. 86); *em compensação*, literalmente compensando, as mulheres ocupam lugares que os homens rejeitam e desmerecem, logo, contrabalançam o desequilíbrio social provocado pela presunção e covardia dos homens ao negarem determinadas atividades.

Embora não se comungue das explicações baseadas na lógica da complementaridade, da perspectiva da falocracia, a mulher deve complementar o homem, isto é, desempenhar os papéis sociais que ele recusa para si próprio. Em outros termos, ela deve atingir, no máximo, a penumbra, quando não consegue se limitar à sombra. (Saffioti; Almeida, 1995, p. 15)

À Yolanda Valdés nunca lhe apeteceu se limitar à sombra, ser um fato-sombra. Todavia, apenas flertou com a penumbra quando foi a rainha da beleza de seu bairro, “com o que pensou deixar de ser pobre, mas terminou prenha de um loiro que pouco falava espanhol e do qual se supôs ser um marinheiro. Desta visita furtiva do amor, nasceu a mulata” (Escobar, 2015, p. 19) Karen, que, antes dos vinte anos de idade, conforme sua mãe, também já vivia a dureza da maternidade solo. “Desde que Emiliano nasceu, Karen sentia que sua mãe queria mais ao garoto que a ela, quiçá porque via nele a possibilidade de dar um giro na história [dos Valdés], de mudar as coisas” (Escobar, 2015, p. 86), de manter a salvo o sobrenome, de alcançar postos inacessíveis para Karen, de atingir a penumbra se acaso a luz lhes é privada, de dar à família uma sensação de “vencer na vida” e um gostinho de emancipação. *Sensação e gostinho* porque não necessariamente a vitória e a emancipação chegarão, mas elas se simulam pelo que o bebê leva dependurado entre as pernas.

As culturas criam padrões associados aos corpos que se distinguem por seu aparato genital. [...] Diferença sexual, sexualidade [...] e gênero passam a ser dimensões que se cruzam, mas uma não decorre da outra. A autora [Joan Scott, 1990] argumenta a favor do uso do gênero como categoria de análise ao defender o conceito como forma

de compreender os diversos modos de interação social e humana. Scott sustenta o gênero como aquilo que nos permite interrogar como a diferença sexual funciona nas relações sociais. (Heilborn; Rodrigues, 2018, p. 12)

A frustração de não ter um filho com *O* e com pênis não aflige somente à Yolanda Valdés (Escobar, 2015, p. 86), Verónica Yupanqui sentiu na pele e no ventre uma coação e uma responsabilidade infundadas, as quais não tinham nenhuma relação com ela, mas sim com a estupidez heteronormativa: “Meu sogro tem três irmãos e nenhum deles tem um rebento macho que possa seguir fazendo crescer seu sobrenome. Então, toda sua fé de preservar sua descendência está sobre meu esposo. Esta pressão às vezes me incomoda.”⁶⁷ Me soa muito tola a igualdade entre *descendência* e *passar para o documento um sobrenome*, além de tola é uma conclusão não-científica e extremamente mundana, visto que vale mais a tinta no papel que o DNA no sangue ou que as vivências familiares coletivas que nos deixam heranças memoriais e afetivas. De quebra, é uma ideia pobre e encabrestada, pois, *primeiro*, não há nenhuma norma judicial que impeça que o sobrenome paterno seja transferido geração pós geração através de descendentes mulheres; *segundo*, ao menos no Brasil, “desde o advento da Lei do Divórcio (nº 6.515/1977), a alteração do sobrenome em virtude do casamento passou a ser opcional. Além disso, o atual Código Civil permite que tanto as mulheres quanto os homens possam acrescentar o sobrenome do cônjuge ao seu” (Belo, 2021)⁶⁸ e, ao contrário, possam sacá-lo quando bem entender, “mesmo casada, a mulher tem o direito de solicitar a retirada do sobrenome adquirido após o matrimônio”⁶⁹. Nota-se que a escassa criatividade, ocasionalmente, distingue o sujeito masculino heteronormado, igualmente lhe acomete um contentamento abobalhado em/por seguir à risca as tradicionalidades, sem mesmo saber que as está seguindo à risca e que isso pode servir para nada; *terceiro*, na Colômbia, é permitido o abandono do sobrenome paterno, é previsto por lei o requerimento da mudança por diversos motivos, inclusive identitário e pessoal (Jiménez, 2023)⁷⁰; em síntese, não há nenhuma garantia que o sentido de descendência almejado pelo tal sogro se concretize. “Eles andam felizes pregando que será varão, por isso tenho medo que falhe”⁷¹, que infortúnio para Verónica. Ou o mais certo seria dizer: “que *violência de gênero* para Verónica.”?! Fato é que o veemente desejo do sogro e do marido de

⁶⁷ www.la-razon.com/sociedad/2014/10/05/el-60-de-los-padres-prefiere-un-primogenito-varon-segun-estudio/ (Marilyn Choque: publicado em 05 de outubro de 2014 / acessado em 30 de maio de 2024)

⁶⁸ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/e-possivel-alterar-o-sobrenome-apos-o-casamento/1191928682> (publicado em 2021 / acessado em 30 de maio de 2024)

⁶⁹ <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/esposa-pode-pedir-para-retirar-sobrenome-do-marido-mesmo-durante-o-casamento> (publicado em 28 de fevereiro de 2024 / acessado em 30 de maio de 2024)

⁷⁰ www.abogadosdefamiliaacolombia.com/abogado/cuales-son-los-requisitos-para-cambiar-el-apellido-paterno (publicado em 13 de abril de 2023 / acessado em 30 de maio de 2024)

⁷¹ Idem nota 67

Verónica supera os perigos gerados à mesma e aponta para consequências muito mais amplas e coletivas:

Em todo mundo, existem 142 milhões de mulheres desaparecidas devido à preferência pelos filhos varões, à aversão às filhas e à seleção do sexo com implicância de gênero. Tratam-se de filhas não desejadas que sofreram desatenção, abusos ou má nutrição; em definitivo, as quais foram privadas de cuidados necessários para sobrevivência.⁷²

Sumaria e paradoxalmente, a “*posição* no sistema de parentesco” dita por Teresa de Lauteris (1987) e mencionada por Saffioti e Almeida (1995) pode ser *apositional*: cento e quarenta e dois milhões! de mulheres não encontram posicionamento no sistema de parentesco porque foram, direta ou indiretamente, expulsas daquilo que deveria ser “seu sistema de parentesco”, que para elas nunca se rascunhou como “seu seio familiar”. É provável que Karen tenha escapado desse dado, conforme sugeriu sua própria mãe: “Ou você vai fazer o que eu te digo ou se manda daqui” (Escobar, 2015, p. 37). Sua mãe nunca encontrou motivos para orgulhar-se de/com Karen, opostamente, “sua mãe havia se decepcionado com ela. [...] Yolanda Valdés foi avó aos trinta e seis anos e se sentiu melhor preparada para ser mãe que quando teve a Karen [...] e sem dúvida não se sentiu avó, ou ao menos não quis ser” (Escobar, 2015, p. 86), preferiu fazer-se de mãe do filho homem que não teve.

Quando gênero aparece como uma classificação social que se impõe sobre um corpo sexuado, a categoria nos oferece novas perspectivas sobre as relações de poder e nos permite pensar igualdade política e social com o objetivo de incluir, além da dimensão de gênero, as questões de classe e raça que até ali subjaziam em análises cujo ponto de partida era a neutralidade do humano. (Heilborn; Rodrigues, 2018, p. 12)

Yolanda Valdés é pobre e é negra. O corpo sexuado de seu neto passou a ser sua esperança vã de elevar-se nas relações de poder, igualmente de subjazer suas categorias de classe e “raça”.

As palavras deixam a desejar. Este parágrafo não inicia uma nova seção do capítulo três. É difícil engolir sapos. As palavras deixam a desejar tanto quando tudo é dor quanto quando tudo é flor. “Ninguém nos prometeu um jardim de rosas, falamos do perigo de estar vivos”⁷³. Falo do perigo de “estar viva”; *estar viva* ela, estarem vivas elas, que, em estando vivas, garantem o primeiro pré-requisito de potencial vítima. Certamente não é sobre mim justamente quando também é: este perigo rigoroso cujo fim é fazer coincidir, em um mesmo veículo, a vítima, o malfeitor, o cúmplice e o espectador. O malfeitor conduz o veículo com a vítima no

⁷² www.unfpa.org/es/preferencia-por-los-hijos-varones (atualizado em 04 de outubro de 2023 / acessado em 30 de maio de 2024)

⁷³ Trecho de *Al lado del camino* (1999): música de Fito Páez.

banco do carona; atrás vão o cúmplice e o espectador; não falta ninguém, estamos contemplados todos, e a viagem nunca termina. As coisas são justamente o que são, mas as palavras, por ventura, as tornam outras.

Todo esse amontoado de frases que se multiplicou até aqui, querendo ser, não se crê novidade. Porque no fundo –ou na mais rasa e evaporável superfície– o que foi dito é o óbvio engavetado: (I) O mundo opera sob as rédeas do machismo. (II) Arbitrariamente, a mulher foi relegada a uma categoria menos humana. (III) Violência de gênero é estupro de horizonte. (IV) Mutilamos nossa própria espécie. (V) Literatura é realidade. (VI) O galo e o homem impuseram sociedades fundadas no domínio patriarcal. A despeito do homem, o galo não precisou nem de espada, nem de arma, nem de nenhum outro dispositivo fálico.⁷⁴

É complicadíssimo comprovar o óbvio. Ao almejar explica-lo sobressaltam vogais nervosas, pulos coléricos e, finalmente, uma ausência. Não o explicar é antes a única saída do que uma desistência. Então, ainda desejando explica-lo, vale a pena introduzir uma futilidade como um respiro e falar da chuva que virá segundo a mocinha da previsão do tempo: Não!, melhor só falar sobre a chuva que é um fenômeno natural –quicá nem tanto mais– e abster-se da *mocinha* que é um fenômeno social. Me pergunto: Homens não sabem falar em cadeia nacional sobre meteorologia e previsões climáticas? O óbvio salta aos olhos de uns, enquanto se esconde bem debaixo do nariz de outros. Por ventura, comprovar o óbvio seja um exercício de desmaterializar, de mostrar para o galo que ovo é filho e para o homem que a costela de Adão é só a costela de Adão, ou que, quando muito, ela não passa de uma planta. Feito isso, provavelmente não haverá alteração no rumo das coisas, pois “aquele que está cego é incurável não por ser cego, mas sim por ser dotado de visão: porque é impossível lhe ‘fazer ver de outra forma’ algo que já viu e ainda vê. Toda ‘advertência’ é vã: não se poderia ‘advertir’ alguém que já tem [...] aquilo que se pretende que ele veja” (Rosset, 1988, p. 14), pois, definitivamente, ele está possuído pela incorrigível cegueira masculinista. Não adianta jogar luz nos fatos-sombra, porque os fatos, invariavelmente, se mostram para ele que pretendemos convencer, o qual, em muitas das vezes, é partícipe ou realizador dos fatos-sombra. Tampouco serve ensiná-lo a enxergar no escuro: entre os cinco sentidos, quem pretendemos convencer prefere o tato, ele se guia melhor botando a mão na arma, no dinheiro e na vítima.

⁷⁴ O galo não tem pênis. A transferência de espermatozoides do macho para a fêmea se dá pela justaposição da abertura das cloacas de ambos.

Considera-se, então, a derrota de antemão ou, de forma menos pessimista, simula-se a superação do *ponto de não-retorno*, que também é conhecido como *ponto de inflexão*, o qual determina quando um ecossistema ultrapassa sua capacidade de suportar alterações, destarte, sua incapacidade de recuperar seu estado original ou algo próximo (Nascimento, 2024)⁷⁵. De outro modo, trata-se de um limite que quando suplantado não se logra regressar nem mesmo para um pouquinho antes, ainda que se reúnam os mais capacitados e bem intencionados esforços. Os termos para designar este fenômeno da natureza são comumente utilizados nas ciências biológicas e, atualmente, são muito aplicados para indicar o alto grau de preocupação com a Amazônia, que já em 2050 poderá ter seu fim decretado, com a única garantia de converter-se em savana. Aqui, flertar-se-á com o *ponto de inflexão* como uma ideia no nível das ciências humanas e sociais que, paralelamente, quererá dizer: Nós, como uma comunidade ecossistêmica nos fossilizamos, logo, ultrapassamos a capacidade de alterar-nos. Perdida a flexibilidade, não toleraremos reajuste coletivo de rota, pois não recuperaremos algo que um dia nos foi inato: a mudança em prol da evolução. A pureza como estado original será savana e o amor ao próximo deixará de ser a única coisa que ainda é: instinto de sobrevivência da espécie. Sem estas habilidades, assinaremos nosso *ponto de não-retorno*: não haverá procedimento de harmonização social que altere nem mesmo o aspecto, muito menos a essência, da sociedade da fealdade. Faça-se saber: A Fera nunca chegará a ser Bela. Seca-se a fonte da esperança. Contudo em assumindo “que não existe esperança, então se garante que não haverá esperança. [Porém] em assumindo que existe um instinto para a liberdade, então existem oportunidades de mudar as coisas” (Noam Chomsky). O desafio é saber como impulsionar o *instinto para a liberdade*, ao invés de domá-lo, como insistimos em fazer.

Agora, seguir-se-á “mais tranquilo”, saindo do que *sempre era já* uma catástrofe, voltando de marcha à ré do texto para o texto, sem nenhuma ânsia reconciliadora ou pretensão salvadora, colocando este trabalho no lugar dele: uma dissertação que há de ser criticada. Saffioti e Almeida (1995, p. 19-20), uma vez mais contando com Lauteris (1987, p. 3), dizem que

a própria construção do gênero se faz graças a representação e ocorre não apenas nas instituições e agentes sociais explicitamente interessados na manutenção do *status quo*, mas também ‘na academia, na comunidade intelectual, nas teorias radicais, nas práticas artísticas vanguardistas e até mesmo no feminismo’. Por paradoxal que possa parecer, a desconstrução do gênero por parte de práticas feministas ou quaisquer

⁷⁵ eccaplan.com.br/blog/2024/02/22/ponto-de-nao-retorno-da-amazonia-entenda-o-que-isso-significa (atualizado em 22 de fevereiro de 2024 / acessado em 04 de junho de 2024)

outras, aí incluídas as formações discursivas, inconformadas com seu caráter ideológico, integra sua própria construção.

Quando pensamos que, primeiramente, os rótulos e as concepções preconceituosas de gênero são identificados a fim de promover a resistência aos mesmos, faria sim sentido pensar que a desconstrução integra a construção, pois a primeira destaca a segunda querendo negá-la, a primeira ressalta os atributos da segunda para dizer *não* a eles, ao ressaltá-los termina por confirmá-los e contribuir, indiretamente, na solidificação da construção de gênero enquanto categoria conservadora.

Engana-se quem pensa que a construção de gênero está estagnada, na verdade, o gênero enquanto categoria conservadora que está estagnado, estagnado exatamente por ser de natureza conservadora, fazendo jus à mesma. Se este *modo de entender* gênero progredisse, ele seria não só absolutamente contraditório, mas seria sim outra coisa. Este *modo de entender* está com suas raízes fincadas nos séculos passados e antepassados. A construção de gênero, então, trata-se de uma construção antinômica: a única coisa que se altera é a fachada, a estrutura segue sendo a mesma. São as rebuscadas roupagens do discurso, as novas maquiagens da violência e as sutilezas da organização social de gênero que dão a ideia de infinitude para a construção, sendo que as sutilezas ameaçam a todos nós: quando menos esperamos, tropeçamos nelas e praticamos um minimachismo que, por ventura, nos estava incutido e encoberto, porém sobressalta sem que sejamos capazes de controlá-lo, convertendo-nos em vítimas de nossa suposta e improcedente superioridade (Escobar, 2015, p. 270). Todavia, deparar-nos com nossas incapacidades, reconhecê-las e ataca-las é uma tentativa crítica e progressista. Assim sendo, a desconstrução de gênero precisa ser operada enquanto a construção lança mão de engodos para manter-se ativa. A construção basta-se como alguém que corre na esteira, todavia não sai do lugar; ela vive em sua redoma, cuidando e protegendo-se; e, ao inverso do que diz, não o faz moderadamente, mas sim exageradamente, porém sem se afastar do convívio social. Já a desconstrução não se pode dar esse luxo, ao contrário, ela necessita correr exibindo-se, arriscando-se; ela precisa rechaçar requintes (o seu refinamento reside em ser popular) e alcançar espaços não previstos, em movimento deve buscar lugares que

não só se vinculam a ONGs e coletivos que levam o nome feminista, senão também [que] se interconectam a indivíduos e agrupações mais ou menos formalizadas que se identificam como feministas, situadas em diversos espaços e lugares na sociedade civil, na ‘sociedade não cívica’ –que a menudo se articula politicamente nas ruas e no campo, e à qual costumo chamar de o “Outro da Sociedade Civil”–, na sociedade política (partidos), no Estado, nas instituições intergovernamentais, na academia, nas indústrias culturais, nos meios tradicionais e alternativos, e assim sucessivamente. (Alvarez, 2019, p. 78-79)

Contudo, a desconstrução não escapará de seus próprios limites.

Desconstruir é uma prática que parte do sentido comum para ir desandando-o. Uma prática que busca desarmar muito de seus postulantes para ressignificá-los, tentando compreender as razões pelas quais se instauraram e se converteram certezas. Daí que a estratégia de negar o sentido comum para superá-lo, de alguma maneira implique repetir a mesma matriz que se pretende questionar e, portanto, ver-se atacadado igualmente em sua lógica. (Sztajnszajber, 2023, p. 119)

Eventualmente, a desconstrução precisará ser *reconstrução*, com “campo aberto” para reinaugurar-se. A reinauguração será obrada por comportamentos disruptivos, os quais tem por caráter romper e alterar o andamento “normal” de um processo, diferenciar-se daquilo posto como “modelo”, ou seja, volta o parâmetro conservador de gênero como um carma. Precisamos “entender *por que* uma categoria se plasma tão contundentemente, isso é, se trata também de perguntar-nos: Que necessidades ou interesses evoca?” (Sztajnszajber, 2023, p. 119).

Ao fazer nosso melhor para fugir *daquilo* que mais queremos fugir seguimos nos deparando com *aquilo*: A predição se realiza pelo próprio gesto que pretende conjurá-la: encontramos o nosso destino por termos desejado evitá-lo (Rosset, 1988, p. 26). Isto significa um fa(r)do: a antiquada normalidade de gênero seguirá como efeito colateral, o malfadado e violento padrão andará como vulto. A ideia mesmo de *reinaugurar-se* tem algo de repetido, de inescapável: o que *sempre era já* conhecido mostrar-se-á novo, no entanto, novo em comparação ao velho. “Persiste a impressão de ter[mos] sido enganado[s] por uma fatalidade onipotente e astuciosa, que frustra todos os meios empregados para se fazer frente a ela” (Rosset, 1988, p. 30). E por que todos os meios empregados de fazer frente terminam frustrados? “A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero [...]. Tal coisa não existe; ‘gênero’ não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa” (Lugones, 2014, p. 939).

As três hão de andar juntas: construção, desconstrução e reconstrução; nunca superadas e sempre incompletas. A ideia de *reconstrução* de gênero seria a obra mais pujante, a que exige mais inventividade; “este é o plano da criatividade, das inovações” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 21); uma obra atravessada por pluralidade e interferida por muitas mãos, uma obra que não tem um projeto arquitetônico ou uma planta baixa, porém sabe onde quer chegar, contudo, os caminhos para chegar se farão caminhando: “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis” (Lugones, 2014, p. 940).

Sonia Alvarez (2019), como foi visto, para sugerir onde se vinculam os campos discursivos de ação com suas lutas feministas cita quase as mesmas instituições e agentes sociais referidos por Lauteris (1987) em Saffioti e Almeida (1995), que são os responsáveis pela manutenção da lógica preconceituosa de gênero, portanto, chegam a ser os mesmos lugares os condicionantes para a construção conservadora de gênero e para a desconstrução reativa, logo, para a reconstrução progressista de gênero. Talvez, a variante seja os atores que circulam e concebem os tais lugares, atores que tensionam e disputam as narrativas; até mesmo atores que discursam progressistamente e agem conservadoramente, disso também se vale a preservação do *status quo*. Já não pode ser uma surpresa saber que *de dentro da faculdade X, da universidade pública Y, do corpo docente trajado revolucionário, saem dois ou três professores que concretizam abusos de poder ancorados na violência de gênero – ou concretizam violências de gênero ancorados no abuso de poder:*

Com o professor Nixon, [Karen] teve sua primeira bebedeira [...]. Karen sempre soube que o homem [Nixon] era casado pela segunda vez, que sua mulher era mais jovem que ele e que tinha um filho. Porém o dia que esse homem se inclinou para beijá-la, Karen não parou de pensar no príncipe azul que sua mãe levava em mente para ela. (Escobar, 2015, p. 33)

O mesmo Nixon era quem lhe incutia ideias vanguardistas, quem “lhe falava de tanta coisa que lhe embriagava a cabeça” (Escobar, 2015, p. 34). Por ele, Karen leu *Assim falou Zaratustra* de Friedrich Nietzsche e *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir (Escobar, 2015, p. 34). A partir dele, Karen “começou a mirar distinto às mulheres de sobrancelhas feitas e a deixar crescer pelo nas axilas como uma expressão de liberdade” (Escobar, 2015, p. 34). Dele, Karen se engravidou. Deste ponto adiante, a figura do professor vai se esfumando na trama. Mas qual é a figura do professor?: O educador que motivou a leitura da bíblia do feminismo e que gostava de poesias (Escobar, 2015, p. 36)? Ou o pai de família que trai a segunda esposa com alunas? É as duas em uma, as metades não se separam, e nem são metades pois se misturam uniformemente findando-se uma só matéria: a fim de transformar as discentes também em amantes, o professor precisa vender uma imagem moderna de si mesmo, ele precisa alinhar-se discursivamente com as pautas contemporâneas de suas estudantes, ele precisa conceber um espaço de identificação com elas, precisa criar uma ideia de que “vestimos a mesma camisa”, “estou nessa luta contigo”, a ponto de o próprio docente crer-se uma ferramenta do progressismo e enganar-se redondamente.

É equivocada a ideia de que existam “bolhas sociais”, nas quais não se praticaria nenhum tipo de preconceito ou discriminação, não há nenhum um *espaço inocentado*: Qualquer

instituição, muito ou pouco progressista, é apenas mais um microcosmo social, mais uma parte da sociedade que nem pode entender-se como uma extensão da mesma, pois *extensão* se associaria a prolongamento e a ampliação, a uma sensação de estar um pouco fora, ainda que parcialmente dentro. Contudo, tanto a academia e as indústrias culturais (Alvarez, 2019, p. 79) quanto a comunidade intelectual e as práticas artísticas vanguardistas (Lauteris, 1987, p. 3 apud Saffioti; Almeida, 1995, p. 19) são espaços da e na sociedade, espaços que não estão “amparados” contra a mesma; qualquer anseio contrário a isso não se provou. Por conseguinte, a luta nesses espaços não tende a ser mais branda: esta é uma impressão errônea, na qual tropeçamos, bem como já tropeçamos nas sutilezas da organização social de gênero.

O tempo e o sumiço de Nixon deixaram em Karen marcas e arrependimentos regressivos: “E se não sentisse o temor de Deus como lhe haviam inculcado a senti-lo? [...] Tomar anticoncepcional não era quase o mesmo que fazer um aborto? [...] Para que uma vida se ninguém a quer? Se sentiu envergonhada por haver pensado algo assim.” (Escobar, 2015, p. 88). Hoje, 12 de junho de 2024, já se sabe que Karen poderia conter a vergonha por pensar algo assim –Já se sabe?–, pois, no presentíssimo dia, em Brasília/DF (Brasil), na câmara dos deputados, a urgência para o Projeto de Lei 1904/24 foi aprovada e a vergonha perdeu suas referências e premissas. Tal urgência foi aprovada silenciosamente, melhor seria dizer *às escuras*, para que não percamos o fio da meada. Arthur Lira, o presidente da Casa não notificou o item da pauta, não anunciou qual seria a urgência da proposta, a qual equivale aborto a homicídio: “Fui ali atrás, quando voltei fui informado que um projeto foi deliberado em sua urgência sem que quase ninguém percebesse”, disse o deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)⁷⁶. Fui ali atrás, quando voltei Karen foi estuprada sem que quase ninguém percebesse. Fui ali atrás, quando voltei Sabrina Guzmán foi vítima de feminicídio sem que quase ninguém percebesse. É na mesma surdina que se violenta uma mulher e se confere “urgência” a um Projeto de Lei, sobretudo quando projeto de lei e violência de gênero são dois nomes distintos para o mesmo objeto.

Atualmente, se uma mulher realizar um aborto acima de vinte e duas semanas, ela pode pegar pena de até três anos. Com o projeto de lei equiparando o aborto a um homicídio, o teto da pena seria elevado para vinte anos em caso de aborto autoprovocado. [...] Essas mudanças significam que aborto poderá ter uma penalidade maior do que o próprio crime de estupro. (Alves, 2024)⁷⁷

⁷⁶ www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2024/06/13/21-homens-12-mulheres-quem-sao-deputados-que-assinam-projeto-antiaborto.htm (publicado e acessado em 13 de junho de 2024)

⁷⁷ jornalggn.com.br/noticia/camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-a-homicidio/ (publicado e acessado em 13 de junho de 2024)

Isso em se cogitando que o crime de estupro é penalizado, tanto o caseiro quanto Luis Armando Diazgranados saem ilesos em *La Casa de la Belleza*. Aqui não se considerará o fato do feto poder viver fora do útero da gestora a partir da vigésima segunda semana de prenhez, este “argumento”, mesmo sendo verdade, é uma cilada para desviar a violência de gênero como finalidade, visto que a votação acochambrada no congresso brasileiro ignorou solenemente o violentador, como se ele não estivesse no mesmo contexto; uma votação irregular não só pela ótica do conteúdo, porém igualmente da forma, “porque o regimento indica que o presidente precisa, no mínimo, informar para o plenário qual o projeto que está sendo votado. Esse registro precisa aparecer no painel de votação e nada disso aconteceu[!]”, criticou a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP)⁷⁸. Vejamos bem: *informar* e *aparecer*, verbos que expressam dar ciência, fazer com que se torne conhecido; assimilado isto, não tem nada de espantoso na conduta do processo acima relatado. A sociedade da fealdade, manifestada, neste caso, na classe política direitista ultraconservadora, seguiu seu *modus operandi*, covarde e inescrupuloso: quando estamos ali atrás, quando quase ninguém percebe, sem informar nem aparecer, à contraluz, algo grave se realiza, um fato-sombra é levado a cabo, sem pudor nem vergonha. Qual a dúvida? Tal qual a urgência “aprovada”, a sociedade da fealdade também é inconstitucional.

Ainda que o fato narrado não seja digno de surpresa, me acomete uma revolta irreprimível, seguida de uma profunda e segunda desavença com as palavras; talvez eu esteja sendo ingrato com elas. *Dizer* isso ou *dizer* aquilo pouco ou nada alterou o curso da violência de gênero, *fazer* quiçá sim. *El Che* um dia falou: “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”; entretanto, o *tremese de indignação* guevariano é da alçada da práxis, e não da nota de repúdio. Eu, portanto, não posso me considerar companheiro do grande referido, posto que, palavreando, estou sentado e, até então, recluso e estático. Além de ingrato, é provável que eu esteja sendo demasiado severo com as palavras, atribuindo a elas uma missão que não lhes é inata. As palavras têm a serventia de organizar nossa revolta, mas não sei se podem dar vazão a mesma. “As palavras, se não conseguem mudar o mundo, servem pelo menos para contá-lo ou até inventar um mundo novo” (Carolina Maria de Jesus)⁷⁹. Se é equivocada a ideia de que existam “bolhas sociais” ou espaços inocentados, esta dissertação só pode estar emanando do seio social, ou seja, “a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento

⁷⁸ *Idem*

⁷⁹ (PAULO, 2021, p. 20). Também neste vídeo (publicado em 19 de junho de 2024 / acessado em 20 de junho de 2024): www.instagram.com/reel/C8bsWaiO5XK/?igsh=eGtya3F5bXR2eHIw

daquilo que não pode ser posto à distância” (Olievienstein, 1988 apud Pollak, 1989, p. 8 apud Saffioti; Almeida, 1995, p. 72). Não me distanciando do que escrevo, portanto, vivo, começo a suspeitar que a linha entre o *dizer* e o *fazer* propende a ser mais tênue do que eu possa imaginar. Sentado por certo estou; estático, quiçá, nem tanto – ou deixarei de estar se crendo-me palavras que chegarão a viver em leitores(as): fantasiar esta coalizão diminui minha frustração, pois me põe em movimento prévio e intersecciona o *dizer* e o *fazer*, forjando um campo discursivo de ação (Alvarez, 2019): há discurso, mas há também ação. Não quero “reeditar o equívoco que [...] Marx já havia denunciado a seu tempo: a cisão entre o sujeito da experiência (da luta) e o sujeito do conhecimento” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 651-652); não quero que este trabalho se aproxime a uma longa nota de repúdio contra a “sociedade”, mas sim a um texto-protesto, a uma faixa que se empunha e caminha, ou a um cartaz colado na parede da sala 109, do bloco 12, da *Universidad de Antioquia*, em Medellín, que nos incita a fim de que “*Falemos sobre violência de gênero*”, no entanto, este “falemos” tem menos a ver com *dizer* e muito mais com *fazer*. “Assim, eu tendo a valorizar mais aos que lutam efetivamente para que em nossa sociedade haja menos discriminação em razão de gênero do que os que o fazem quase exclusivamente atendo-se à linguagem” (Souza, 2024)⁸⁰.

À vista disso, desejo que este estudo –que já passa de sua metade–, enquanto age, represente livro-leitor como um campo discursivo de ação, aspirando ser um componente mais dentre outros tantos que “se entrelaçam através de cruzamentos contínuos de múltiplos níveis e camadas, entre pessoas, práticas e ideias” (Alvarez, 2019, p. 79). Melhor dizendo, o trabalho não é um elo entre livro e leitor, o trabalho é o livro-leitor, é um diálogo mais que se soma aos campos feministas que “se articulam discursivamente através de linguagens, significados e visões de mundo compartilhadas. No entanto, [...] impugnadas, contestadas. Nesse sentido, os campos feministas são constituídos por emaranhados de interlocuções” (Alvarez, 2019, p. 79). Livro-leitor é uma “nova” interlocução que não se converterá “*em, posto que sempre era já um campo discursivo de ação*”, ancorado em discursos repartidos, ainda que constantemente disputados e reelaborados, em parâmetros continuamente redesenhados e reconfigurados, em *epistemes* [...] comungadas, apesar de sempre em luta” (Alvarez, 2019, p. 78), pois *sempre era já* uma luta quando, por exemplo, em autodebate durante a leitura silenciosa da obra, ou em apresentações com *La Casa de la Belleza* seguidas de interlocução durante congressos, ou em conversação com amigos não-literatos a partir de casos da cotidianidade que me –em seguida

⁸⁰ www.viomundo.com.br/politica/jair-de-souza-a-realidade-nao-pode-ser-substituida-por-palavras.html (publicado em 28 de agosto de 2024 / acessado em 28 de agosto de 2024)

nos– levou até *La Casa de la Belleza* e eu compartilhei a estória, história e seus desdobramentos para além-livro. *Sempre era já* algo que eu não sabia ao certo e, por ventura, seguirei sem saber, mas seguirei sem saber *em movimento*, pois os campos discursivos de ação, contra-hegemônicos, “nunca são estáveis, muito menos estáticos, mas, afinal, sempre estão *em movimento*” (Alvarez, 2019, p. 79), em circulação, redondeando o discurso que é oportuno mas se pretendeu retilíneo e dando nó no texto que é coerente mas se projetou começo-meio-fim, inclusive neste: de modo que isto que se lê, talvez, seja o começo; o título, o fim; e a conclusão, o meio. Ou o mais acertado seja entender que todas as partes são híbridas, que cada uma *sempre era já* nada e tudo, antes e depois, concomitantemente.

Sonia Alvarez (2019, p. 78) defende que os campos discursivos de ação se tramam formal e informalmente através de *redes reticuladas*. Estas seriam a base dos campos discursivos de ação ou, mais exatamente, a própria metáfora dos campos, posto que reticulado é um adjetivo para categorizar algo que se assemelha a forma ou ao movimento de uma rede, ainda que de maneira simbólica. Assim sendo, *rede reticulada* pareceria uma redundância, contudo, significa uma contrariedade à finitude, servindo para ratificar a capacidade dos campos discursivos de ação de, movimentando-se, promoverem novas amarras e aderirem em vozes aos propósitos feministas, de modo que nenhum discurso é previamente descartado, nem mesmo a literatura dita *ficcional* (adjetivo-alvo que está sendo enfraquecido ao longo desta dissertação). Tudo se leva em consideração nas redes reticuladas, nada é inferior, combalindo a ideia de que poderia haver um melhor espaço ou melhores sujeitos femininos/feministas, mais preparados para resistirem. Ao contrário disso, as redes reticuladas “abarcam uma ampla gama de atrizes e atores individuais e coletivos, de sítios culturais, sociais e políticos em escalas local, nacional e transnacional” (Alvarez, 2019, p. 78); atrizes e atores que, em diferentes contextos, se relacionam podendo “ganhar maior ou menor visibilidade [...], maior ou menor acesso aos microfones públicos e às arenas de formulação e implementação de políticas públicas” (Alvarez, 2019, p. 78). Com isso, não querendo dizer, que certo sucesso estaria relacionado com o maior acesso aos microfones públicos, pois, “com efeito, a micropolítica constitui o *locus* de atuação cotidiana privilegiada da mulher” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 15), em outros termos –aqui entendendo *micropolítica* como um lugar distanciado dos *microfones públicos*–, Saffioti e Almeida (1995) chegam a supor que as lutas mais acessíveis para a mulher se dão em espaços reduzidos, “de menor visibilidade” (remetendo a Sonia Alvarez), em ambientes nos quais a mulher circula frequentemente, dos quais poderiam advir pequenas conquistas diárias, mais

tangíveis que as disputas travadas na macro política. Claire e Karen perderam essa oportunidade, é melhor que livro e leitor não a percam.

As protagonistas da obra de Melba Escobar (2015) são antagônicas em basicamente tudo, principalmente em descendência, classe socioeconômica e traços fenotípicos; fatores que não se desvinculam e ocasionam uma maior ou menor aceitação das mesmas na sociedade. Como se sabe, a intersecção de fatores de Claire a eleva no status social, já a intersecção de Karen a rebaixa. Quando me refiro a “oportunidade perdida”, quero apontar para o encontro entre essas duas mulheres desperdiçado em sua potência: poderia haver se estabelecido uma legítima e simbólica relação –superando o mero convívio– entre uma mulher branca e outra não-branca (quicá *negra* segundo indícios que a história nos oferece); entre uma mulher relativamente endinheirada e outra financeiramente debilitada; entre uma mulher profissionalmente independente e autossuficiente e outra mão-de-obra precária; entre uma mulher da rica região norte de Bogotá⁸¹ (Escobar, 2015, p. 11) e outra do vulnerável bairro de San Isidro em Cartagena⁸² (Escobar, 2015, p. 19), agora arremessada às margens da mesma Bogotá; entre uma mulher dos anos sessenta e outra da geração Z; entre uma mulher de riquezas e traços anglo-saxônicos e outra de escassezes (Escobar, 2015, p. 11) e cabelo alisado com ferro quente (Escobar, 2015, p.18-19); entre uma mulher-luz e outra-sombra. A legítima relação entre estes arsenais de opostos seria “a possibilidade de fortalecer a afirmação e a possibilidade do ente em relação [...] não pelo repensar a relação com o opressor a partir do ponto de vista do/a oprimido/a, mas pelo avançar a lógica da diferença, da multiplicidade e da coalizão no ponto da diferença” (Lugones, 2014, p. 949). A legítima relação seria mais do que simbólica pois faria reunir duas mulheres distanciadas desde suas objetividades até suas subjetividades, ainda que as primeiras permanecessem distanciadas, as segundas davam sinais que poderiam se entender, se cruzar, se comungar; havia uma intimidade em partilha que se sugeria potente para superar as barreiras objetivas, as quais, na cotidianidade, seguiriam existindo mas teriam sido transpostas por vias subjetivas.

Quero imaginar [...] sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial. Quando penso em intimidade aqui, não estou pensando exclusivamente nem principalmente sobre relações sexuais. Estou pensando na vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades. (Lugones, 2014, p. 936)

⁸¹ “Na capital colombiana, os bairros mais exclusivos e caros se encontram na Região Norte da cidade.” (Sita, 2015) em *Entenda a distribuição dos bairros de Bogotá*: agoraecu.wordpress.com/2015/09/03/entenda-a-distribuicao-dos-bairros-em-bogota/ (publicado em 03 de setembro de 2015 / acessado em 17 de junho de 2024)

⁸² Pérez V.; Mejía (2007): “A pobreza em Cartagena: uma análise por bairros”

Claire e Karen não atuam como representativas ou autoridades, e na interação íntima e cotidiana deveriam ter sido uma resistência à *diferença colonial*. María Lugones (2014, p. 936) entende por “diferença colonial” a hierarquia dicotômica central da modernidade, a partir da qual, “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”. Tudo o que o sobra para além desse homem é menos humano, é uma escala de sombras, é a outra parte da dicotomia. Esse homem se viu refletido –posto que é luz– nos territórios colonizados e salvaguardado quando estes se fizeram independentes, preservando a *diferença colonial*. É a esta oportunidade perdida que me refiro: a vida social entre Claire e Karen não se entreteceu e, portanto, não resistiu à diferença colonial, mas ao contrário, sucumbiu a ela. O capítulo quatro dedicar-se-á a entender como, onde e quando a oportunidade foi perdida.

4 A violência de gênero engendrada pela ilusão

Karen e Claire não são se rematam como Karen-e-Claire: variados imperativos impedem a formação da dupla e o devido uso da conjunção aditiva, pois, terminantemente, elas se subtraem. A relação limitou-se a amistosa quando boa, chegou a ser morna quando a história atravessava suas tensões, despedaçou-se por equivocados desenganos que levaram Karen à prisão, restaurou-se com fraturas e friezas. Karen tornou-se uma detenta pelas mãos da própria Claire, ludibriada por ardis da *diferença colonial* (Lugones, 2014), que criaram provas, através dos seus agentes masculinistas, para culpar a jovem socialmente mais frágil. O principal agente masculinista de *La Casa de la Belleza* é Aníbal Diazgranados, o pastor e congressista já citado neste trabalho foi o grande responsável por colocar Karen atrás das grades, através de tráfico de influência e/ou exploração de prestígio.

Tráfico de influência [...] consiste em solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Em suma, trata-se da utilização indevida de influência para obter benefícios ilícitos junto a agentes públicos. [...] Por outro lado, a *exploração de prestígio* [...] refere-se à conduta de alguém que, embora não exerça cargo público, utiliza-se de sua condição social ou de suas relações pessoais para obter vantagem ou favorecimento em razão de sua reputação ou influência sobre terceiros [ou seja, o benefício logrado decorre do aproveitamento impróprio da imagem ou posição social do agente]. O tráfico de influência e a exploração de prestígio são condutas que desafiam a integridade do sistema jurídico e social [...], comprometendo a igualdade de oportunidades e a imparcialidade das relações. (Felix, 2024, grifo nosso)⁸³

Comprometer a igualdade de oportunidades e a imparcialidade das relações é um objetivo crasso da organização social de gênero; desafiar a integridade do sistema jurídico foi um objetivo não disfarçado de Aníbal, sobretudo a fim de evitar a prisão do seu filho (Luis Armando Diazgranados, assassino de Sabrina Guzmán), que apenas uma vez nesta dissertação foi citado com o sobrenome que poderia indicar parentesco com o político. A organização social de gênero se centraliza na figura do congressista, ele é o eixo, a partir dele outros agentes masculinistas atuam, por exemplo, seu primogênito, seu “amigo” Eduardo Ramelli (marido de Lucía, amiga de Claire), um médico, um taxista, um delegado, um ou dois homicidas, e por aí vai, tudo e todos sob ordens do político, que negociava usufruindo do seu lugar de poder: “[...] nomearam a outro fiscal para o caso. Isso quer dizer que ele armará uma nova equipe [...]. É possível que estejam culpando alguém inocente para desviar a atenção do verdadeiro culpado pelo crime” (Escobar, 2015, p. 257-258), falou o então advogado da mãe de Sabrina Guzmán,

⁸³ www.jusbrasil.com.br/artigos/diferencas-entre-trafico-de-influencia-e-exploracao-de-prestigio/2469379133 (publicado em maio de 2024 / acessado 21 de junho de 2024)

abandonando-a com mãos atadas e sem consolo – lhe restou *consuelo* apenas no seu nome, Consuelo Paredes: “Terei que deixar o caso. [...] Razões de força maior, senhora” (Escobar, 2015 p. 257): não há razão de força maior que a própria vida, o advogado quis proteger-se. Não havia um que se metesse que não terminaria com a existência ameaçada. Desta forma, Luis Armando Diazgranados desvaneceu intacto e Claire foi cooptada pelos ardis da diferença colonial: “Me sentia enaltecida por ser a confidente de uma beleza do povo, de aparência humilde e reservada. Meu ego me levou a seguir escutando a Karen, a busca-la e oferecer-lhe ajuda, sem chegar a observar que estava sendo manipulada” (Escobar, 2015, p. 270), no entanto, não por Karen, mas sim pelos ardis da diferença colonial, que a fizeram, logo como psicanalista, distorcer o discurso de Karen e chegar a crer que esta era “uma assassina a sangue frio [...], uma puta viciada pela ambição até o ponto de ser capaz de matar por dinheiro” (Escobar, 2015, p. 271).

Por diferença colonial entende-se “o espaço onde a colonialidade do poder é exercida” (Mignolo, 2000 apud Lugones, 2014, p. 945). Já *colonialidade do poder* foi uma proposta de Aníbal Quijano (1991 apud Lugones, 2014, p. 939) para “uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas”. María Lugones (2014, p. 939), portanto, estende a ideia de Quijano para as discussões de gênero:

Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos.

A relação generização e poder, também desumanização e civilização, ou sujeitificação e colonizador, igualmente é uma compreensão histórica da inseparabilidade dos conceitos, esta compreensão pode ser a base constitutiva da organização social de gênero que se ancorou na colonização das Américas e se desenvolveu a posteriori; base sem a qual não chegaremos ao entendimento anímico da violência de gênero. Se assimilamos, então, que a diferença colonial é o espaço onde a colonialidade de poder e de gênero é exercida, podemos pensar que Claire, se não foi a própria diferença colonial, foi o xeque-mate da diferença colonial, quer dizer, foi o xeque-mate ao contrário, pois ela se virou contra o peão e não contra o rei, ela derrubou o oprimido e não o opressor.

A diferença colonial não é definida [...]. De fato, uma disposição definidora não é bem-vinda na introdução de Mignolo a esse conceito. Assim, conforme apresento

algumas citações do texto de Mignolo, não as estou introduzindo como sua definição da “diferença colonial”. Ao invés disso, a partir da complexidade do seu texto, essas citações guiam minhas ideias sobre resistência à colonialidade de gênero na diferença colonial. (Lugones, 2014, p. 945)

O que se viu em *La Casa de la Belleza*, canalizado na figura de Claire, foi a ruína da resistência à colonialidade de gênero. Os ardis da diferença colonial encontraram uma Claire fragilizada e terminaram de desconcertá-la:

Cheguei exausta, preparei um chá de camomila com torradas e sentei diante do televisor. Passado o comercial, veio a notícia que havia de dar um giro à história: “Um novo ingrediente vem para lançar pistas sobre a morte do mestre Eduardo Ramelli. [...] o autor de *A felicidade é você* e *Me amo* mantinha uma relação clandestina com Karen Valdés (aparece sua imagem no noticiário), prostituta [...], que durante o dia era esteticista no prestigiado salão *La Casa de la Belleza*, [...] onde trabalhou até hoje, quando foi despedida por seus transtornos mentais e atuações agressivas. As autoridades investigam a possível conexão de Valdés com a morte de Ramelli [...], igualmente com o caso da morte de Sabrina Guzmán Paredes, em condições estranhas. Valdés foi a última pessoa em ver com vida a menor de idade.” À medida que avançava a notícia, comecei a sentir uma opressão no peito. (Escobar, 2015, p. 266-67)

Claire foi induzida por um telejornal. Quiçá, lhe escapou ao raciocínio o papel imprescindível da imprensa na manutenção da organização social de gênero e a imprensa em si mesmo como um grande aparato burguês, de função artilosa para e na diferença colonial. Isso quer dizer que, no mínimo, ela deveria, se não desconfiar, apurar as informações. Entretanto, não foi assim que ela (re)agiu:

Não costumo ser uma pessoa impulsiva. No entanto, desta vez não pensei por um segundo. Me levantei num salto, como se estivesse toda minha vida me preparando para cumprir este papel. [...] Chovia como sempre. Enquanto conduzia para o apartamento de Karen, sentia meu coração bater com força. A droga daria resultado. [...] O porteiro me abriu a porta do estacionamento. [...] ‘Siga, doutora. É o 402.’ Tomei o elevador. Já à frente da porta, tive de pressionar a campainha repetidas vezes. Finalmente abriu Karen. O cabelo sobre a cara. Os olhos abertos. Sorria. Sem dúvida havia tomado o remédio. Estava sonâmbula. Responderia qualquer pergunta com honestidade [...] em piloto automático. (Escobar, 2015, p. 268)

Não era exatamente Claire quem estava esperando toda sua vida para cumprir este papel, eram os ardis da diferença colonial que estavam esperando Claire cumprir este papel, que estavam preparando-a para cumprir este papel, ou seja: não foi a notícia que deu um giro à história, foi a própria Claire. “As gravações desta confissão forçada [e deformada] são entregues ao fiscal. [...] Karen termina na prisão como vítima de uma tese pré-fabricada, como um bode expiatório, injustamente imputada pelo feminicídio e por outros assassinatos” (Dhondt, 2020, p. 79). Claire suja suas mãos quando pensava estar lavando-as, Claire pensa que seu papel é um quando é outro, Claire pensa que a notícia é o giro da história quando, na verdade, ela mesma é o giro da

história: “É nesta coincidência rigorosa do previsto com o que efetivamente ocorreu que, em última análise, se resumem todos os ‘ardis’ do destino” (Rosset, 1988, p. 32-33), que no “nosso” caso, foi ardil também da diferença colonial, pois a diferença colonial em si aparece como um destino: uma mulher não-branca, pobre e emigrante, conforme Karen, está marcada pela diferença colonial, logo, com seu destino preestabelecido como penoso, aflitivo e cáustico.

Os ardis da diferença colonial são inspirados, aqui, pelo “ardil do destino” de Clément Rosset (1988, p. 31):

O acontecimento tomou o lugar de um “outro” acontecimento, mas este outro acontecimento não é nada. Precisa-se assim o engodo de que é vítima aquele que espera um acontecimento mas se espanta por vê-lo ocorrer: existe realmente engodo em algum lugar e este algum lugar reside precisamente na ilusão de estar enganado, de acreditar que há “alguma coisa” da qual a realização do acontecimento teria, em suma, tomado o lugar. É então a sensação de estar enganado que é, aqui, enganadora.

É então a sensação de estar sendo manipulada por Karen que é, em Claire, manipuladora. O acontecimento enquanto tal perdeu lugar para um “outro” acontecimento, os fatos se dissolveram e Claire concebeu novos fatos com suas conclusões iludidas. Claire se espantou com o acontecimento do qual ela mesmo foi a arrematadora, conduzida pelo engodo que realmente existia: “Neste caso, haver cometido o crime e ser culpado eram duas coisas distintas” (Escobar, 2015, p. 268), em outras palavras, é “como se dois aspectos do mesmo acontecimento viessem a assumir cada um uma existência autônoma” (Rosset, 1988, p. 17).

Apesar das voltas que o destino *parece* dar para cumprir-se em Karen, a via pela qual ele se cumpre não podia ser outra, logo é direta; o destino é sacramentando via Claire, ela é “a via reta por excelência: não passou por nenhum desvio, e talvez seja justamente isso o que se chama o ‘ardil’ do destino” (Rosset, 1988, p. 30), em nosso caso, o ardil da diferença colonial (retomando María Lugones, 2014, p. 936): O homem moderno com ascendências e/ou aproximações europeias, burguesas e coloniais, tal qual Aníbal Diazgranados, tornou-se um sujeito/agente apto a decidir, para a vida pública e o governo, apto a decidir sobre a existência de quem atravessa seu caminho, especialmente se a existência é feminina. Este homem é considerado um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão, por tanto, um ser que mente com razão, com carta branca para ser “o ‘ardil’ do destino – ir direto ao alvo, não se atrasar no caminho, comparecer na hora certa” (Rosset, 1988, p. 30), influir no destino alheio, ceifar o destino alheio, de modo que este não diminua o seu próprio destino, que é, senão, um destino de privilégios intocáveis: “Veja, doutora, me criei em uma família rigorosa,

sempre fizemos política, defendemos o que é nosso com os dentes, como os lobos. [...] Já temos o caso de Karen resolvido, não há mais o que fazer, quem se meter sairá queimado” (Escobar, 2015, p. 231-232): disse Aníbal Diazgranados para Claire.

Antes do fatídico encontro com Luis Armando Diazgranados, Sabrina Guzmán foi depilar-se com Karen; “foi uma tortura para as duas. Sabrina, sua cliente, se queixava demais e quando Karen viu escapar umas gotas de sangue, teve uma escura premonição” (Escobar, 2015, p. 28-29); uma escura premonição que valia para Sabrina, porém, sobretudo, para Karen mesmo: é quase oracular (Rosset, 1988) o destino de uma mulher não-branca, pobre e emigrante: pouquíssimos suporiam que o fim poderia ser glorioso. O que restaria saber é como e quando o destino iria cumprir-se. Claire, então, aparece como essa pessoa que pode atravessar o destino, que quer ajudar Karen, salvá-la deste fim que se anuncia para, praticamente, toda mulher não-branca, pobre e emigrante. Contudo, termina, ela mesmo selando o destino de Karen: “O acontecimento temido ocorreu, mas se produziu *frustrando a expectativa do mesmo acontecimento*” (Rosset, 1988, p. 27), não se esperava que ele fosse operado por Claire. “O acontecimento esperado acaba por coincidir com ele próprio, daí precisamente a surpresa: porque se esperava algo diferente, embora semelhante, a mesma coisa, mas não exatamente desta maneira” (Rosset, 1988, p. 32): (I) *O acontecimento esperado* é o destino infeliz de uma mulher não-branca, pobre e emigrante, “porque é realmente do destino que se trata [...], mas num sentido mais profundo do que o imediatamente aparente” (Rosset, 1988, p. 37); (II) *Se esperava algo diferente, embora semelhante* pois Claire poderia moderar a infelicidade de Karen, para que fosse, pelo menos, uma infelicidade “em liberdade” e assalariada; (III) *A mesma coisa, mas não exatamente desta maneira* porque a vida de uma mulher não-branca, pobre e emigrante pode até ser dura, mas não necessariamente ser dura na ou pela prisão, e porque, no caso de Karen, a solidão de uma mulher não-branca, pobre e emigrante não precisa ser ratificada na prisão (sobre o aspecto solidão se falará mais no parágrafo imediatamente posterior); E (IV) *a surpresa* pois ainda resta uma pingo de humanidade que descola a ideia de “perigo” da imagem da mulher não-branca, pobre e emigrante, ideia que logo volta quando se transfere a esta mulher um ato delinquente, ou tão somente, uma suspeita de ato delinquente: “como não suspeitei antes?”: foi o que se passou com Claire.

A figura de Karen e suas interferências, em *La Casa de la Belleza*, desenha-se

como Édipo, Basílio e o Vizir [que] encontram o seu destino por terem desejado evitá-lo. É deixando Corinto que Édipo vai ao encontro de seus verdadeiros pais, é

prendendo o seu filho que Basílio o transforma no monstro que predisse o horóscopo, é correndo para Samarcande que o Vizir se dirige para a morte da qual tenta fugir. (Rosset, 1988, p. 24)

É pretendendo amparar que Claire é levada a desamparar Karen. As histórias de *Édipo Rei* (Sófocles), *A vida é sonho* (Calderón de la Barca) e *Esta noite em Samarcande* (Jacques Deval) contam com uma estrutura profética: um mal presságio impele cada protagonista a fugir do mesmo, no entanto, é exatamente quando fogem que se deparam com o vaticínio. Ao saber por antecedência, os personagens buscam uma esquivia, contudo, a esquivia é o ardid do destino. Ademais da “escura premonição” da própria Karen, quando já em Bogotá, vale citar a premonição de dona Yolanda Valdés, que “dizia [desde sempre em Cartagena] que as mulheres da sua família estavam amaldiçoadas” (Escobar, 2015, p. 20): quando menos esperavam, eram submetidas à solidão como único destino. Karen, então, encontra o seu destino por ter desejado evita-lo, conforme nas mencionadas peças de teatro, ela, como protagonista, promove uma espécie de fuga para capital colombiana, mas é, justamente ali, onde terminará sozinha. E mais: é justamente quem se apresenta como um antídoto à solidão que cumprirá o papel de leva-la à solidão (em específico, à prisão): Claire, em *La Casa de la Belleza*, foi a extensão da esquivia, tornou-se, então, um ardid da diferença colonial. Claire sendo a extensão da esquivia, obviamente, não se notava assim, todavia, em sua narrativa entrecortada e contraditória, ia deixando vestígios rossetianos, indícios do desígnio, mesmo que não soubesse por quais vias ele se daria:

Pensei que Karen se sentia aliviada, de certa maneira, ao ver que Rosario [Trujillo] jogava seu papel desde a insegurança, ou amargura, que não era uma mulher feliz e que, igual a ela e todos atores desta trama, interpretava um papel inevitável, como em uma peça de Shakespeare, onde os personagens não logram escapar de seu destino, por mais que possam prevêê-los, como quem sabe que dando um passo mais cairá no abismo e ainda assim o dá. (Escobar, 2015, p. 154)⁸⁴

Se é oracular o destino de uma mulher não-branca, pobre e emigrante, como quebrar a maldição?

Não havendo uma resposta, tampouco uma garantia, pode-se oferecer, no mínimo, fórmulas não recomendadas, entre elas a forma como

Karen deixou de sentir Rosario Trujillo como uma ameaça, [foi] quando começou a [...] fazer as contas para ter o mesmo casaco Carolina Herrera ou bolsa Prada da sua cliente [...], a maior diferença entre elas consistia na carteira [...], nas coisas. [...] Ao menos assim interpretava [Karen]. [...] Algo lhe concedia o privilégio [a Rosario] de

⁸⁴ A tensão entre Karen e Rosario Trujillo já foi mencionada quando se traçou um paralelo, respectivamente, entre a Paz e a Violência das décadas conflituosas na Colômbia. (Ver página 36)

tratar a Karen com antipatia, um privilégio que Karen bem desfrutaria poder tê-lo em certos momentos. (Escobar, 2015, p. 154-155)

Karen deixou de perceber Rosario Trujillo como uma ameaça quando quis ser a própria Rosario Trujillo: pode-se dizer que Karen interpretou errado o conceito de *ameaça*: Rosario era uma aparição da ameaça, uma maquiagem da ameaça, a pontinha do iceberg, e não somente: Rosario era, concomitantemente, vítima da própria ameaça que lhe caracterizava: Ou alguém acredita que a rica cliente não sofria com a violência de gênero? Karen flertou com a ideia de sair da condição de oprimida sendo opressora, entretanto, não sabia ela que continuaria ocupando o lugar de oprimida, ainda que este fosse relativizado por uma ascensão financeira – que, por ventura, não seria o mesmo que uma ascensão socioeconômica: “A aparência de riqueza era suficiente para que Karen se sentisse acolhida por parte de quem antes parecia rechaçada” (Escobar, 2015, p. 226). Pelos mecanismos da posse, a esteticista enxergou a chance de dar um giro na sua história, sem perceber que um giro de 360 graus a levaria para o próprio ponto que julgaria ter saído. Finalmente, se, pelos mecanismos da posse, Karen conseguisse algum tipo de conversão na sua história, ela estaria “convertendo” apenas a *sua* história, e de nenhuma mulher mais.

Por maior que fosse a conexão de Claire e Karen, a primeira nunca se serviu como uma lente para a segunda ler o mundo –com outros vieses além do seu–, talvez porque Claire nunca chegou a ler Karen com exatidão: “Se algo eu poderia dizer, com uma só mirada, é que o sossego faz ninho em sua alma” (Escobar, 2015, p. 16); o sossego nunca fez ninho na alma de Karen: já era o indício número um que Claire falharia no entendimento com e de Karen, a tal ponto de pensar que “deveria ter suspeitado de nossas conversações, [das] risadas compartilhadas [e dessa] falsa cumplicidade que ia crescendo no interior da cabine” (Escobar, 2015, p. 272); não só deveria como suspeitou retroativamente, entretanto, as risadas eram verdadeiras tal qual a cumplicidade que ia crescendo no interior da cabine e que, provavelmente, chegaria a romper os limites da cabine e a ser intersubjetividade.

Por uma parte, o termo intersubjetividade, proposto por Edmund Husserl [1996], fundamentou a coexistência com o outro em um conhecimento e entendimento mútuo a nível da interação comunicativa, o qual a nível ético tinha o potencial da empatia. Posteriormente, Emmanuel Levinas [1974] interpreta a intersubjetividade como uma responsabilidade ante o outro, uma habilidade inata de resposta frente à vulnerabilidade do outro. Por outra parte, e em resposta a estas definições universalistas, os estudos de gênero problematizam a omissão do papel do privilégio e do consumo na definição da intersubjetividade; já que ao naturalizar esta ética como simplesmente humana se ignora a realidade dos oprimidos em razão de seu gênero, classe ou raça. A ética da responsabilidade, mal interpretada como inerente ao gênero feminino, põe à mulher em uma posição de vulnerabilidade, já que seu incumprimento

é contranatura e, portanto, reprovável; em consequência, o outro sente que é seu dever e direito violenta-la por não cumprir com as exigências de seu gênero. (Fuentes, 2021, p. 213)

Fatalmente, a ética da responsabilidade masculinizada atribui à mulher uma capacidade de cuidado advinda da suposta natureza feminina. Entretanto, em Fuentes (2021), levar-se-á em parcial consideração a compreensão de Levinas (1974) quando este interpreta a intersubjetividade como uma responsabilidade ante o outro, uma possibilidade de resposta frente à vulnerabilidade do outro – “possibilidade de resposta” ao invés de *habilidade inata* (por isso “*parcial* consideração”).

Ao assimilar e apreender a vulnerabilidade de Karen, Claire poderia superar o nível ético de potencial empático (Husserl, 1996 apud Fuentes, 2021) e alcançar o que chamaremos de *intersubjetividade feminista*, um conceito que vem da práxis pois se supõe que ele já ocorre como mecanismo de sobrevivência –mas não ocorreu em *La Casa de la Belleza*–, um conceito que se refere não ao acolhimento passivo de vulnerabilidades, que preveria um lado que precisa ser protegido e outro com capacidade de proteger, mas sim se refere à conexão de vulnerabilidades, pois existem dois lados que precisam ser protegidos e dois lados que podem proteger – ou seja, Karen seria igualmente ativa. Não necessariamente são apenas dois lados, mais lados podem e devem atuar nesta intersubjetividade, mais pessoas, mais agentes feministas, por exemplo, Lucía e Susana⁸⁵, amigas, respectivamente, de Claire e Karen, poderiam ter se somado a este processo entre subjetividades, ambas, por diferentes consequências da organização social de gênero, também terminaram combalidas, bem como a mãe de Sabrina Guzmán (Consuelo Paredes). Isto significa que estas cinco formariam um grupo intersubjetivo de agentes feministas e alterariam suas trajetórias declinantes, seus fins isolados e melancólicos; ao menos tentariam alterar. “A solidariedade e a lealdade entre as mulheres em *La Casa de la Belleza* não levarão a um empoderamento coletivo contra a corrupção e a violência sexual” (Dhondt, 2020, p. 79); a solidariedade e a lealdade entre as mulheres em *La Casa de la Belleza* se esfacelaram ao longo da trama. Por ventura, com um olhar generoso,

⁸⁵ Ela foi quem, após conhecer Karen como companheira de trabalho em *La Casa de la Belleza*, apresentou à protagonista as oportunidades da prostituição. Caminho o qual Susana já estava imersa no contraturno de esteticista. Com Susana, Karen foi morar após uma passagem emergencial pela casa de Maryuri. Elas conviviam harmoniosamente ou parcialmente bem, porém, o desespero de Karen por trazer seu filho lhe fez dar um passo talvez maior que a perna quando alugou um apartamento sozinha, supostamente ideal para a chegada de Emiliano à Capital. Susana recebeu esse gesto como ingratidão. As duas brigaram e Karen terminou fazendo uma ligação de socorro para a mãe de Susana: “[Aqui] fala Karen Valdés, amiga de sua filha. [...] Ela sofreu uma recaída. Está bebendo muito, consumindo droga, diz incoerências, talvez seja necessário interna-la” (Escobar, 2015, p. 216). Desligado o telefone, Karen foi para o banho; ao sair, Susana não estava. “Nunca mais teve notícias de Susana” (Escobar, 2015, p. 217).

solidariedade e lealdade seriam conceitos aplicáveis quando Claire, Lucía, Susana e Consuelo começaram a perceber que Karen estava sendo objeto de uma grande injustiça, porém solidariedade e lealdade se dão em atos isolados, atos que por desconectados estariam longe de semear a intersubjetividade feminista.

A intersubjetividade feminista pode reorientar a percepção e a atitude da agente feminista para com ela mesma através do reflexo distorcido, da alteridade similar, e permitir uma leitura compartilhada da organização de gênero enquanto esta atua; ela pode “fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (Lugones, 2014, p. 940). A intersubjetividade feminista pode criar um espaço dentro-fora, que resiste ao mesmo tempo em que sofre. “Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento” (Lugones, 2014, p. 949). O que se “prevê” é uma acolhida plural e em movimento, um encontro de vulnerabilidades cambiantes que se resguardam mutuamente, mais do que “uma sorte de integridade nos sentimentos de uma para com a outra” (Escobar, 2015, p. 218). A intersubjetividade feminista pode ser uma possibilidade de resposta frente às vulnerabilidades que se espelham mas também se somam, uma possibilidade de resposta frente à ótica masculina universalista (Saffioti; Almeida, 1995, p. 14), produtora de gêneros e homogeneizadora de subjetividades, que dilacera as mesmas para fazê-las apenas uma, em cacos. Em outros termos, esta ótica masculina universalista faz com que “o gênero [derive] dos agenciamentos capitalísticos, resumindo-se a uma subjetividade, ou faceta dela, serializada” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 20), propositalmente objetificada. A intersubjetividade feminista pode recuperar a natureza intangível da subjetividade e forjar-se como um espaço para e de micropolítica.

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. (Lugones, 2014, p. 940)

Considera-se a micropolítica (agora, também, infrapolítica), conforme adiantado no fim da página 77 desta dissertação, um privilegiado *locus* de atuação da mulher (Saffioti; Almeida, 1995, p. 15), ainda que “os pontos de observação das feministas não se [situem] em nenhum lugar privilegiado, passível de ser tornado asséptico, descontaminado de ideologia” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 22). A intersubjetividade feminista pode deixar que se manifestem as

contaminações e a ideologia, sobretudo porque ela não prevê agentes feministas absolutamente conscientes e automeadas assim, entretanto, haverá a necessidade de um mínimo despertar feminista ou *mulher autopercebida* (Cadahia, 2020). Concluindo, a intersubjetividade feminista pode deixar que se manifestem as contaminações e a ideologia para então ataca-las coletivamente, para inocular mecanismos de autodefesa. Veja bem: atacar sim as contaminações e a ideologia, porém não a agente feminista que a carrega; esta, “apenas”, não deve continuar sendo um vetor, por tal razão, a intersubjetividade feminista que ataca a ideologia e as contaminações é em si mesmo um *espaço de contaminação*⁸⁶, entretanto uma contaminação reagente, uma contaminação dosada tal qual numa vacina, que inocula a praga super diluída apenas para a criação de anticorpos. A intersubjetividade feminista, num processo de imunização comunitária, pode criar anticorpos –e certamente já está criando– contra a organização social de gênero.

O fracasso da intersubjetividade feminista em *La Casa de la Belleza* não aniquila todas as formas de resistência (não só na obra), é o que observa também Luz Bibiana Fuentes (2021): Claire é a narradora-personagem, e ela começa a escrever o livro, autorizada por Karen. Claire, sensibilizada e culpada, decide narrar a difícil história de vida de Karen, neste ato restaria uma esperança: a escritura como exercício de agência interpessoal: Patricia Mann (1994) é quem propõe o termo *agência interpessoal*, o qual define “aquelas ações nas quais deliberadamente buscamos criar e manter conexões psíquicas de afirmação com os outros” (apud Fuentes, 2021, p. 214): é o que faz Claire numa última tentativa de perdão não declarado, e de salvaguardar o seu laço e o seu sentimento –até mesmo homoafetivo⁸⁷– para com Karen; é o que faz Claire não sem pecar pelo excesso de culpa: “Para Lucía, minha mirada tendia a idealizar os motivos de Karen, a enaltecê-los e dar-lhes um elemento fantástico para transformá-la em heroína. ‘Karen’, dizia Lucía [...], ‘é a heroína desta história sem dúvida, porém uma mulher de verdade’” (Escobar, 2015, p. 154). Ao buscar, deliberadamente, a manutenção de suas conexões psíquicas com Karen, Claire pode haver falhado no processo de escritura, pode

⁸⁶ Este espaço voltará nas *Consideração Finais*, lá com o aporte de Luciana Cadahia (2020).

⁸⁷ “Nunca me havia passado antes. Eu nunca tinha gostado de uma mulher.” (Escobar, 2015, p. 79) / “Não queria ou não podia suportar a ideia de algo além, de algo como desejo, o apetite carnal [...] treinada, como estive desde sempre, para amar os homens.” (Escobar, 2015, p. 109) / “Via sua silhueta. Seus lábios, os vi mais carnudos que nunca. Seus olhos pardos, os imaginei mirando de noite. Confesso que quis beijá-la.” (Escobar, 2015, p. 193) / “Karen sorrindo, [...] Karen me provocando, perturbando minha cordura com sua sensualidade descontrolada. [...] seu abdômen plano, seus seios erguidos, [...] o queixo escarpado e sua boca, essa boca polposa, magnífica como um morango selvagem” (Escobar, 2015, p. 271-272): a atração vai aumentando e sendo devidamente nomeada com o avançar da estória.

haver desperdiçado potência, reduzindo a amplitude da história, mantendo-a somente como agência interpessoal. Resta saber até onde é capaz de chegar a agência interpessoal.

Resulta evidente que no caso de Claire sua escritura tem como motivação uma autocondenação e um ato de contrição [arrependimento; mea-culpa]. Ela aceita sua responsabilidade não somente por perpetuar as dinâmicas de discriminação, senão também por haver participado, ainda que involuntariamente, no processo que levou Karen à prisão. Claire sente a responsabilidade de criar um testemunho que apoie a busca da verdade e da justiça, mesmo que esta seja impossível no contexto social e político que a determina. (Fuentes, 2021, p. 216)

E o contexto social e político que a determina é –nada mais, nada menos que– a organização social de gênero (Saffioti; Almeida, 1995) tramada por Aníbal Diazgranados e outros personagens masculinistas. A Claire lhe resta, então, tentar; lhe resta escrever mais como uma tentativa e menos como um testemunho, pois ainda que desvele a organização social de gênero, relate a sociedade da fealdade e comprove a violência de gênero, não haverá nem meios nem ninguém para dar fé: não está sendo dito que o livro morrerá em si mesmo, uma incoerência com a hipótese, porém sim que ele não viverá, exclusivamente, como uma ferramenta de reparação, posto que para reparar dependeria da recepção dos agentes masculinistas. O conceito de reparação poderá, no máximo, ser aplicado a um nível pessoal: de Claire para com ela mesma e/ou para com Karen; sendo mais otimista, o conceito de reparação poderia ser aplicado ao sujeito feminino oprimido: “O relato de Claire é um ato de agência interpessoal que além de humanizar a protagonista, ilumina a interseccionalidade estrutural e representacional que determina os múltiplos fatores de opressão que a vulneram” (Fuentes, 2021, p. 218), ilumina os fatos-sombra. Todavia, iluminar não é desestabilizar: a interseccionalidade estrutural e representacional que determina os múltiplos fatores de opressão que vulneram a Karen seguem operando sob a égide da violência de gênero. Diga-se mais: o relato de Claire quando ilumina o faz de modo instável e impermanente, mais assemelhando-se a um candeeiro, o qual mantém presa a imprecisa luz que deveria ser liberta e difundida, posto que tal relato por si só não goza da capacidade de alterar a natureza daquilo que relata.

É neste ponto que o leitor joga um papel central: ele libertará e difundirá o relato, porém não somente, pois não nos faltam exemplos de relatos contra-hegemônicos em mil vezes compartilhados e reproduzidos que não conseguiram romper a couraça da virtualidade, encarcerados nas redes (anti)sociais ganharam um caráter mais algorítmico que combatente. O leitor precisará agir com o relato ou fazer o relato agir, ele projetará o discurso a um campo de ação, como quem arremessa um bocado de água ao leito do rio, e aquela água, até então parada e isolada, choca-se a outros discursos provocando dissonâncias e conciliações, ambas as vias

serão maneiras de movimentar(-se) e de compor, de emancipar(-se) e de caldear, de entender o relato de Claire dentro “das práticas e dos discursos feministas [...] procedentes tanto de espaços ‘com o nome feminista’ como de outros lugares na sociedade civil” (Alvarez, 2019, p. 77) que se entrecruzam horizontalmente neste rio de leito contracorrente: pois a sensação que se tem é esta: a luta feminista é um rio que quer subir e a organização social de gênero é a gravidade. Apesar do panorama desolador ou *para o panorama desafiante*,

La Casa de la Belleza se oferece como um exercício micropolítico cuja ética consiste na interpelação à sociedade colombiana⁸⁸ para reconfigurar suas relações cotidianas e sua resposta frente à violência de gênero. Para isso, o romance utiliza um elemento metaficcional que dirige nossa atenção ao ato de escritura como exercício de agência interpessoal. Claire exerce sua agência interpessoal mediante um ato de escritura que tenta revelar a verdade daquelas vozes que foram silenciadas pela violência de indivíduos da elite política. (Fuentes, 2021, p. 222-223)

Sendo em si um exercício micropolítico, o livro ganha, talvez, o principal traço distintivo para conformar com o leitor um campo discursivo de ação. “A dimensão micropolítica revela ser mais que uma dimensão na escala espacial [...] ou que uma temporalidade [...], abrindo a história à experiência que se espreita no cotidiano” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 660); e o livro se espreita no cotidiano, se converte com o leitor em experiência histórica. O campo discursivo de ação livro-leitor será uma experiência histórica na medida em que se forja uma micropolítica, em que “se refere a uma micropolítica que implica o intensivo, os processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade do *socius* e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 660).

O campo discursivo de ação de Sonia Alvarez (2019) é uma teoria dos estudos feministas que nasce totalmente da práxis:

Um primeiro momento crucial, que originalmente me inspirou a ideia de campo feminista, foi minha participação nos processos preparatórios do Brasil e, a nível regional, da América Latina para a Conferência de Pequim (a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher) [...], observei que esse “movimento feminista” parecia haver-se transformado em um “campo de ação” cada vez mais amplo, mais heterogêneo e mais disperso em términos espaciais durante as décadas de oitenta e noventa, época na qual o feminismo se moveu, se articulou em e com outros espaços, outros movimentos sociais, partidos e instituições nacionais e internacionais [...], e passou por um processo ao qual me referi como descentramento. Com o retorno de governos civis a muitos países da região e com a entrada de algumas feministas antes ligadas à oposição a instituições dominantes, proliferaram acaloradíssimos debates sobre se uma ativista que passou a trabalhar dentro do governo, por exemplo, seguia sendo ou não parte “do movimento”. Comecei a considerar que quem propunha a

⁸⁸ *La Casa de la Belleza* se oferece como um exercício micropolítico cuja ética consiste na interpelação *não só* à sociedade colombiana, porém à toda América Latina que precisa, igual e urgentemente, reconfigurar suas relações cotidianas e sua resposta frente à violência de gênero.

pergunta de quem legitimamente pertencia ou não ao feminismo já estavam envolvidas no que comecei a conceitualizar como campo feminista. Em outras palavras, a articulação desse campo parecia se dar não só mediante vínculos organizativos, porém igualmente de forma discursiva, pois as atrizes que nele circulavam compartilhavam e, ao mesmo tempo, continuamente, disputavam um universo de referentes e significados sobre o que era ou não era o feminismo, a opressão das mulheres, a desigualdade entre homens e mulheres, etc. Com base nesta observação, decidi adicionar o qualificativo “discursivo” à noção de campo de ação. (Alvarez, 2019, p. 76)

Para melhor entender esta transição de Movimento para Campo, recorre-se à Luciana Cadahia (2020)⁸⁹:

Quando o Movimento entra em conflito, quando *exterioriza* seu nível contencioso tende a perceber-se como um Movimento e, portanto, ao necessitar uma identidade, propende à fragmentação. E Sonia Alvarez (2019) diz que, quando pensamos o feminismo como Campo, [notamos que] este é capaz de entender-se como correlações de força, organizando-se entre si e tornando a orientar.

O que se depreende, é que o Campo é capaz de absorver choques, de remover-se e de *interiorizar* o seu nível contencioso. Isto significa que, como conclui Cadahia (2020), “sua dimensão antagônica não será uma debilidade, porém sim uma forma com e na qual o Campo se (re)estrutura e se desenvolve constantemente”. O Campo não é uma práxis nem uma ideia vulnerável, ele sabe proteger-se.

Sonia Alvarez se lança aos acontecimentos feministas e de dentro deles organiza uma ideia a qual chamamos de conceito ou teorização, mas que antes de chegar a sê-los é um acontecimento mais dentro dos acontecimentos feministas. Sonia Alvarez não é apenas analista: sua perspectiva “privilegiada” e sua observação ativa a fazem também uma intervenção:

A intervenção, associada à construção e/ou utilização de analisadores históricos, tira partido do deslocamento operado pelo conceito de analisador –da figura do analista para o de acontecimento– o que já é, em si, um modo de intervir nos procedimentos habituais de pesquisa. (Aguiar; Rocha, 2007, p. 656)

O campo discursivo de ação é uma episteme que vem da rua e do fazer sócio-humano, enquanto estes se modificam; ou seja: é um conceito dito-terminado para dar conta de movimentos sempre inacabados. Por tanto e por outros motivos já expostos ao longo do trabalho, o campo discursivo de ação sugere-se uma noção flexível para estender-se: no nosso caso, a extensão – mais extensão e menos deslocamento– é para o livro-leitor, que poderá não se limitar a um campo discursivo de ação apenas posto nos movimentos feministas, porém também posto em

⁸⁹ www.youtube.com/watch?v=9ku_pHEb5PI (a partir de 01 hora, 17 minutos e 35 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”*, dirigido por Luciana Cadahia. *Sessão 1* (publicado em 13 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 29 de março de 2024)

outros movimentos contra-hegemônicos, que, muito possivelmente, se contribuem mutuamente, visto que todos atacam uma mesma base conservadora: “o feminismo deve estar à altura da atual crise [...], esta é uma crise que o capitalismo pode, na melhor das hipóteses, suplantar, mas não resolver. Uma solução verdadeira exige nada menos que uma forma totalmente nova de organização social” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 118-119): é o que clama o manifesto *Feminismo para os 99%*, que se autodeclara, entre outras coisas, antirracista, anti-imperialista e ecossocialista, pois entende que as lutas gestam-se conjuntamente, dado que é contra o “1% que detém mais da metade da riqueza deste mundo às custas da exploração e da opressão da maioria” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 20), destarte, o campo discursivo de ação livro-leitor deve ser feminista porém pode e deve igualmente ser antirracista, anti-imperialista, ecossocialista, antixenofóbico, anticapacitista, etc.

O campo discursivo de ação livro-leitor é uma atividade da qual resultará uma força problematizadora que expandirá seu raio de atuação à medida que livro-leitor seja “somente” um eixo, um novo ponto de partida: o livro oferta um tensionamento e o leitor o desmembra na dimensão histórica da vida social. “A percepção da dimensão histórica da vida social é, sem dúvida, um dos desafios à transformação; é ela que faz possível a crítica à naturalização das instituições, das funções que lhe são atribuídas e dos papéis a serem desempenhados” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 662). O campo discursivo de ação livro-leitor é um movimento que comporá o combate às narrativas institucionalizadas e às instituições em si mesmas: “a ineficácia de uma instituição pode ser a ponta de lança da queda de todas as instituições” (Stzajnszrajber, 2023, p. 17). Livro-leitor pode relativizar funções e papéis sociais previstos arbitrariamente e desordenar o que é e o que deveria ser ficcional e/ou real: “As instituições não refletem nenhuma ordem natural [...]: as instituições ordenam o real. Não descrevem: ordenam” (Stzajnszrajber, 2023, p. 15). Livro-leitor é de natureza a priori ficcional, no entanto, apenas para dobrar o real que, em variadas ocasiões, precisaria relegar-se a menos que ficção. Livro-leitor é de natureza a priori ficcional para, primeiro, recusar o que está dado e sacrificar tudo que existe (Rosset, 1988, p. 67), então, supor um *novo*, que será imediatamente falível, contudo cumprirá sua missão de fazer o real retornar inteligível e vulnerável: “o vínculo entre pensamento e realidade é de identidade e semelhança com o mundo, e a experiência se produz no domínio de um eu em dialética com o mundo” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 653), a experiência livro-leitor como um campo discursivo de ação só se produz em dialética com o mundo,

questionando-o: é no mundo e na *realidade* que mora a pertinência do campo discursivo de ação livro-leitor.

4.1 A solução não se descobre: o campo discursivo de ação livro-leitor poderá ser antigênero

Claire, em seu exercício de agência interpessoal, contou com o auxílio de sua amiga Lucía, um aporte valioso por se tratar de uma escritora; também uma psiquiatra, mas uma escritora. Não sei se induzida por sua formação profissional, Lucía fez-se uma escritora de autoajuda. Conforme dito na primeira página deste capítulo, ela era casada com Eduardo Ramelli, dono de uma clínica e “amigo” de Aníbal Diazgranados, este encomenda o assassinato do primeiro, seu próprio “amigo”, como queima de arquivo. Antes de se envolver com o perigoso político-pastor (ou pastor-político), Eduardo se sugeria um bom rapaz, pelo qual se apaixonou Lucía: “Morria de amores por Eduardo. Parecia incrível que semelhante beleza houvesse notado uma mulher como eu” (Escobar, 2015, p. 49), *uma mulher como eu*: O que seria “uma mulher como eu”? Lucía não se julgava bonita (Escobar, 2015, p. 47); porém isso é o suficiente para ela se classificar “uma mulher como eu”? Poderíamos discorrer sobre quais são os padrões de beleza da atualidade e os traços físicos canônicos, quem os impôs e quais etnias os inspiram, no entanto, como o livro não se prende em descrições corpóreas detalhadas das personagens, enfoquemo-nos, neste instante, na baixa autoestima de Lucía Estrada, que pode também explicar sua aproximação ao gênero autoajuda: “Além de bom moço, era divertido, comunicativo, desenvolvido, do mundo, com classe, melhor dito, era tudo o que eu não era” (Escobar, 2015, p. 49); à medida que a história transcorre, essas qualidades de Eduardo não se realçam, é possível duvidar das impressões de Lucía, que quiçá estivessem condicionadas por seu insignificante amor próprio: “Como dote, poderia dizer assim, lhe ofereci um livro que ele publicou com grande êxito sob sua autoria” (Escobar, 2015, p. 49), este foi só o primeiro, se “passaram [...] três décadas e dezesseis livros que acabaram de consolidar a Eduardo como o segundo autor de autoajuda mais lido na América do Sul” (Escobar, 2015, p. 49-50). Realmente pode-se falar em *dote*, tal qual antigamente transferia-se para o marido cavalos, joias ou alqueires de terra como o *preço da noiva*, Lucía transferiu-se através de um relevante conjunto de livros –gostemos ou não do gênero– e de uma projeção profissional que lhe rendeu a Eduardo frutos não só financeiros: fato que nunca havia contado para Claire: “O

que você disse? [...] Que os livros foram escritos por você? Me está dizendo que os livros de Eduardo são de sua autoria?” (Escobar, 2015, p. 221). Lucía lançou mão de uma prática que acabou há mais ou menos cem anos, com pequenas variações entre países: até o começo do século passado “moça sem dote corria o risco de ser solteira” (Moura, 2002, p. 246): foi o que temeu Lucía, com certo atraso e com seus projetos pessoais moldados pela organização social de gênero. *Ser solteira é correr risco?* Provavelmente é ao contrário: “Medicina Legal informou que neste ano se registraram 45.472 casos de violência intrafamiliar na Colômbia, o que significa 22,9% de aumento do fato em comparação com 2021 [...]. A maioria das vítimas são mulheres com 35.255 ocorrências” (Idrobo, 2022)⁹⁰. Há que se confirmar: “Os principais agressores das mulheres têm sido maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados” (Njaine et al., 2014, p. 22).

Passados trinta anos, o casamento de Lucía terminou. Talvez já tivesse terminado antes, mas chegou a seu fim em formas mais explícitas, ainda que sem o divórcio concordado e assinado, pois é provável que Eduardo não quisesse perder em todos os termos alguém que lhe chegou como uma segunda mãe: “Lhe levava as pantufas. Lhe fazia o café. Lhe preparava o banho. E ele acudia a mim por consolo, por reafirmação. Pobre meu Edu.” (Escobar, 2015, p. 52)

A idade que advém do tempo ou o tempo que advém da idade trouxe algo de esclarecimento e mágoa para Lucía: “Por que se empenha uma pessoa em viver uma vida que não é sua?” (Escobar, 2015, p. 218). Ainda que haja se expressado em tom genérico e filosófico, é possível que, antes de ninguém, esteja se referindo a ela mesma, depois a mulheres de uma maneira geral que abdicam de seus desejos –ou nem os reconhecessem– e, por último, incluindo alguns “homens também, porém disso não tinha evidências” (Escobar, 2015, p. 219). Portanto, ao contribuir na preparação da obra *La Casa de la Belleza*, Lucía se projetava num processo de restauração consigo mesma através de terceiras. Ao ajudar a ordenar histórias femininas que se interferiam, Lucía se dava conta que a sua história de frustração era mais uma entre tantas, entre a maioria:

Em uma das sessões em que nos reunimos as três, estando Lucía para organizar os apontamentos para o livro, Karen falou da impressão que lhe produzia Rosario [Trujillo], e foi Lucía quem evocou à senhora Kilman, esta personagem de *Mrs. Dalloway* que sempre estava buscando fazer sentir o quão rica era ela e o quão pobre era o outro; sua superioridade, a inferioridade do outro. E assim, disse Woolf no livro,

⁹⁰ www.radionacional.co/noticias-colombia/cifras-violencia-intrafamiliar-en-colombia-medicina-legal (publicado em 27 de outubro de 2022 / acessado em 22 de julho de 2024)

a mulher acaba por se converter em algo como um espectro, um desses espectros com que se batalha à noite, um desses que nos sugam o sangue e a vida, dominadores, tiranos. (Escobar, 2015, p. 154)

As mulheres de *La Casa de la Belleza* se converteram em espectro, essa imagem corpórea de alguém que deixou de *ser*, alguém que outrora *era*: se em algum momento foram firmes e patentes as figuras de Karen, Claire, Lucía, Susana e Consuelo –por citar apenas as cinco sobre as quais nos atemos, com distinta concentração, ao longo do trabalho–, elas terminaram mingoadas e fantasmagóricas, a ver as últimas páginas do livro:

- Na verdade, estou surpreendida, Claire. Karen me falou que você é como uma mãe para ela, que buscasse a você se houvesse alguma emergência; lhe digo que ela está a ponto de ser injustamente processada e que pode terminar na prisão por um crime que não cometeu, e você não reage. [Disse, desolada, Consuelo Paredes]
- Que passou com Susana?
- Isso é tudo o que lhe interessa saber?
- Me desculpe, sinto muito não ser de mais ajuda, preciso ir, disse. E me retirei quase correndo. (Escobar, 2015, p. 279-280)

Assim termina o capítulo quarenta. O capítulo quarenta e um, que arranca na página imediatamente posterior (281), é “tão somente” o diário de Karen na prisão, adotado a pedido de Claire, pois serviria como material para o trabalho literário de agência interpessoal. O diário em si terminou sendo um elemento de agência interpessoal, pois ofereceu um relativo cuidado para com Karen, serviu como proteção (ainda que Claire não houvesse pensado nisso), mantendo-a viva, dando-lhe, talvez, a sensação de “um dia após o outro”. Mesmo que Karen não escrevesse todos os dias, ela encontrou uma maneira de parcelar o fardo da sentença (que sequer havia sido ditada). Num contexto antívida, o diário era um sopro de sobrevivência, era uma *escrevivência*⁹¹: Karen não tinha nada de bom para contar, mas ainda assim ela podia *contar*. No *Dia 93*, ela relatou: “Claire voltou a vir, outra vez carregada de desculpas e presentinhos, toda perfumada a rosas e lavanda. [...] A notei cansada. Me contou que volta à França, não pôde se sentir bem na Colômbia e percebe que já não consegue fazer muito por mim.” (Escobar, 2015, p. 284) No *Dia 99*, Karen apontou: “Na semana seguinte virá Lucía buscar estas páginas. Assim colocaremos um ponto final ao livro que escreveu Claire e a esta história minha” (Escobar, 2015, p. 285); e completou: “Não me importa que voltaram a adiar a audiência, nem me importa que Susana veio me visitar, agora casada e crente, dizendo que me perdoa [...] já não quero pensar no mundo lá fora, o mundo lá fora me abandonou” (Escobar,

⁹¹ Termo alcunhado por Conceição Evaristo: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo> (publicado em 03 de outubro de 2022 / acessado em 19 de julho de 2024)

2015, p. 285); e este foi o último dia do diário que veio à luz; nesta mesma data, Karen registrou veementes intenções suicidas: é quando se encerra o livro, na página 286.

Assim foram as menções e/ou aparições derradeiras às/das personagens de nosso interesse: Karen, presa ou falecida. Claire, novamente autoexilada. Susana, um vulto beato. Lucía, uma ferramenta editorial. Consuelo, abandonada ao azar: na falta de um referente para a palavra *órfã* ao contrário: eis um pecado linguístico. As cinco terminaram exaustas, exauridas; e se “se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a ‘libertação’ perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva” (Lugones, 2014, p. 940).

Lucía, ao citar o livro de Virginia Woolf, não só recorre a ele oportunamente, como também presente o futuro das principais personagens de *La Casa de la Belleza*: “espectros com que se batalha à noite”, à sombra; e nessa batalha entre mulheres que são *versus* espectros que poderão ser, *as mulheres que são* perderam em grande medida, elas tiveram suas vidas sugadas pelos seus espectros, que ganharam sendo produtos da organização social de gênero e vítimas da sociedade fealdade. Se acaso se considera que Karen, Claire, Lucía, Susana e Consuelo seguiram vivas, pode-se dizer que seguiram vivas por suposição, relegadas a fatos-sombra.

Ainda sobre Lucía e a referência literária empregada pela mesma na interação com Claire e Karen, é muito satisfatório descobrir que, ao mencionar uma personagem –Sra. Kilman– da obra *Mrs. Dalloway* (Virginia Woolf, 1925) e contextualizá-la à situação de Karen e, ainda, elevá-la a um contexto mais amplo, Lucía está fazendo valer o campo discursivo de ação livro-leitor. A amiga de Claire filtra e estende o discurso da obra literária, aplicando-o a uma nova realidade, que, em maior ou menor medida, guarda uma base, uma verossimilhança e/ou um resquício de parença com a realidade da história narrada por Virginia Woolf. Lucía liberta e difunde o relato que emana de *Mrs. Dalloway*, ela faz o relato agir e emancipar-se, o relato choca-se com Claire e desagua em *La Casa de la Belleza*. O campo discursivo de ação livro-leitor revalida uma consequência da violência de gênero e problematiza uma condição da mulher que se arrasta por, no mínimo, um século (antes, talvez a condição fosse outra pois era pior).

A distância temporal entre o intérprete e o texto não precisa ser preenchida, nem para explicar nem para compreender, mas com o nome *fusão de horizontes* torna-se um traço inelutável e produtivo da interpretação: esta, como ato, por um lado, faz o

intérprete ter consciência de suas ideias antecipadas e, por outro, preserva o passado no presente. A resposta que o texto oferece depende da questão que dirigimos de nosso ponto de vista histórico, mas também de nossa faculdade de reconstruir a questão à qual o texto responde, porque o texto dialoga igualmente com sua própria história. (Compagnon, 2014, p. 63)

Lucía reconstruiu a questão levantada pelo livro *Mrs. Dalloway* e a dirigiu, a partir de seu ponto de vista histórico, de maneira produtiva, com a lente da violência de gênero, refletiu como a mulher, através de outra, pode ser levada a sabotar sua própria condição no mundo. Independente da intenção das autoras, o fio da meada sobre violência de gênero não se perde pois existe o leitor, fonte na qual o sentido do texto não se esgota, tampouco se está defendendo que o sentido do texto se esgote a partir do autor.

Não somente o sentido do texto não se esgota com a intenção nem se lhe equivale – não pode ser reduzido ao sentido que tem para o autor e seus contemporâneos –, mas deve ainda incluir a história de sua crítica por todos os leitores de todas as idades, sua recepção passada, presente e futura. (Compagnon, 2014, p. 64)

Lucía fez-se recepção presente e em movimento, mais do que isso, foi a semente da intertextualidade, conferiu a textura de tecido ao texto de Claire, de rede reticulada (Alvarez, 2019). “A noção de intertextualidade se infere, também ela, da morte do autor”: Antoine Compagnon (2014, p. 51) está se referindo a Barthes (2004) tal qual fez-se na Introdução deste trabalho, no entanto, quando se fala de morte do autor aqui é menos para descartar a intenção e mais para valorizar a recepção, que gozará um lugar de centralidade, sobretudo no *campo discursivo de ação livro-leitor*. Esta hipótese não pretende atribuir um excesso de responsabilidade ao leitor, o exemplo de Lucía é uma ótima alusão para pensa-lo em prática, para que se denote uma de suas valências e não para indicar que todo leitor no lugar de Lucía deveria atuar igualmente, pois isso preveria condicionar a compreensão das obras literárias e homogeneizar a recepção, que além de distinta a depender do local e da época, tem diferenças ainda mais acentuadas se levamos em consideração a individualidade do leitor. “Se toda compreensão supõe uma antecipação de sentido [...], quem deseja compreender um texto tem sempre um projeto sobre esse texto, e a interpretação repousa numa pressuposição” (Compagnon, 2014, p. 62): definitivamente não é esse o intuito em se colocando o leitor numa posição protagonista. O leitor é inseparável de sua existência, ele está impedido de escapar da sua própria sorte e da sua situação histórica para compreender o outro (Compagnon, 2014, p. 62), para compreender o discurso literário. O que se espera parcialmente da recepção no campo discursivo de ação livro-leitor é um leitor vigilante, desconfiado e responsável para com a obra e, igual e concomitantemente, para com a realidade que lhe circunscreve, que no caso pode ser

aplicável à realidade que circunscreve a obra, considerando que, no pior dos cenários, as realidades intra e extraliterárias terão, ao menos, pontos de tensão em comum.

Trago, neste parágrafo, um exemplo de campo discursivo de ação (Alvarez, 2019) que foi entremeado pelo campo discursivo de ação livro-leitor, foi potencializado por uma leitura conscienciosa e expansiva. Dito de outra maneira, exponho um exemplo de uma leitora que construiu o campo de ação livro-leitor(a) e agiu nele e com ele, uma leitora que entrou e saiu de uma obra literária, desenvolvendo e ressignificando o discurso da mesma. Em 30 de outubro de 2023, na *Universidad de Antioquia* (Medellín/COL), às quatorze horas, no bloco doze, na Sala *Maestros Fundadores* – 209, se realizou o evento, no qual estive presente, *Conversemos: avanzando como mujeres universitarias*, sob o selo *12Violencia0*, ou seja, “por zero violência de gênero no bloco doze”, mas não somente no bloco doze, trata-se de uma

iniciativa que pretende incentivar a prevenção das violências baseadas em gênero (VBG) na *Universidad de Antioquia*. Esta ideia nasceu em 2022, por parte do Comitê de Gênero e sob a Coordenação de Bem-estar da Faculdade de Comunicações e Filologia com um pacto simbólico que se fixou no mural de compromisso para a erradicação das VBG, ação em resposta frente ao avanço da VBG, no contexto universitário, vivido entre agosto e setembro de 2022.⁹²

A leitora modelo à qual me refiro é Olga Vallejo Murcia (decana da Faculdade de Comunicações e Filologia), quem foi a mediadora da roda de conversa. Para mediá-la, Olga lançou mão de um livro de Annie Ernaux (francesa premiada com o Nobel de Literatura 2022) para inserir as convidadas na conversação. Antes de passar a palavra, no momento oportuno, para cada uma das três convidadas, Olga lia um trecho da obra escolhida, o conectava com uma pergunta-provocação e concedia, com naturalidade, a vez a uma interlocutora. Ou seja, era a voz literária que dava o impulso, e esta voz literária já não estava “apenas” submetida ao livro e ao silêncio do(a) leitor(a). A passagem lida renascia naquele espaço através da recepção –que se forjava uma recepção-emissão, um conduto–, a passagem lida se *reticulava* com novos discursos, se aderiu a distintos propósitos não necessariamente previstos pela intenção, pela autora. O campo discursivo de ação foi a roda de conversa e o campo discursivo de ação livro-leitor foi a intervenção de Olga, foi a introdução dos turnos de fala, introdução esta conduzida por uma obra literária. Portanto, em alguns momentos, os campos se confundiram, não se apartaram com convicção, e isto é uma conquista.

⁹² www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/unidades-academicas/comunicaciones/bienestar/12Violencia0

Outra maneira de cogitar o que se espera do leitor no campo discursivo de ação livro-leitor, a partir de *La Casa de la Belleza* (voltando à nossa obra), foi inculcado por Reindert Dhondt (2020, p. 81): “Ao haver optado por uma narradora prepotente e pouco fiável [Claire], Escobar obriga seus leitores a repensar seus próprios preconceitos ancorados em uma sociedade androcêntrica, dividida em castas, como ‘sujeitos implicados’ (Rothberg, 2019)”. É dizer: os leitores, portanto, estariam correndo o risco de ser *sujeitos implicados*, ou deparando-se com tal faceta, logo, contestando-a. Em verdade, para e no campo discursivo de ação livro-leitor, é desejável que o leitor escape desse embaraço.

Sujeitos implicados ocupam posições alinhadas com o poder e o privilégio sem serem agentes produtores diretos do dano; eles contribuem, habitam, herdam ou beneficiam de regimes de dominação, mas não originam nem controlam esses regimes. Um sujeito implicado não é vítima nem perpetrador, mas antes um participante em histórias e em formações sociais que originam as posições de vítimas e perpetradores, nas quais aliás a maioria das pessoas não ocupa esses papéis tão claros. (Rothberg, 2019, p. 1 apud Cardina, 2020)⁹³

Consciente, então, de cada leitor é único e ocupante de papéis não tão claros, o campo discursivo de ação livro-leitor não poderá requerer muito do leitor ou preconizar o mesmo, o que foi posto até aqui é menos pré-requisito e mais uma crença no leitor, de antemão, como um agente político, que consta na sua idiosincrasia. Entretanto, é válido destacar uma seminecessidade, que não sendo exigência passa a ser uma idealização: o campo discursivo de ação livro-leitor faz votos que o espírito leitor seja um *sujeito da experiência*:

O sujeito da experiência é um sujeito “ex-posto”. Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “im-posição” (nossa maneira de impormos), nem a “pro-posição” (nossa maneira de propormos), mas a “ex-posição”, nossa maneira de “expormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre. (Bondía, 2001, p. 24-25)

Algo ao leitor precisa passar, acontecer, suceder, tocar, chegar, afetar, ameaçar e ocorrer. Em maior ou menor medida, ele deverá ser atravessado para que seja um ser transformador. Neste instante, o trabalho manifesta sua torcida pela *experiência*, essencialmente por ser ela mesma uma subversão, um fenômeno contra-hegemônico, atípico segundo Jorge Larrosa Bondía (2021). Não obstante, no ecossistema leitor, a *experiência* precisará ser endêmica:

⁹³ www.buala.org/pt/a-ler/sujeito-implicado-um-conceito-a-explorar (publicado em 05 de janeiro de 2020 / acessado em 18 de julho de 2024)

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Bondía, 2001, p. 24)

Com *La Casa de la Belleza*, o campo discursivo de ação livro-leitor se projeta para compor um campo mais abrangente que é o próprio campo discursivo de ação de Sonia Alvarez (2019), que nasce e está posto dentro das lutas feministas, para compreender as mesmas enquanto elas se movimentam. O campo discursivo de ação livro-leitor manifestado neste trabalho se incumbe, sobretudo, de atacar a violência de gênero. Ao ataca-la, descobre-se seus elementos, ou seja, as ações são simultâneas e se interferem; na verdade, talvez, as ações sejam apenas uma, que, no máximo, se desmembra: descobrir elementos da violência de gênero é atacar a violência de gênero. E o que se percebeu nesta empreitada é que a violência de gênero pode chegar a ser mais complexa que se sugere nas suas definições “habituais”, “Escobar [(2015)] sugere que a violência de gênero não é aleatória ou uma [conduta] desviante individual, mas sim que se trata de um tipo de violência mais difusa, incrustada nas estruturas simbólicas” (Dhondt, 2020, p. 102), destarte, superaria as duas citações acomodadas abaixo, complexificando a primeira e expandindo a segunda:

[I] A violência de gênero se caracteriza por qualquer ato de agressão física, de relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual, maus tratos psicológicos e controle de comportamento que resulte em danos físicos ou emocionais, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação marcada pela desigualdade e pela assimetria entre gêneros. Pode acontecer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços da sociedade. (Njaine et al., 2014, p. 12)

E:

[II] A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres. (Araújo, 2008, n.p.)

Ao considerarmos *La Casa de la Belleza* como uma grande rede que desorganiza e redefine a violência de gênero por suas linhas tortas ou por sua escritura elíptica, não estamos descartando as duas reflexões apresentadas acima, que além de tangíveis e pertinentes, são

necessárias pois são entendimentos basais. Ambas são frutos de trabalhos árduos de utilidade pública. Njaine et al. (2014) concluem dizendo que a violência de gênero se dá para além dos logradouros mais intuitivos, se dá em *outros espaços da sociedade*: isto é verdade, uma verdade ampla. A fim de ser mais exato, preferiremos dizer que a violência de gênero se dá em *todos* os espaços da sociedade, apesar de seguir sendo ampla, a verdade agora não nos levará à confusão: não há nenhum *espaço inocentado* (ideia já impressa no capítulo três), nenhum espaço imune à violência de gênero; a desigualdade e a dominação masculina estão internalizadas por homens e mulheres: foi o que disse Araújo (2008). Ao internalizá-las, as mulheres –até mesmo as mulheres–, quando em sua própria companhia, se convertem em *espaços da sociedade* (Njaine et al., 2014). Ao internalizá-las é dizer: ao terem incutidas as ideias da organização social de gênero na sua subjetividade, infundidas no seu ânimo, as mulheres se convertem em *espaços da sociedade*: (I) “Karen [...] saca uma navalha do bolso. A toma em sua mão e faz-se um corte no antebraço. [...] Repete a operação três, quatro, sete vezes” (Escobar, 2015, p. 261), já sabemos os detalhes que fizeram Karen chegar a este ponto, detalhes que foram da ordem da violência de gênero, que se intensificaram no cruzamento com classe e etnia. Oferece-se um outro exemplo que avança: (II) “Não era o corpo de Rosario Trujillo que a fazia superior [a Karen e a outras], mas o preço de quanto levava posto” (Escobar, 2015, p. 155), fosse pelos adereços externos ou pelos enxertos estéticos: o regime doutrinador e transformador de corpos é uma violência de gênero que, cruelmente, termina sendo sacramentada pela mulher nela mesma: “o romance de Escobar explora como, através da indústria da beleza e sua retórica, os corpos femininos são mais moldados e disciplinados que os masculinos” (Dhondt, 2020, p. 73). Por último, vale a pena espelhar aqui uma terceira passagem que traz nova denúncia, na qual Karen pensa: (III) “o que faz uma mulher da minha idade vivendo sozinha?!, isso é buscar problemas” (Escobar, 2015, p. 117).

Juntos, os três trechos expostos para pensar a mulher em si como um espaço da sociedade que fomenta a violência de gênero propuseram um afunilamento: (I) primeiro, há uma ação concreta de dano físico ao próprio corpo, há uma violência materializada que provoca feridas e sangramentos visíveis, que, imediatamente, serão feridas psíquicas não visíveis; (II) segundo, há uma ação (ou várias ações) de dano físico justamente quando se julga autocuidado, há uma intervenção sobre o próprio corpo que *a priori* não é entendida como violenta, contudo, em nome de uma beleza sem acepção, altera-se a estrutura do mesmo, sacando do corpo sua ideia de singularidade, de satisfatório e, principalmente, de natural – Ou pensaríamos em convencer uma leoa a fazer uma harmonização facial? Por ventura, uma gorila a realizar um

preenchimento de glúteo? Quiçá, um conjunto de zebras a padronizar as suas linhas que nunca se repetem? Seja qual for o procedimento, ele terá um grau invasivo pois busca uma mudança através da violação, e a necessidade da mudança é dada pelo prisma do corpo como algo apenas do mundo –negando o que ele tem de pessoal–, o corpo como um objeto, desumanizando-o, “onde o valor das mulheres está determinado pelo tamanho de suas bundas, a redondeza de seus seios e a finura de suas cinturas” (Escobar, 2015, p. 10). Sobre a “beleza”, isoladamente, se discutirá na *seção 4.3.*; (III) terceiro, há uma ação de dano mediada pela culpa, Karen desvirtua sua autonomia alcançada –ainda que precária–, Karen considera incriminar-se pois buscou uma emancipação individual, o que quer dizer sem suporte ou aval masculino. Estar em companhia de si mesma, estar fusionada apenas com sua mente e seu corpo seria conquistar problemas e não independência.

Os três fragmentos, pensados em conjunto e analisados em sequência, nos provoca a seguinte e primeira questão: É possível delimitar os espaços sociais e os agentes da violência de gênero? Neste caso, digo *agentes* em todas suas instâncias, desde o masculinista estrategista que age conscientemente em prol de seus sádicos privilégios até uma mulher que antes de agente inconsciente passou e segue passando por todas as camadas de vítima, pois “é possível alguém ser perpetrador e vítima” (Cardina, 2020). Se temos dificuldade em delimitar espaços e agentes (que podem até ser uno), teremos facilidade em determinar os modos e as categorias da violência de gênero? Ao (de)limitá-la a golpes físicos, ofensa verbal, coerção sexual, agressão psicológica, assobio de canteiro de obra, abuso de poder perpetrado contra a mulher, rituais machistas, gravidez como linha de reprodução, pré-conceito heteronormativo, ordem patriarcal, prostituição, investimentos ínfimos no futebol feminino em comparação ao masculino, papéis sociais previstos pela genitália, comportamentos misóginos, etc., estaremos dando conta de falar sobre violência de gênero? Quantos são seus ingredientes e quão detectáveis são?

La Casa de la Belleza nos mostra os ingredientes da violência de gênero: a reprodução social das ideias sexistas, como as que Karen aprende de sua mãe e da esposa do caseiro que a viola; a expectativa para as mulheres de aceitar responsabilidade e para os homens de evitá-la; o “sexismo benévolo” que quita a agência às mulheres; as fantasias sobre certos tipos de mulheres que faz a violação desejável; as divisões racistas e classistas entre as mulheres; a fraternidade dos homens; a cumplicidade das mulheres com o patriarcado; e a normalização da violência. Sobretudo, o romance nos mostra que a violência de gênero não só é um problema de umas mulheres isoladas na Colômbia, porém sim o problema de todas nossas mães, filhas, irmãs e amigas. (Peacock, 2022, p. 5)

Melinda Peacock adicionou mais uma boa quantidade de elementos à violência de gênero e suas variáveis; seguimos demaquilando-a. Os elementos apresentados por Peacock (2022),

chamados por ela de ingredientes, e os imediatamente anteriores à citação –apresentados pela própria dissertação– podem ser entendidos como provocadores da violência de gênero, mas, quiçá, se aproximem mais a consequências do que a causas. Neste processo de ir descobrindo e atacando a verdadeira cara da violência de gênero, sem que se esconda nenhuma marca de expressão, é necessário desenredar, com alguma clareza, as causas, as origens da mesma.

Destarte, dar-se-á “um passo atrás”, passo que já foi iniciado quando o trabalho, na segunda página do presente capítulo, refletiu sobre e com a *colonialidade de poder e de gênero*, ali começou uma consulta à raiz do problema, e nela voltar-se-á, novamente através de María Lugones (2014, p. 935, grifo nosso): “Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, *gênero* e sexualidade”, ou seja (ela arranca o seu artigo cravando): “A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis.” (Lugones, 2014, p. 935); tudo se designa entre opostos, guardados de modo estanque, inclusive as coisas mais subjetivas que poderiam existir, tudo se designa para o controle. A fim de alcançar compreensões mais avançadas sobre gênero e violência de gênero é muito bem-vindo considerar outra afirmação de Lugones (2014, p. 936): “Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial”, é neste ponto que tudo começa: antes de ditar-nos por homens ou mulheres, precisaremos saber se somos civilizados ou não, pois “só os civilizados são homens ou mulheres” (Lugones, 2014, p. 936). A suposta civilização foi e é um conceito a serviço do sujeito colonizador, em outras palavras, “os povos [referidos por] indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936): esta é a raiz a qual me referia. A partir deste retorno, conseguimos traçar uma linha da e para violência de gênero.

A “missão civilizatória” colonial [a partir do catolicismo e suas empreitadas] era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas). A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generalização dicotomizada dos/as colonizados/as. [Pois] Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. [...] E colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificações dos abusos da missão civilizatória. (Lugones, 2014, p. 938)

Tal qual coloca-se, hoje, as/os oprimidas/os contra si próprias/os como modo de fragmentar qualquer possibilidade de reivindicação coletiva contra o *terror sistemático*, contra a *violação sexual*, contra o 1% que detém mais da metade da riqueza deste planeta ou contra a *missão civilizatória* que segue em curso, no entanto, cinco séculos depois, a missão civilizatória é “apenas” a manutenção da ordem vigente: “para as mulheres, ao contrário dos personagens masculinos, a história não está imóvel e ‘pronta’, mas sempre pode ser revista e reinterpretada” (Navarro, 2008, p. 42). Um excelente escudo contra a revisão e a reinterpretação da história e do estado das coisas é canalizar a energia das oprimidas contra elas mesmas: “Karen não é o que você pensa, doutora. Karen é uma prostituta e uma criminosa” (Escobar, 2015, p. 232), assim Aníbal Diazgranados, a metáfora do sistema patriarcal-capitalista e o motor da organização social de gênero em *La Casa de la Belleza*, confrontou as oprimidas contra si próprias, enquanto pastor colocou em curso sua atualizada missão civilizatória, que nem sempre será tão evidente, ela pode se dar por insinuação: um pouco antes, o político já havia pontuado, confundindo a Claire definitivamente, foi quando ela mesma não sabia ao certo qual o lugar estava ocupando nesta história: “[...] a moça é pouquinho coisa, mas você tem esta atitude colonizadora que vem ajudar aos pobres. Um conselho, doutora: deixe a garota assumir sua própria sorte” (Escobar, 2015, p. 232).

Reindert Dhondt (2020, p. 81) se referiu a Claire como uma narradora prepotente e pouco fiável –segundo já foi certificado aqui–, agora, vemos a Aníbal Diazgranados aproximá-la à categoria de colonizadora; de fato, ser prepotente e pouco fiável são predicados de um sujeito colonizador, está na sua idiosincrasia. Claire não é, taxativamente, uma colonizadora, mas foi sim um sujeito implicado (Rothberg, 2019) na diferença colonial (Lugones, 2014). A diferença colonial “é o espaço onde as histórias ‘locais’ inventando e implementando os desígnios globais encontram histórias ‘locais’, o espaço onde os desígnios globais têm que ser adaptados, adotados, rejeitados, integrados ou ignorados” (Mignolo, 2000 apud Lugones, 2014, p. 946); através de Claire, os desígnios foram apenas adotados, integrados e implementados: nela se confirmou as posições de vítima em Karen e perpetrador em Aníbal, ela foi um elo, um ser de implicação; e o foi, exatamente, porque não notava; não notava com desenvolto discernimento que exercia esse papel: ser um sujeito implicado na diferença colonial dialoga e compõe (com) a proposta de ser um ardil da diferença colonial, conforme insinuamos desde o primeiro parágrafo deste capítulo quatro: um sujeito implicado pode ser um conduto ou um facilitador da opressão, sem que perceba. No sujeito implicado, por ventura, catalisa-se o destino de uma mulher “colonizável”.

Além de caracterizar Claire como colonizadora, o progenitor de assassino afirma que Karen é “pouquinha coisa”, afirma sob os mesmos moldes que afirmavam os colonizadores de outrora, afirma condenando; “a dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as” (Lugones, 2014, p. 936): Aníbal Diazgranados –homem branco, burguês, eurocentrado, colonial moderno, heterossexual e cristão– dita a condenação de Karen à semelhança de um juiz de direito ou de um semideus, sobretudo porque a ré é não-branca, pobre e migrante: Karen é uma intersecção perfeitamente colonizável, seus atributos são lidos como deficiência, e “julgar os/as colonizados/as por suas deficiências do ponto de vista da missão civilizatória [justifica]va enormes crueldades [...], pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas” (Lugones, 2014, p. 947). Ou seja, Karen, do ponto de vista da missão civilizatória de Aníbal, era menos que mulher, “nasce” uma quarta propriedade para a protagonista-maculada: não-branca, pobre, migrante e *fêmea*.

O que vemos, com este “retorno”, é “a dicotomia do gênero operando normativamente na construção do social e nos processos coloniais de subjetificação opressiva” (Lugones, 2014, p. 943). A violenta construção de gênero, por haver sido levada a níveis extremos e ininterruptos, com o avanço da colonização, parece ter conseguido uma história emancipada, no sentido que não somente o gênero foi operado pela construção social, mas que a construção social também foi operada pelo gênero. Por conseguinte, o gênero deixaria de ser apenas a representação de uma relação social ou a classificação social que se impõe sobre um corpo sexuado, porém igualmente um corpo sexuado já classificado que se impõe sobre uma sociedade subordinada aos valores de gênero fossilizados no mesmo corpo sexuado; os valores de gênero passam a ser um mal mais daninho do que se pode imaginar, pois afetam em todas as esferas da vida coletiva: “a normatividade que *conectava* gênero e civilização *concentrou-se* no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais” (Lugones, 2014, p. 938, grifo nosso); a normatividade que conectava gênero e civilização continua conectando-as; tal normatividade concentrou-se e permanece concentrando-se no apagamento de diversas práticas comunitárias que relutam contra os prognósticos.

Se reverter a lógica já não é o suficiente, como sair da lógica? Se resistir à colonialidade de gênero for “tão somente” resistir e não fundar uma outra pertença, como escapar de tamanha enrascada? Se já não queremos pertencer a nada, como eclodir uma nova desorganização social?

“As perguntas proliferam neste momento e as respostas são difíceis. Elas requerem colocar, novamente, a ênfase em metodologias que se adequam a nossas vidas, de maneira que o sentido de responsabilidade seja máximo” (Lugones, 2014, p. 950), em outras palavras, já não há margem para hesitações: se ainda desconfiamos das antíteses ao gênero e à violência de gênero, não podemos desconfiar da responsabilidade: “Alguém tem que assumir a responsabilidade, Clairecita [disse e completou Lucía]. Alguém tem que ser culpável” (Escobar, 2015, p. 220). Assumamos esta culpa, que não é ruim nem boa, mas se for coletiva poderá amenizar-se.

4.2 A revolução foi cooptada

Hoje, 07 de agosto de 2024, a Lei Maria da Penha⁹⁴ completa dezoito anos. Alcançar a maioria, comumente, não traz nenhum grande acontecimento que justifique a expectativa, não seria diferente com a Lei Maria da Penha: “Lei Maria da Penha completa 18 anos, mas violência contra a mulher segue crescendo no país. Número de denúncias no ‘disque 180’ no primeiro semestre de 2024 cresceu 36% em relação ao mesmo período do ano passado” (Borges, 2024)⁹⁵. O avanço da violência contra a mulher não pode caracterizar uma falha na Lei Maria da Penha, no entanto, pode sim caracterizar uma falha na expectativa posta na Lei: “A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, tem como objetivo *combater* a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil” (Borges, 2024, grifo nosso); a Lei, por si só, não tem a capacidade de combater a violência contra a mulher, no máximo combaterá a consequência, no sentido que pode impor medidas protetivas para a mulher após o ocorrido, como: “o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato, a transferência da vítima e de seus dependentes a um abrigo especializado ou a inclusão em programa oficial de proteção”⁹⁶. Talvez, posso me contra-argumentar e dizer que sim a Lei combate a violência contra a mulher, pois, após a primeira incidência, há caminhos de combater a violência mantendo o agressor longe; contudo, a violência já se deu, ela está configurada na mulher, quem se soma à porcentagem de vítimas e quem sofrerá com traumas e danos psicológicos. Não existe o

⁹⁴ O referente da Lei Maria da Penha na Colômbia seria “a Lei 1257, que desde 2008 busca a sensibilização, prevenção e sanção de formas de violência e discriminação contra as mulheres” (Souza, 2013).

⁹⁵ g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/07/lei-maria-da-penha-completa-18-anos-mas-violencia-contra-a-mulher-segue-crescendo-no-pais.ghtml (publicado em 07 de agosto de 2024 / acessado em 07 de agosto de 2024)

⁹⁶ www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha (não consta data de publicação / acesso 07 de agosto de 2024)

combate digno de ser nomeado assim, combater a violência é antecipá-la, é danificar suas estruturas. Inibir a violência quiçá seja um atributo da Lei, considerando que ela pode causar receio ao agressor – que muitas das vezes já o é antes mesmo de ratificar o ato de agressão. Porém, cá entre nós todos e todas, cremos que o receio está instaurado entre os perpetradores? A resposta é não, contundentemente, não!: “A taxa de condenações por estupro no Brasil gira em torno de 1%, segundo o perito criminal federal e presidente da Academia Brasileira de Ciências Forenses, Hélio Buchmüller, no artigo *Crimes sexuais: a impunidade gerada por um Estado omissor*” (Menezes, 2017)⁹⁷. Em se tratando de ciência, o cúmulo da exceção não pode ser levado em consideração, assim sendo: o violentador no Brasil não é punido por estupro, logo, não será punido por violências de gênero “menores”.

Como verdadeiramente *combater*? Como nos esforçar corretamente para dominar, vencer e extinguir a violência de gênero (que trucida não só o Brasil e a Colômbia, porém a todas nações latino-americanas irmãs)? Encerrou-se a seção imediatamente anterior com María Lugones (2014, p. 943) clamando pelo foco em metodologias que se adequem às nossas vidas, de maneira que o sentido de responsabilidade seja máximo. Então assim seria?: Com a criação e a aplicação de metodologias que se adequem às nossas vidas, levando-as com sentido máximo de responsabilidade e urgência, começaríamos a combater a violência de gênero? Se sim ou se não, o importante é que não fujamos a esta convocação de María Lugones. Para arriscar-nos, havemos de nos perguntar mais: Quais metodologias se adequarão à nossa realidade latino-americana e à nossa necessidade decolonial? Quais metodologias poderão quebrar o pacto conservador e frear a missão civilizatória empreendida desde as invasões espanholas e portuguesas? Institiva e inevitavelmente, igualmente como um dever, evoca-se metodologias feministas, pois “no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjunturalmente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política” (Costa; Schmidt, 2004, p. 10). Deposita-se muita fé neste entrelaçamento, sem o qual não se avança para as metodologias que se adequarão às nossas vidas. Entretanto, considerar metodologias feministas seria a mesma coisa que nos valer do feminismo como uma metodologia? Deseja-se o feminismo como metodologia pois

se prestamos atenção, o feminismo, sobretudo no século XXI, está mostrando-se como uma nova matriz civilizatória. Quando já começamos com a consigna ‘O patriarcado vai cair!’ e identificamos ao patriarcado como uma forma civilizatória –que deu lugar a esta figura da masculinidade, entendida como uma posição de poder ao homem

⁹⁷ www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais (publicado em 26 de novembro de 2017 / acessado em 07 de agosto de 2024)

branco heteropatriarcal, e que, além disso, cedeu espaço à experiência do capitalismo, em sua etapa atual, que seria o capitalismo neoliberal– [então pensamos]: Em que medida, a queda do patriarcado é o desejo de pôr fim a essa forma de masculinidade [...] e a essa forma socioeconômica de relacionarmos e construirmos tecidos sociais? [...] O interessante do(s) feminismo(s) hoje é que já está(ão) imaginando uma matriz civilizatória alternativa, [...] já não é o momento da *negatividade*, é dizer: não é o momento em que, simplesmente, estamos demandando reconhecimento; não é o momento em que queremos apenas *destruir* algo sem mais, [...], destruir uma injustiça estatal, cotidiana, social, a isso chamo momento da *negatividade*, liberar-nos da opressão: não é somente isso, há um momento afirmativo em curso que dá início ao pensamento de matriz civilizatória distinta, há um momento afirmativo de desejo. (Cadahia, 2020)⁹⁸

Um momento ao qual Luciana Cadahia (2020) se refere como momento da *positividade*, contrapartida à *negatividade*, não basta negar o patriarcado e toda violência de gênero, o que estaria em curso é uma reorientação: a *positividade* está suleada para o novo. Contudo, a *positividade*, este momento que supera a postura defensiva, que possui o máximo sentido de responsabilidade (Lugones, 2014), que avança a táticas propositivas e que, portanto, demanda metodologias ativas, também tem sua interrogante, tem uma dúvida na sua gênese, na sua atitude afirmativa de desejo, tem uma “grande incógnita, que é fundamental trabalha-la: O que estamos desejando fazer? Como estamos desejando nos organizar? O que significa imaginar um mundo não-patriarcal? Um mundo não-capitalista, melhor dito, um mundo não-neoliberal?” (Cadahia, 2020)⁹⁹

Seria errado dizer “voltamos à estaca zero”, mas esta sensação existe sim e ela cresce sempre que surgem interrogantes que nos devolvem a uma posição de largada, inseguros que tornaremos a arrancar. Mais do que legítima, a sensação seria comprovável segundo Byung-Chul Han (2021). No seu livro *Capitalismo e Impulso de Morte*, ele debate uma questão absolutamente crucial para esta sensação de irresolução, que, talvez, seja mais do que uma sensação, porém sim uma concreta irresolução: “Por que hoje uma revolução não é possível?” (p. 31) E a desmembra em outras perguntas: “Por que o sistema dominante neoliberal é tão estável? Por que há tão poucas resistências e oposições a ele? Por que tão rapidamente todas elas não levam a nada?” (Han, 2021, p. 31-32) O filósofo coreano-alemão reflete da seguinte maneira: Para manter a sociedade industrial e disciplinar do século XX, o poder empregado era *repressivo*, por isso, provocava protestos e resistências, o que fazia possível uma revolução que acabasse com as relações de poder imperantes. Naquele modelo, eram detectáveis os opressores

⁹⁸ https://www.youtube.com/watch?v=9ku_pHEb5PI (a partir de 01 hora, 03 minutos e 41 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”*, dirigido por Luciana Cadahia. *Sessão 1* (publicado em 13 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 29 de março de 2024)

⁹⁹ *Idem*

e os oprimidos, era visível o inimigo. Porém, o sistema de governo em voga é diferente ao do capitalismo-industrial: o poder destinado a manter estável o próprio sistema neoliberal não é repressivo, ao contrário, é um poder sedutor. O neoliberalismo converte o trabalhador em um empresário “livre”, um empresário de si mesmo, amo e escravo de sua sorte (Han, 2021, p. 32-33), senhor e servo de sua vida, que será uma vida profissional-pessoal inconsertável. A luta de classe passa a ser uma luta que se dá no interior do sujeito isolado, se dá dentro de cada um(a) nós: *sujeitos sujeitados*. Então a luta fracassa, pois culpamos a nós mesmos pelo fracasso. Seguindo (Han, 2021, p. 34-36): É esta paradoxal sensação de liberdade que faz impossível o protesto. Contra quem protestar? Aquele poder repressivo/disciplinar era ineficaz, porque requeria uma grande dispensa de energia mediante o uso da força para fazer valer uma série de comandos e proibições. É essencialmente mais eficaz a técnica de governo a qual se encarga que as pessoas se subordinem por si mesmas ao sistema, se autodispõem para a dominação; ao invés, de fazê-lo com proibições e privações, o sistema faz através de “favores” e mimos. Em lugar de produzir pessoas dóceis, esta forma de governo produz pessoas dependentes. Nota-se um poder trajado de elegância e afabilidade, o sujeito submetido nem sequer é consciente da sua submissão, se pensa em liberdade. O regime neoliberal é estável e imune à toda resistência pois ao invés de oprimir a liberdade, a utiliza. Em suas próprias palavras, Han afirma (2021, p. 36): “A opressão da liberdade provoca rapidamente resistência. A exploração da liberdade, ao contrário, não”.

É difícil encontrar muitos pontos de discordância com Han (2021)¹⁰⁰, por mais cruel que seja “dar por perdido”, porém não se trata disso: se trata sim de saber que atravessamos um período histórico de muitas dúvidas, de indecisões estagnantes; e não avançar é, por si só, uma ameaça debilitadora, pois o modo de governar neoliberal –com todas suas variáveis, entre elas, patriarcal– segue em aperfeiçoamento e, cada vez mais, distanciando-se do que deveria ser uma democracia. Aproveamos totalmente ou não –pois podemos ler o momento da positividade (Cadahia, 2020), o momento do campo feminista inquieto e atuante fazendo sim possível o protesto e consciente de contra quem protesta–, é constrangedor detectar-nos, um pouco que seja, no estado esmiuçado por Byung-Chul Han (2021), um estado, inúmeras vezes, de cansaço

¹⁰⁰ Nem mesmo o avanço de forças militares como o Israel e a OTAN como instituições pró-sistema altamente repressivas pode ser um indício de equívoco, pois Han (2021) separa o *poder que instaura* o sistema do *poder que mantém* o sistema –e aqui estamos falando do poder que o mantém–, posto que a forma de governo já se consolidou em praticamente todo contexto geopolítico latino-americano. O poder truculento só é válido na necessidade de instalar uma ordem reajustada, em condições “propícias” (quase sempre maquinadas), ele é utilizado para subjugar a sociedade violentamente a uma nova programação radical (Han, 2021, p. 36).

e de impassibilidade, disfarçado de resiliência, quando, na verdade, é um sólido conformismo, sendo este um passo para dentro, justamente quando as revoluções exigem um passo para fora.

Hoje, concorrem todos contra todos, um contra o outro, até mesmo no interior de uma empresa. Essa concorrência absoluta aumenta tremendamente a produtividade, mas a acaba destruindo a solidariedade e o senso cívico. De indivíduos esgotados, depressivos e isolados não se pode formar nenhuma revolução de massa. [...] Hoje, nos lançamos ao trabalho com euforia até o [...] *burnout*. O primeiro nível da síndrome de *burnout* é justamente a euforia. *Burnout* e revolução excluem-se mutuamente. (Han, 2021, p. 37-38)

Metade do seu dia, Karen trabalhava. Como fazer revolução nas outras doze horas? Como combinar a revolução com sete horas de sono, três horas de deslocamento, uma hora de alimentação e uma hora de afazeres domésticos? Como cogitar a revolução se falta tempo e energia para outras necessidades?

Invariavelmente, eu encontro conhecidos nas redes antissociais que ressonam, validam e valorizam o mal detectado por Byung-Chul Han (2021), bem como a postagem com a qual me deparei há menos de uma semana e transcreverei de modo idêntico, que é o exemplo perfeito do estado de espírito contrarrevolucionário e do sujeito sujeitado: “Fazê-lo bem. Ainda que ninguém veja, ainda que ninguém aplauda, ainda que demore e você se canse muito mais: Essa é a verdadeira revolução...”. Imaginemos quantas *curtidas* ele recebeu. Poderia haver modelo melhor? Este ser que não está só na virtualidade e que não é apenas um arroba já se predispôs, deliberadamente, ao cúmulo da competitividade, ao isolamento e ao *burnout*; ele está incrivelmente seduzido e dominado pelo sistema, ele deixou-se levar, com muito prazer, tal qual sugerem as reticências: com uma ideia de supressão, neste caso, de respirar fundo e deleitar-se com sua própria liberdade, que de tão própria se encerra nele mesmo.

De modo perturbante, Byung-Chul Han (2021, p. 38-39) encaminha a conclusão: A economia do compartilhamento não veio substituir o capitalismo como se autoproclama; ou seja, os aplicativos colaborativos, sugerindo pessoas independentes e investidoras de si mesmas, não levam à autonomia, mas sim à capitalização total da comunidade; as relações sociais estão fadadas à comercialização pois a vida, agora, pertence ao mercado financeiro (2021, p. 38-39). Vejamos “os melhores” referentes: Uber, Airbnb, Instagram e Onlyfans, grosso modo, nos narram, respectivamente, que a carona é precificada, a hospitalidade é monetizada, a amizade é interesseira e o corpo já não é amável abnegadamente. Em uma sociedade de qualificações e *likes* mútuos, não é possível nenhuma cordialidade gratuita. É bastante contraditório que nesta linda grande rede de comunhão ninguém dê nada

voluntariamente, acontece, que no núcleo desta grande rede reina a lógica dura do capitalismo. Finalmente (Han, 2021, p. 40), o capitalismo está consumado no momento em que ele vende o comunismo como produto: o comunismo como mercadoria é o fim da revolução.

E agora, Maria?

A seção abaixo, a penúltima deste capítulo, quiçá seja a cereja do bolo, ou outra fruta mais amarga, porque, até aqui, a discussão não foi doce. A reflexão posterior pode parecer não fazer parte do bolo, porém não é um acessório, e não merece ser confundida com o mesmo. A fruta que decora é igualmente ingrediente do recheio.

4.3 Eu moro em *La Casa de la Belleza*

Esta etapa será um olhar para o microcosmo que me cerca e que dialoga com nosso objeto literário; quero aplicar este trabalho, ainda que parcialmente, este campo discursivo de ação livro-leitor para a vida concreta que me rodeia. Quiçá o microcosmo acabará sendo eu mesmo. Esta etapa será um olhar para a *Belleza*, seria irresponsável dissimulá-la, não creio que ela seja um detalhe ou, apenas, um impulso em *La Casa de la Belleza*.

Somente na quadra em que está compreendida a casa que habito existem oito! salões de beleza. Se aumento o raio de análise, considero que, em menos de cinco minutos de caminhada, eu posso chegar a quinze salões de beleza diferentes: isso me assusta. Todavia, nem se reunidos, eles alcançariam a magnitude de *La Casa de la Belleza*, tampouco recebem clientes daquele altíssimo estrato socioeconômico. O que chama a atenção, independente da classe que se ocupa, é a ascensão vertical do culto à estética, do culto ao corpo, ao que ele tem de mais superficial, que tão logo é confundido com algo essencial que passa a definir a pessoa, então, cliente. Somente em 2023, o Brasil registrou 524 salões de beleza aberto a cada 24 horas: sim! Foram quinhentos e vinte e quatro centros estéticos inaugurados por dia¹⁰¹.

Não é um pico pós-pandemia, mas sim um crescimento consistente e necessário para atendimento às diversas demandas que os serviços de embelezamento prestam. Mas, sobretudo, devemos entender esse destaque como uma preocupação com o corpo, com

¹⁰¹ agenciasebrae.com.br/cultura-emprededora/setor-de-beleza-tem-mais-de-524-novos-negocios-abertos-por-dia-em-2023/ (publicado em 02 de janeiro de 2024 / acessado em 26 de julho de 2024)

o bem-estar, com a interação com o outro. (Andrezza Cintra, coordenadora nacional do Setorial de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos do Sebrae)¹⁰².

Por mal dos pecados, a “interação com outro” à qual se refere Andrezza Cintra só pode ser aquela que se vê via redes antissociais, que se exaure em um *like*: “O belo natural é oposto do *belo digital*. [...] Seu signo é a complacência sem negatividade, a *curtida*. O belo digital forma um *espaço liso do mesmo* que não admite estranheza, nem alteridade” (Han, 2019, p. 40). A referida ascensão vertical de culto à estética pode ser também a ascensão vertical do empobrecimento estético, basta considerarmos que as modas padronizam e pasteurizam cabelos, sobrancelhas, unhas e, até mesmo, faces, sim: olhos amendoados, maçã do rosto sobressaltada, nariz fino e arrebicado, boca volumosa, maxilar definido e pontiagudo: este é o combo da dita “harmonização facial”, que de tão caricata é burlesca, a tal ponto que o procedimento ganhou um codinome que se compartilha com a justa ironia: *demonização facial*. Não obstante, a ironia está em crise, e as pessoas seguem xerocando-se umas nas outras: o que deveria ser peculiar às individualidades termina por se repetir, o que se publicita e se *posta* por belo acaba sendo brega, em outras palavras, o belo vende a alma para o brega; “nessa *interioridade digital*, não é possível surpresa ou maravilhamento. Curtindo, os humanos se encontram apenas ainda em si mesmos” (Han, 2019, p. 42).

Ao que parece, a ideia dos salões “de beleza” não é valorizar o que o(a) cliente tem de melhor e/ou de único, porém sim converter os(as) clientes em um só único, em um “melhor” preestabelecido e efêmero – pois ser efêmero é fundamental para voltar a vender. Zygmunt Bauman (2011 apud Moraes, 2021)¹⁰³ sugere que “o gosto médio das massas” perde vigência e cede lugar a planos de captura das tendências de comportamento, os quais se alteram conforme os perfis dos consumidores, “como convém a uma sociedade de consumidores como a nossa, [pois] a cultura hoje é constituída de *ofertas*, e não de *normas*” (Bauman, 2011, p. 58); e os salões de beleza dão o golpe final: estamos consumindo nosso próprio corpo.

Em *La Casa de la Belleza*, a venda do procedimento estético se anuncia, entrelinhas, como oportunidade de ascensão social à curtíssimo prazo: se não se anuncia assim, ao menos, se trata de uma sensação compartilhada entre as clientes, uma sensação que permanece no nível do não-dito. É como se a beleza fosse uma ferramenta de poder, ou a ferramenta de poder mais tangível às mulheres, e que a partir dela o acesso a novos espaços e horizontes também fosse

¹⁰² *Idem*

¹⁰³ aterraeredonda.com.br/a-vida-banal-com-o-virus-do-consumo/ (publicado em 13 de julho de 2021 / acessado em 26 de julho de 2024)

garantido – de quebra, seguindo com a ideia do “anúncio da venda”, constitui-se uma venda casada: prática abusiva que fere o código do consumidor por “subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço, ou subordinar a prestação de um serviço à utilização de outro ou à aquisição de um bem”¹⁰⁴, no nosso caso, condicionando a aquisição do serviço estético ao fornecimento do poder que, todavia, não se confirma útil: fraudando a venda duplamente, pois, a venda casada até se concretiza, mas a compra casada não, é um raro caso que venda e compra se afastam: “Se é verdade que o acontecimento surpreendeu a expectativa ao mesmo tempo em que a satisfazia, é que a expectativa é culpada, e o acontecimento inocente” (Rosset, 1988, p. 24): a isto também podemos dar o nome de *o mito da beleza* (Wolf, 1991): ideais inalcançáveis criados, justamente, para manter as mulheres afastadas das instâncias de poder; e mesmo que os ideais fossem *alcançáveis*, o poder seguiria inatingível. Contudo, para que fique claro, *ideais de beleza* é um conceito natimorto, pois o belo é belo por não ter um protótipo, por ser disruptivo, por desunificar, por desarranjar, por ter em seu âmago o inesperado, o desconhecido. Quando muito, “o belo natural se mostra ‘como vestígio do não-idêntico nas coisas, sob sortilégio da identidade universal’ [Adorno, 1970]” (Han, 2019, p. 42); e realmente, “o belo é algo oculto. Para a beleza, o encobrimento é essencial. A transparência não se dá com a beleza. *A beleza transparente é um oxímoro*” (Han, 2019, p. 43).

Em *La Casa de la Belleza*, centro estético seis estrelas, o carro-chefe é a beleza transparente. Esta beleza antinômica que já entrega tudo é uma beleza *fast food* que denota uma espécie de poder *fast food*, pois, tão pouco consumida, já se esgota, já se nota a falta de nutrientes essenciais que compõe o poder “prometido” através da beleza; e esta carência incita a mulher/cliente ao vício, posto que se sentirá estimulada a experimentar novamente aquele instante ínfimo de prazer-poder refletido no espelho, contudo, o prazer-poder morre tão pronto a mulher se desvia do espelho, fugaz pois transparente, fugaz por “dar preferência à imagem. O narcisista sofre por não se amar: ele só ama a sua representação” (Rosset, 1988, p. 77). Esta beleza de matiz narcísica também sofre por *não ser* plural, heterogênea, representativa, multiforme e multicolor, é tão somente uma experimentação e não uma *beleza*, é um eterno experimentar-se inosso que se retroalimenta ao mesmo tempo que em que se mutila, é uma eterna busca pela reprodução visual de si mesma. Esta beleza toma para si o corpo da pessoa; e

¹⁰⁴ www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/venda-casada (publicado em 2015 / acessado em 27 de julho de 2024)

a esta beleza-pessoa “só lhe faltou o tempo para celebrar todos os instantes e todas as coisas” (Rosset, 1988, p. 76).

O que se depreende até aqui é que a experiência do belo se converteu numa experiência do brega, do consumo e do canibalismo estético. A experiência do belo faz do nosso corpo uma reunião de bens compráveis, tal qual uma prateleira, na qual se expõe aquisições, e cada uma delas carrega sua etiqueta com o preço. “A experiência do belo hoje é fundamentalmente narcísica. [...] É consumível. Perante o objeto de consumo, toma-se uma posição *central*. Essa postura consumista dilapida a *outridade do outro*, em prol da qual se fica *ao lado* ou *se retira*. Ela aniquila [...] a *alteridade*” (Han, 2019, p. 91): Quiçá esteja aqui o fator central do fracasso das cinco personagens sobre às quais nos atemos: elas se encontraram em (e via) um salão de beleza, e este espaço não possibilita a conexão entre alteridades, sem a qual elas não resistiriam, sem a qual elas não avançariam para a intersubjetividade feminista.

É interessante pensar como o livro em si –*La Casa de la Belleza*–, entendido como uma publicação impressa, vem a contrapelo das revistas de salão de beleza: se estas entregam tudo nas imagens que se sucedem, se as imagens em si oferecem complacência a partir da beleza tão frágil quanto às páginas folheadas e se são parâmetros controversos (porque pessoas não se copiam), a obra de Melba Escobar fará, intencionalmente ou não, tudo ao contrário: as imagens que sucedem são dadas pelas palavras e intrincadas nas mesmas, nada se nota facilmente, de primeira; além disso, a narrativa ataca essa beleza repetida tal qual numa linha de produção e, terminantemente, a qualifica por cafona e antinatural, respectivamente: “Odeio [...] estas mulheres maquiadas a tal ponto de parecerem baratas de padaria. [...] Odeio tudo o que representam estas mulheres não biodegradáveis” (Escobar, 2015, p. 9).

A beleza antinômica, distorcida e transparente não acomete somente as mulheres, o foco nelas se dá por um interesse já expressado ao longo de todo trabalho. Fatalmente, eu sou um consumidor de beleza também, aliás, “todos nós somos consumidores, é óbvio... Enquanto vivermos. [...] Esta é uma sociedade de consumidores, e, tal como o resto do mundo, vemos e experimentamos o mundo como consumidores” (Bauman, 2011, p. 54-58). Não consumir é morrer. Entretanto, não padeceremos em descartando a beleza como produto, posto que não faz nenhuma falta para a nossa sobrevivência; a beleza como produto é *contrabeleza*, descarta-la em lugar de consumi-la que, de fato, será um gesto de autocuidado, amor próprio, identidade e resistência.

4.4 O demônio da realidade

La Casa de la Belleza poderá ser “culpado” de dar à mulher justamente o que deve ser negado a ela: a violência; mas é exatamente neste ponto em que reside a responsabilidade do livro para com seu tempo, melhor dito, a responsabilidade *depreendida* do livro para com seu tempo, pois insistir-se-á que a obra de arte não tem nenhum compromisso além de consigo mesma. Contudo, a mesma obra de arte não advém de outro espaço que não seja o seu próprio tempo. Ainda que queira desvincular-se de predeterminações, jamais a obra de arte nascerá pura. *La Casa de la Belleza* vem à luz na sociedade da fealdade. Assim sendo, o que o leitor pode concluir –é o leitor que conclui e não a obra em si–, valendo-se da lupa da violência de gênero, é que *La Casa de la Belleza* assume seu fundamento político, seu comportamento questionador: ao “não” resolver a “situação da mulher”, *La Casa de la Belleza* toma uma iniciativa e cobra uma resposta para a mesma violência de gênero: É verdade que o nascimento da mulher, quebrantada, é ver-se compelida a esse caminho, rápido demais, que é o sofrimento? (Rosa, 1969) É verdade que o nascimento da mulher somente anuncia uma sucessão de pequenas mortes? É verdade que a mulher que ousa viver, em lugar de não-morrer, é ela em si mesmo uma contrariedade?, e que, na melhor das hipóteses, a alternativa que lhe resta para substituir o *não-morrer* seria lutar?

Quiçá, eu esteja empobrecido em meu corpo e na minha existência dita-masculina, conseqüentemente, não consigo inferir as brechas de emancipação que a mulher encontra e as converte em uma vida plena, para além de digna, até mesmo uma vida com alegria. Se, fatalmente, não posso limitar as formas pelas quais a existência dita-feminina se valida e se autopromove, ao menos, posso supor que, em algum momento, a existência dita-feminina será convocada à luta (escolhe-se, agora, interceder o termo *existência feminina* –tal qual *minha existência masculina*– com o participio *dita*, pois o substantivo “existência” traz em si mesmo todo um indeterminismo e um leque de subjetividades)¹⁰⁵. Ganhar ou perder esta luta pode ser relativo, o que não é relativo é “a luta feminina pela vida” como um tema de *La Casa de la Belleza*, um tema que parece caro à atual literatura latino-americana escrita por mulheres, é o

¹⁰⁵ Ademais, Feminino(a), no papel de adjetivo, tem por objetivo referir-se à mulher a partir da perspectiva biológica, e isso, além de pobre, pode ser problemático, pois, como exemplo, é visto acompanhando expressões populares de caráter machista, binarista e/ou determinista: roupa feminina, comportamento feminino, intuição feminina, banheiro feminino, etc. Provavelmente, se passa o mesmo com Masculino(a): esporte masculino, sapato masculino, trabalho masculino, assédio masculino (neste último caso realmente não precisaria do participio *dito*). Com isso, o trabalho não está dizendo que *feminino(a)* e *masculino(a)* não se apresentaram imediatamente ao lado de substantivos ao longo de texto, porém sim que são conceitos que merecem questionamentos mais evidentes.

que confirma Adelaida Martínez (1999, p. 4, grifo nosso): “Outro tema importante da literatura feminista latino-americana é a luta feminina pela vida (*que tantas vezes resulta ser apenas pela sobrevivência*). Intimamente ligado a propósitos de denúncia e protesto, este tema gera uma literatura comprometida”.

Enquanto recepção, me soa muito justo pensar *La Casa de la Belleza* como uma literatura comprometida. A obra apresenta, no mínimo, cinco mulheres que foram recalcadas pela violência de gênero, sendo que a nenhuma faltou coragem: Karen abandona sua terra natal, expande-se na capital e arranca firme no seu propósito de trazer o filho para perto de si; Susana é uma destacada funcionária de *La Casa de la Belleza*, vive sozinha e ascende economicamente prostituindo-se (ou à mercê da prostituição); Claire sai de um suposto conforto, reencontra seu país de origem e busca uma reconciliação com o mesmo; Lucía impõe seus limites ao marido, toma consciência de sua sujeição e alcança a separação; Consuelo perde a filha e, quando parecia esmorecer por tão duro golpe, ressurgiu empreendendo a justiça pelas próprias mãos: dia sim, dia não, ela pressiona o delegado responsável pelo “Caso Sabrina” e, notando que não é suficiente, contrata um detetive particular, com o qual trabalha semelhante a uma secretária. Apesar da intrepidez e da diligência, todas despencam; sozinhas, não se aproximam de seus objetivos pessoais; por ventura, se os objetivos fossem coletivos ou, ao menos, compartilhados, elas poderiam ter resistido, “aprendendo umas sobre as outras” (Lugones, 2014, p. 948). Na medida em que a trama narra a queda dessas mulheres que se atravessam e associa a queda à própria sociedade em que estão inseridas as mulheres, sente-se que a obra se compromete com a realidade que lhe circunscreve, sobretudo porque as mulheres vão caindo enquanto a sociedade se descobre, ou seja: quanto mais a organização social de gênero atua e a sociedade da fealdade se forja, proporcionalmente mais as mulheres sucumbem: a progressão das primeiras é a regressão das segundas.

Segundo Martínez (1999, p. 4), existe uma literatura em consolidação, uma literatura “que está sendo canonizada como essencialmente latino-americana e cujo nome começa a conhecer-se, inclusive em outras línguas, com o termo espanhol: *testimonio*”, isto é: literatura de testemunho. O que pretendo sugerir? Um avizinhamo de *La Casa de la Belleza* à literatura de testemunho, apenas um avizinhamo. Por que? Primeiro, Melba Escobar afirmou que se inspirara em uma “mulher real” para criar a Karen Valdés¹⁰⁶: ela conheceu esta pessoa,

¹⁰⁶ “Confidência” da autora na oficina: *Una historia, muchas voces – Las polifonías de una novela* (por Melba Escobar), realização *Talleres de bolsillo*: o curso se deu de modo online, via Zoom, e se dividiu entre dois sábados (25 de novembro e 02 de dezembro de 2023).

aproximou-se, estabeleceu uma relação de confiança, entendeu as violências da qual padecia e lhe surgiu a história. Segundo, também como nos contou a autora¹⁰⁷, as aparições jornalísticas na obra –sejam impressas, radiofônicas ou televisivas–, exceto quando envolviam os personagens centrais, são baseadas em fatos reais: “A literatura de testemunho toma sua iniciativa de textos documentais” (Martínez, 1999, p. 4); além disso, as notícias cotidianas e o seu olhar ativo conduziram Melba Escobar à criação do que consideramos o personagem-Cidade; lembrando: Melba Escobar é jornalista formada e atuante. Terceiro, o mote *beleza* como um fato social colombiano: “a violência supostamente endêmica e o culto à beleza corporal são dois elementos conformadores da cultura colombiana atual” (Dhondt, 2020, p. 63): a coalizão entre violência e beleza se dá em Karen, que, ao crer numa expansão social através de sua beleza, acaba confrontando-se com a violência. Ela se perde no vigor de seus traços físicos e no impacto de seu corpo, que talvez fossem demasiado originais para uma sociedade tão postiça, demasiado bonitos para a sociedade da fealdade. Quando a protagonista toma consciência de sua beleza potente, ela a abandona e se adere à *beleza transparente*; porém não somente: Karen abandona também, de uma vez por todas, a jovem que foi, a jovem que leu Simone de Beauvoir, que deixou os pelos da axila crescerem e que tentou recuperar a forma original de seu cabelo: “Em sua rebeldia, Karen havia deixado os cachos selvagens como lhe deu a natureza. Porém com o tempo, com a repreensão de sua mãe e com os estudos de estética, não somente se cansou de explicar por que preferia seu cabelo original como se converteu em uma especialista em alisados” (Escobar, 2015, p. 36). A luta através da expressão corporal foi a primeira que Karen “abandonou”; com axilas depiladas e cabelo escovado, Karen começou a diminuir-se crendo-se em desenvolvimento; o mito da beleza a iludiu.

O mito da beleza, que está estreitamente ligado ao consumismo e a uma lógica capitalista e desumanizadora [tal qual vimos na seção anterior: 4.3], leva a um sometimento social através da estética imperante e a uma erosão da autoestima. É precisamente este mito que impossibilita a Karen se empoderar e, por fim, ‘se esquecer de quem era’ (Escobar, 2015, p. 259), resultando em uma experiência de autoalienação. (Dhondt, 2020, p. 75)

A ideia de autoalienação também é debatida por Luz Bibiana Fuentes (2021, p. 212), a qual reflete: “As personagens do romance ocultam sua queda mental e se transformam em autônomas que sobrevivem ao dia a dia, esquecendo seus interesses, aspirações e crescimento individual. Posteriormente, [...] se autoalienam e desaparecem na solidão”: feito este parêntese da autoalienação que compõe o mito da beleza, conclui-se a provocação da beleza como um

¹⁰⁷ *Idem*

fato social colombiano, encerrando os três pilares que aproximariam *La Casa de la Belleza* à literatura de *testimonio*: (I) Karen baseada numa mulher real; (II) Fatos reais nas aparições jornalísticas e na base do personagem Cidade; (III) Beleza como uma realidade tensionante da e na Colômbia.

Normalmente, a literatura *testimonial* tem por premissa violências históricas grandiosas bem delimitadas, por exemplo, uma ditadura cívico-militar que opera, entre outros modos, à base de tortura e extermínio. Contudo,

narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação dos direitos humanos. Percebemos, também, que o testemunho salienta a relação entre discurso histórico e discurso ficcional. (Maciel, 2016, p. 75)

La Casa de la Belleza, salientando a relação entre discursos ficcionais e oficiais, levanta questões e dá voz à narrativa de uma minoria simbólica e expressa, com mecanismos retórico-literários, a violação dos direitos humanos que atinge às mulheres, sobretudo, quando esta mulher ocupa uma interseccionalidade social altamente vulnerabilizada.

Wilberth Salgueiro (2012, p. 292-293), em seus trabalhos sobre o testemunho na literatura, enumera algumas marcas comuns a serem encontradas nas obras desse gênero: (1) o registro em primeira pessoa (2) um compromisso com a sinceridade do relato (3) desejo de justiça (4) a vontade de resistência (5) abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético (6) a apresentação de um evento coletivo (7) presença do trauma (8) rancor e ressentimento (9) vínculo estreito com a história (10) sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas (11) sentimento de culpa por ter sobrevivido (12) impossibilidade radical de re-apresentação do vivido/sofrido. (Maciel, 2016, p. 76)

Da obra de Melba Escobar, o leitor é capaz de deduzir, completamente, sete das doze marcas que caracterizariam a literatura de testemunho: do item três ao nove, em sequência. Os dois primeiros e os três últimos são muito específicos ao relato advindo do evento histórico em concreto. Ainda assim, *La Casa de la Belleza* oferece o registro em primeira pessoa via narradora-personagem Claire (uma vítima “menor”), via Lucía –a voz do capítulo quatro inteiro– e via Karen, em seu diário derradeiro; de quebra, trata-se de uma trama polifônica, que valoriza à oralidade absorvendo falas femininas que se atravessam e constroem a história/estória: poucas vezes, a palavra da mulher é terceirizada: “Este é para mim o traço mais distintivo da literatura latino-americana escrita por mulheres: a oralidade do discurso, reminescente de uma cultura que funciona a base de provérbios e relatos” (Martínez, 1999, p. 8). A adesão à oralidade e a polifonia do discurso são grandes méritos do livro. A “polifonia do

discurso feminino facilitou enormemente a criação de uma escritura dinâmica [...]. Controlando o discurso, a mulher aparece como agente de sua própria significação e da mesma maneira que, em quanto sujeito político, contribui a forjar a história com uma nova ética” (Martínez, 1999, p. 8). Adelaida Martínez (1999) está falando da literatura latino-americana escrita por mulheres e de suas autoras como um campo amplo, eu estou lançando mão de suas palavras para aplicá-las às personagens de *La Casa de la Belleza*, para pensá-las como mulheres coautoras.

Definitivamente, nosso objeto literário consegue ser um recorte histórico que reflete o atual momento de expansão da mulher que se concretiza até certo ponto, que há algumas décadas não se demarca dentro do lar, mas que não encontrou lugares confortáveis fora dele, um momento que segue em dissonância com as inúmeras possibilidades da vida social, a qual diz aceitar a mulher em movimento mas segue impondo-lhe barreiras: é neste sentido que o livro flerta com o testemunho, com a solidariedade; “em um claro exemplo de solidariedade, escritoras proeminentes emprestaram sua caneta para plasmar a visão de mundo dessas mulheres [...] marginadas” (Martínez, 1999, p. 4). O que se pode propor, visto que literatura *testimonial* respeitará “critérios ainda mais realísticos” –por assim dizer–, é a ideia de *Literatura Semitestimonial*: se *La Casa de la Belleza* não é a obra fundante deste gênero que se supõe, se apresenta sim como um protótipo honestíssimo: e todo trabalho que foi desenvolvido até aqui se projeta em sua defesa.

Em discutindo o quão *testimonial*, logo, real, pode ser *La Casa de la Belleza*, impera o dever de “resgatar” a *mimèsis*, que “desde a *Poética* de Aristóteles, é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre a literatura e a realidade” (Compagnon, 2014, p. 95): e o que é o campo discursivo de ação livro-leitor se não uma relação entre literatura e realidade? Todavia ele pode ser mais. Antes, “será preciso lembrar que a literatura fala também da literatura [seja num sentido autorreferente, intertextual ou metalinguístico]. Depois do autor e de sua intenção, devemos deter-nos nas relações entre a literatura e o mundo” (Compagnon, 2014, p. 96). Ainda que este trabalho tenha evitado a perspectiva autor/intenção, é inegável que ela consta de pano de fundo ou, até mesmo, de modo patente: basta verificar as vezes em que citei comentários de Melba Escobar a respeito de *La Casa de la Belleza*, a relevância de sua profissão para a análise costurada e a entrevista que realizei com a mesma, embora eu tenha escolhido aproveitar quase nada deste bate-papo.

Muitos termos-conceituais para além da *mimèsis* aristotélica já foram propostos, não obstante, “sem nunca resolvê-lo inteiramente, o problema da relação entre texto e realidade, ou entre o texto e o mundo” (Compagnon, 2014, p. 96). Saber que estamos lidando com um problema nos tranquiliza na medida em que o problema é uma discussão transecular. Haverá quem diga que a *mimèsis* é subversiva [Platão], no outro extremo, quem defenda que ela é repressiva [Barthes] – pois consolida o laço social e está ligada à ideologia, portanto, será instrumento da mesma (Compagnon, 2014, p. 96). Haverá Saussure e Peirce, segundo eles, nem em oito nem em oitenta, “pelo menos tal como a teoria literária os recebeu, o referente não existe fora da linguagem, mas é produzido pela significação, depende da interpretação” (Compagnon, 2014, p. 96). Haverá uma releitura da *mimèsis* de Aristóteles, que passaria a ser não uma “visa aos estudos das relações entre literatura e realidade, mas à produção da ficção poética verossímil. Resumindo, a *mimèsis* seria a representação de ações humanas pela linguagem” (Compagnon, 2014, p. 102): o arranjo narrativo dos fatos em história seria o interesse aristotélico, já a poética seria uma narratologia, uma mirada para a estrutura e para os paradigmas do texto. Aqui, começamos a nos aproximar, apenas nos aproximar, do juízo que pode ser o benfeitor do campo discursivo de ação livro-leitor ao mesmo tempo em que precisamos nos distanciar da *mimèsis* que faz passar a convenção [social, cultural] por natureza (Compagnon, 2014, p. 104): “Pretensa imitação da realidade, tendendo a ocultar o objeto imitante em proveito do objeto imitado”: eis o ponto crucial, não há que se sacrificar o livro, fazê-lo duplo da realidade. “Este sentimento de desdobramento só existe na sensação” (Rosset, 1988, p. 34): o livro gera e experimenta um sentimento de dualidade, mas está acompanhado da consciência de que se trata de uma e única coisa: algo real – ou, de modo mais radical, *realidade*; mesmo que a história do livro seja uma criação dita totalmente fantasiosa ou extraterrena isso não virá ao caso: “a trama” ou “a temática” pode ser entendida por tratamento do fato, o fato em si é a obra literária, o livro. Ou seja: a hipótese não quer mirar a obra literária como objeto imitante, na verdade, não é sobre entender o livro num jogo com a *mimèsis*, mas sim de compreendê-lo como um objeto social em si, como um fenômeno completo. A ideia de *mimèsis* sequer é superada, pois antes ela é afastada, a obra literária forjar-se-á como realidade, então, seria o mesmo que dizer *a realidade imitando a realidade*. “Trata-se apenas de compreender que esta ambiguidade [realidade e *mimèsis*] não consiste no desdobramento de uma sentença em dois sentidos possíveis, mas, ao contrário, na coincidência dos dois sentidos que só depois se vê que são dois em aparência, mas um na realidade” (Rosset, 1988, p. 31).

No seio do povo, vive a-literatura-e-a-realidade. Foi também por crê-la desta natureza que, ao longo de toda dissertação, tratou-se a Karen como uma pessoa que existe (e continuaríamos tratando-a assim ainda que ela não fosse inspirada em uma pessoa com registro de nascimento e documento de identificação, ou mesmo que Melba Escobar não compartilhasse tal motivação). E não somente Karen foi cuidada assim, a todas nos referimos por *mulher* quase sempre e em pouquíssimas ocasiões por *personagem*. Ao lançar a lupa da violência de gênero, analisou-se as quedas de Karen, Claire, Lucía, Susana e Consuelo bem como pode ser lida a violência de gênero sofrida por Maria da Penha, Jenni Hermoso, Ana Hickmann, Patrícia Ramos e Verónica Yupanqui. “Os textos literários não falam nunca de coisas que lhe seriam exteriores: tudo o que nos parece fazer referência a um fora-do-texto é regido, na verdade, por convenções rigorosas e arbitrárias, e o fora-do-texto é, em consequência, o efeito enganador de um jogo de ilusões” (Pavel, 1988 apud Compagnon, 2014, p. 106). Os textos literários não falam nunca de coisas que lhe são exteriores porque nada lhe é exterior. O jogo de ilusões se dá pois tudo é dentro-e-fora-do-texto, dado que o texto está no tecido social, ao invés de reproduzir o tecido social. O texto quando parece duplicar o real, está sendo, em verdade, o real mesmo; não digo uma réplica, mas *o real*. E se acaso se insista numa ideia de duplicação, será uma convergência de todo outro lugar para o aqui (Rosset, 1988, p. 58), será *todo o outro* para o livro –que por si só *já é*–, então o livro volta a ser, inescapavelmente, tudo que é dentro-e-fora-do-texto. Com isso, não se pretende superestimar a obra literária, mas, na verdade, ao contrário: por ser real, já não se esperará, da obra literária, a salvação. Extrair-se-á este peso dela. Enfim, a obra literária é real dado o caráter não-duplicável da realidade (Rosset, 1988, p. 43-44); e se a realidade não é duplicável, o livro é a realidade ou não é nada.

O proposto no parágrafo imediatamente anterior poderá ser o arremate ou a peça que (não) faltava para o campo discursivo de ação livro-leitor, pois agora o livro é uma realidade tal qual o leitor. Ao impulsar esta ideia, a impulso bem como o vento impulsiona um barco à vela, o barco está em curso, mas segue exposto às intempéries, as quais deverão incidir sobre o barco, sobretudo, porque a ideia mesmo de realidade sempre esteve em contenda e seguirá controversa, para não dizer *misteriosa*, fazendo eco a Jean-Pierre Attal (1969 apud Rosset, 1988, p. 41): este mundo-aqui é apenas “a manifestação ao mesmo tempo primordial e fútil de um espantoso mistério” e “fazendo eco à expressão romântica de Wagner, nos *Wesendonck-Lieder*¹⁰⁸: ‘Nosso mundo não é, de forma alguma, aqui’. Não é mais um duplo do acontecimento

¹⁰⁸ As *Wesendonck Lieder* (“Canções Wesendonck”) constituem um ciclo de cinco canções de Richard Wagner (1857-58) inspiradas em cinco poemas de Mathilde Wesendonck.

que é então exigido, mas um duplo da realidade em geral, um ‘outro mundo’ chamado a dar conta deste mundo aqui” (Rosset, 1988, p. 39-40), e assim fazemos com a literatura: a chamamos para dar conta deste mundo aqui, tal qual Ferreira Gullar chama a arte porque a vida não basta. Não obstante, concomitantemente e sendo uma só coisa, a literatura é literatura-e-mundo e a arte é arte-e-vida. E esta “unificação” não remove da arte e da literatura o que elas podem ter de encantador e de sublime: o *valor* não está atrelado à reflexão levada a cabo.

A noção ventilada, para manter-nos na metáfora do barco à vela à mercê das condições climáticas que julgam a qualidade do barco podendo naufragá-lo, não se pretende, portanto, uma noção desenvolvida em todos seus termos, muito menos uma noção revolucionária. Aqui e agora, ela parece ser componente, bem como argumento, da *literatura semitestimonial* e do campo discursivo de ação livro-leitor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*y nada debería dividir a los hombres
sino el sol o la noche, la luna o las espigas.
(Pablo Neruda)*

Recapitemos o que se empreendeu no curso da dissertação, naveguemos à contracorrente as águas aqui derramadas e confirmemos que a rota traçada foi percorrida, que os objetivos propostos foram alcançados. Do começo ao fim –que ainda virá–, eu quis assegurar-me que este é um trabalho para a conclusão do mestrado em *Estudos Literários*, posto na linha de pesquisa “Literatura, Crítica e Cultura”, no ano de 2024. Assim sendo, eu tentei imprimir minhas digitais, eu deixei manifestar-se algumas pulsões, pois eu precisarei voltar neste trabalho e reconhecer não só a Literatura, a Crítica e a Cultura, mas também a mim, ainda que um *eu* distinto por transformado, mas autorreconhecido na transformação.

Há que se passar por todas as partes, inclusive pela Introdução (capítulo um), que expôs dados que justificaram a missão –entre eles, América Latina como a região mais feminicida do mundo–, que insinuou um atual momento da literatura latino-americana contemporânea escrita por mulheres e que, além disso, inaugurou e inculcou a Sociedade da Fealdade, a primeira parte desta ideia nasce de um jogo semântico: engendrou-se uma tarefa glossária, uma força-tarefa de responsabilidade para com a palavra, com isto, dizer que a sociedade é feia não é outra coisa senão valer-se da violência de gênero como lente de aumento; e a fealdade da sociedade também foi um argumento fundante da pesquisa, eu me notava nela, antes mesmo de entendê-la “totalmente”.

No segundo capítulo, produziu-se uma ambientação regionalizada: foi levado à cabo um breve estudo sobre eventos históricos da Colômbia nos séculos XX e XXI. Apesar de breve, o estudo sobre tais eventos foi realizado com a descrição de acontecimentos específicos, a narração de casos recortados e a adição de contornos pormenorizados pois se deduziu que nós, brasileiros, não compreendemos o que foi a sequência Violência (maiúscula) e conflitos armados, período sem o qual não se desenha a Colômbia atual. A intenção de trazê-lo à tona nos moldes elegidos é também fruto de uma ausência: nos espaços educativos brasileiros, superior ou não, este tema é preterido, até mesmo, é expatriado, cogitando uma pátria grande que somos Latino-América. Confia-se que o primeiro objetivo específico foi atingido, ou seja, que, sim, foi examinada a violência histórica na Colômbia dos séculos XX/XXI –dentro dos

limites desta dissertação— e, por consequência, como ela se refletiu e se exerceu na violência de gênero, consequência atendida, com detenção, nas *seções 1.1. e 1.2.*, quando se evocou, respectivamente, a mulher e as artes nesta extensa e opressiva época; juntas, as seções se prestaram, também, à transição, formando um laço contextual com o que se derivou. Em nenhum momento, ao longo deste capítulo subsequente à Introdução, *La Casa de la Belleza* foi secundarizada; se não estava sendo feita uma análise “como tal” da obra, ela, ao menos, dialogou pontual e provocativamente com a temática de abertura: e isso não seria uma maneira distinta, avessa ou controversa de análise?

No terceiro capítulo, debateu-se o deslocamento da protagonista Karen, sua chegada à capital do País “em busca de uma vida melhor” e a não concretização da “vida melhor”, em muito determinada pela “organização social de gênero” (Saffioti; Almeida, 1995) e pela sociedade da fealdade, a primeira foi decifrada ao mesmo tempo em que a segunda se formava, a primeira tirou proveito da ideia de cegueira masculinista e de dona Yolanda Valdés –mãe de Karen–, ambas jogaram um papel relevante nesta etapa; a segunda serviu-se do *claroscuro*, não só um mecanismo retórico inferido em *La Casa de la Belleza*, mas um subconceito da própria sociedade da fealdade, a qual não possui espaços inocentados e não se mostra disposta ao procedimento de harmonização social. Ademais, enfocada na vida bogotana de Karen e suas afetações, a dissertação colocou em voga a pauta da prostituição –com o auxílio de Virginie Despentes (2016)– e colocou em paralelo os estupros perpetrados contra a protagonista e contra Sabrina, que tiveram as vidas inexoravelmente cruzadas. Com isso, assegurou-se o segundo objetivo específico, conquistado no caminho “rumo a um feminismo descolonial” (Lugones, 2014), o qual foi atravessado pelos “Feminismos em Movimento, Feminismos em Protesto” (Alvarez, 2019) e pelo “Feminismo e Literatura em Latino-América” (Martínez, 1999).

No quarto capítulo, debruçou-se sobre a frustrada relação Karen-Claire e a implicação de outras três personagens da obra. Durante esta parte, aproveitou-se dos artigos de Reindert Dhondt (2020) e de Luz Bibiana Fuentes (2021), além do ingresso *sine qua non* de Clément Rosset (1988), com a filosofia do real e do seu duplo, aporte visceral para o trabalho. Dado o fracasso na amizade e na intersubjetividade Karen-e-Claire, rascunhou-se como resposta o que chamamos de intersubjetividade feminista e buscou-se o feminismo para além das atrizes sociais e dos lugares que convencionalmente se atrelam a ele (o terceiro objetivo específico), desse modo, encontrou-se o feminismo no fazer literário, ou seja, não o feminismo como temática da literatura, mas o feminismo como campo que se tece também na e a partir da

literatura; neste ínterim, avultou-se a ideia de que *La Casa de la Belleza* faz parte do corpus social e ocupa a luta contra organização social de gênero, sendo um discurso como qualquer outro, por conseguinte, a interlocução livro-leitor, recuperando a Compagnon (2014), forjou-se, conclusivamente, como um novo campo discursivo de ação (a hipótese) e levantou a bandeira antigênero. Pese o fato de ser a hipótese alcunhada pela dissertação, a dissertação também foi alcunhada pela hipótese, ou seja, a dissertação em si foi —e está sendo— uma manifestação possível do próprio campo discursivo de ação livro-leitor. A dissertação defende a hipótese na medida em que é a hipótese, não se espera uma alegação melhor. Apesar da potência que se depreendeu do campo discursivo de ação livro-leitor, nos deparamos com a impossibilidade da revolução: Byung-Chul Han (2021) explica porque o poder neoliberal neutraliza qualquer alteração estrutural no sistema vigente, logo, a organização social de gênero mantém-se protegida. O quarto capítulo estendeu-se com a *contrabeleza* e com a suposição de que um salão “de beleza” inviabiliza o encontro de subjetividades e descredibiliza qualquer intenção de poder feminista. Finalmente, a última seção quis aproximar *La Casa de la Belleza* à literatura de testemunho; dada à restrição desta categoria, recomendou-se o termo literatura semitestimonial, que vem do espanhol para respeitar o princípio de Adelaida Martínez (1999), mas que pode se colar a outros idiomas por sua base latina.

O estudo foi rebobinado de modo sucinto pois as considerações finais pretendem não somente repassar o que foi construído e garantir o cumprimento das metas, mas, igualmente, dar o toque final à construção. As palavras que virão serão breves e se entendem indispensáveis aqui, exatamente aqui, por serem considerações “finais”, por possuírem um caráter conclusivo, uma capacidade de amarrar os capítulos anteriores para que pontas não estejam soltas. Contudo, as considerações que se chamam *finais* quiçá sejam *semifinais*, exatamente, porque pontas ficarão soltas, estas, entretanto, serão notáveis a posteriori, quando o texto se experimentar e se chocar contra leitores rescaldados. Seria muita pretensão crer que as considerações são finais, ou seja, que encerra ou conclui, tudo está apenas começando, dado que esta escritura que pareceu do pessimismo poderá ser da esperança, e a esperança é sempre um novo começo. Se o trabalho há de ser da esperança, que seja da esperança radical. Mas voltemos ao “pessimismo” para chegar à *esperança*, saiamos de mim para o coletivo: se eu não acredito na mudança macro e se eu não sou capaz de fomentar a mudança e a desconstrução sobre gênero e violência de gênero nem mesmo no meu ciclo mais familiar e amistoso, eu, propriamente eu, preciso ser o mínimo: eu preciso fazer valer todo este trabalho em mim, eu preciso que o campo discursivo de ação livro-leitor atue sobre mim.

Quando eu digo mudança é mudança!, quando digo desconstrução espero vê-la na prática, em algum detalhe substancial, pois, o fato de interatuar com o livro e dissipar seu discurso a partir do leitor que sou, provoca reflexões nos entes que me cercam, todavia, não estou convencido que essas reflexões se emancipem. Se até aqui eu fiz ciência (e sigo em vias de concluí-la temporariamente), se considero que a ciência não se separa daquele que a faz e, se, definitivamente, “a ciência é um processo, a ciência é o efeito da aplicação do método científico em um agente que se auto-observa” (Souza, 2024)¹⁰⁹, será, inicial e minimamente, neste sentido que manifesto o desejo de justificar todo o esforço empreendido até aqui: eu sou um agente da e com a ciência.

Não bastará versar sobre gênero e violência de gênero, avançar com o campo discursivo de ação livro-leitor na teoria da literatura (Compagnon, 2014), publicar outros tantos artigos a respeito dos eixos, conhecer os métodos em aplicação e ser reconhecido por isso, não bastará se eu não me observar. Que pretensão é essa de ler o mundo e não ler a mim mesmo? Do que adianta o acadêmico, o pesquisador, o dito-intelectual, o docente admirado, o profissional que reúne esses quatro atributos, produzir o conhecimento, mas o conhecimento lhe ser alheio? Em outras palavras: “O quanto que ele usa do conhecimento que ele produziu para se observar?” (Souza, 2024)¹¹⁰. Onde quero chegar com isso? Primeiro, em mim mesmo. Desta forma, quero dizer que eu mesmo seria a esperança que me resta? Sim e não, o *chegar em mim* é um eu-em-redenção, é chegar para sair, pois a esperança nunca será um eu-heroico (jamais!), a esperança não é da alçada individual: “O sujeito da esperança não sou eu. O sujeito da esperança somos nós” (Teran, 2024)¹¹¹.

Muito matutou-se e deliberou-se, todavia, por mais que eu diga que *sim*, resiste a dúvida: Abandonou-se a esperança? Não, porque abandoná-la não é mesmo tangível. Ou seja: entendemos a organização social de gênero, constatamos a elevação das taxas de violência de gênero, detectamos a impunidade contra os perpetradores, desvelamos a impossibilidade de revolução, tateamos o desastre, contudo, não perdemos a esperança. Mas isso é provável? Sim: “O *apesar de* é inerente à esperança, que resiste mesmo diante do desastre absoluto” (Teran,

¹⁰⁹ www.youtube.com/watch?v=OLaBswvX9yM (a partir dos 08 minutos e 52 segundos): *A educação científica salvará o mundo?* (publicado em 1º de abril de 2024 / acessado em 09 de agosto de 2024)

¹¹⁰ *Idem* (a partir dos 10 minutos e 11 segundos)

¹¹¹ outraspalavras.net/crise-civilizatoria/byung-chulhan-sobre-a-esperanca-radical/ (publicado em 29 de maio de 2024 / acessado em 09 de agosto de 2024): Neste link, o professor argentino, Claudio Alvarez Teran faz uma leitura da palestra *On hope (Sobre a esperança)*, ministrada por Byung-Chul Han, na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

2024)¹¹². E nisso não há nada de masoquismo ou de otimismo tóxico: “Ter esperança é estar alerta o tempo todo para o que ainda não nasceu” (Teran, 2024); então a temos tenazmente.

Como a esperança é uma projeção para o futuro, Björn Schulzhan se concentra nela, tirando de Derrida a existência de duas formas de futuro. O futuro e o *avenir*. O futuro é aquilo a que nos referimos em relação ao que acontecerá no futuro. Amanhã, no próximo mês, daqui a dois anos... O futuro é o futuro previsível e planejável, que pode ser gerenciado e otimizado. Por outro lado, o futuro como *avenir* refere-se a eventos que acontecem inesperadamente. É por isso que ele envolve mais possibilidades do que o futuro, pois permite que outros mundos possíveis apareçam no horizonte. O futuro como *avenir* é o advento do outro, cuja chegada não é previsível. O *avenir* é caracterizado por sua indisponibilidade. (Teran, 2024, grifo nosso)

Perder a esperança é intrínseco a *ter esperança*: a “perdemos” pois ela está indisponível na medida em que é inesperada e a recuperamos tão pronto o advento do *outro* se rascunha, e tudo isso anda junto. A esperança é um círculo vicioso e virtuoso de ter-e-perder, perder-e-ter: a esperança é da ordem do belo, sempre preserva algo de impossível, indecifrável e que tem em seu âmago o desconhecido. A esperança e o belo provocam o desarranjo, a disrupção. A imprevisibilidade da *chegada* não implica uma espera inerte, podemos regar a terra a fim de incitar a fratura, a brecha pela qual entra um feixe de luz e sai uma vida. Regar a terra é o que *fizemos* ao longo de todo este trabalho, e regamos com bravura, não com complacência: a água é como nossas armas e a terra é como nossos desafios.

Aspiramos enfrentar esses desafios. Evitando medidas parciais, o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática [as raízes da irrupção que esperamos devem ser comunistas]. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às questões das mulheres como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos *feminismo para os 99%*. (Arruzza et al., 2019, p. 41-42)

É por isso que defendemos o Feminismo –sobretudo neste molde para os 99%– como uma metodologia que se adequa às nossas vidas, com máximo sentido de responsabilidade (Lugones, 2014) e com “esperança para a humanidade”: o Feminismo está alerta para que o ainda não nasceu e pronto para gestar o que pode nascer. “A esperança é o fermento da revolução, do

¹¹² *Idem*

novo, do ‘ainda não’. Nenhuma revolução surge do medo” (Teran, 2024), portanto, o feminismo tem a premissa da revolução.

Se o *ainda não* e o *novo* são previstos, e se o feminismo (para os 99%) não se limita às questões das mulheres, agora, sem medo –posto que nenhuma revolução surge do medo–, eu me somo ao feminismo: O homem, hétero, cis, branco seria a quintessência da reunião de privilégios (Gomes, 2018)¹¹³, não obstante, parece oportuno diluir lugares individualizados e identidades super marcadas, as quais não podem ser um recurso absoluto ou fim em si mesmo, colocando-se vulneráveis à cooptação, à capitalização identitária (Barros; Barbosa, 2022)¹¹⁴, caindo na malha do sistema contra o qual se acreditava estar resistindo. Eu me somo ao feminismo desde meu lugar de enunciação teórico, *desde* pois me somo em movimento, me somo me lançando, me somo no entrelaçamento entre teoria e prática política, me somo crítica e ativamente, me somo pretendo me somar e pensando:

Como esse lugar de enunciação teórico afeta um campo? (Neste caso, estamos falando do campo feminista). É perguntar: O que faz esta teoria neste campo? O que faz este discurso teórico-militante neste campo específico? Ou seja: Que correlações de força mobiliza este discurso? É o que víamos com Sonia Alvarez (2019), não se trata de autoindagação: se sou branco, não-branco, privilegiado, não-privilegiado [...]; porém sim questionar-nos coletivamente: O que faz este discurso na correlação de forças? O que faz este discurso na possibilidade de descolonizar a sociedade [...] e de emancipar este campo? A proposta é um cambio de foco que não apela tanto a identidade [...], mas sim ao campo de ação, a práxis e seus efeitos. (Cadahia, 2020)¹¹⁵

O “cambio de foco” vai da identidade de quem compõe o feminismo para a ação do feminismo e seus efeitos: *a ação do feminismo e seus efeitos* que serão a identidade do próprio feminismo; o que se deseja aqui é uma *identidade a posteriori*, e não a identidade como uma tarefa prévia e sanitizante. E quando digo *a posteriori* é “no melhor” de sua acepção: obra da consequência, partindo do que é seguinte, argumento que se baseia na prova experimental, razões que vêm depois. Isto é, entre outras coisas, pensar o feminismo como um grupo aberto que não se distingue por antecedência.

Não necessariamente as identidades são tão claras e não está tão bom simplesmente determinar com quem *se* luta e deixar-se em uma espécie de círculo fechado, [...] o *campo de ação* mesmo exige sempre fazer articulações [...], os sujeitos estão fragmentados. É dizer que ao mesmo tempo se pode expressar uma solidariedade e

¹¹³ revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/ (publicado em 09 de novembro de 2018 / acessado em 29 de julho de 2024)

¹¹⁴ jacobin.com.br/2022/02/identitarios-sao-os-outros/ (publicado em 19 de fevereiro de 2022 / acessado em 29 de julho de 2024)

¹¹⁵ www.youtube.com/watch?v=PYWGW7X0g (a partir de 04 minutos e 39 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”, dirigido por Luciana Cadahia. Sessão 3* (publicado em 14 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 09 de julho de 2024)

articular-se com homens do *seu* bairro popular para levar à cabo uma ação política e se pode, também, solidarizar com uma mulher de outro extrato social para desenvolver outra luta política. [...] Precisamos entender este *espaço de contaminação*. (Cadahia, 2020, grifos nosso)¹¹⁶

Quando se projetou a intersubjetividade feminista, na primeira metade do capítulo quatro, ela foi pensada como um espaço de contaminação. Agora, torna-se a falar de um espaço de contaminação; e se Cadahia indica que precisamos entendê-lo, podemos estender a ideia criada: Na intersubjetividade feminista –imaginada como artifício antiqueda, a partir das cinco mulheres de *La Casa de la Belleza*–, as contaminações e a ideologia, os preconceitos e as violências de gênero precisam, de algum modo, se manifestar nas agentes feministas para que possam ser atacados coletivamente, para que se inocule mecanismos de autodefesa. Aqui não será diferente, contudo, mais abrangente: atacaremos sim as contaminações e a ideologia, doravante, de todo agente feminista que não precisará respeitar nenhum critério identitário por precedência. No feminismo como metodologia e como nova matriz civilizatória, tal qual na intersubjetividade feminista, as contaminações e a ideologia a serem combatidas são de origem conservadora, são latências da sociedade da fealdade, são frutos do patriarcado e do neoliberalismo. Bem como a intersubjetividade feminista que ataca as contaminações e a ideologia, o feminismo como metodologia e como nova matriz civilizatória é em si mesmo um *espaço de contaminação*, uma contaminação reagente, uma contaminação dosada e consciente, uma vacina decolonial, que “inocula” a praga super diluída “apenas” para a criação de anticorpos. O feminismo como metodologia, num processo de imunização comunitária, cria anticorpos contra a organização social de gênero, ao invés de remediar os sintomas, ele ataca o mal pela raiz e abre uma fenda para a nova matriz civilizatória. O feminismo como metodologia e como nova matriz civilizatória poderá atuar de modo celular no reorganismo social.

Apesar de Luciana Cadahia (2020) falar de *homem e mulher*, ela mesmo, mais adiante, na sequência de sua exposição oral, abordará a “diferença sexual” como uma ideia em enfraquecimento.

Não se trata tanto de pensar na diferença sexual, porém sim de pensar desde o tecido comunitário, intracomunitário, [...] intersubjetivo. [...] O feminismo decolonial (Lugones, 2014), portanto, assume a função de não pensar a diferença sexual, [pois]

¹¹⁶ www.youtube.com/watch?v=PYWGW7X0g (a partir de 23 minutos e 40 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”, dirigido por Luciana Cadahia. Sessão 2* (publicado em 13 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 09 de julho de 2024)

as colonizadas fomos consideradas não-humanas, se trata de ir além da noção de gênero. (Cadahia, 2020)¹¹⁷

Conforme anunciado, a “solução” tem uma pré-disposição a, se não apagar, repensar e desestabilizar o gênero em si; o campo discursivo de ação (não só livro-leitor) parece se sugerir como um campo “antigênero”. Na “pior” das hipóteses,

é necessário que tenhamos muito cuidado com o uso dos termos *mulher* e *homem* e que os coloquemos entre colchetes quando necessário ao tecer a lógica do ‘lócus fraturado’, sem causar o desaparecimento das fontes sociais que se tecem nas respostas de resistência. Se apenas urdimos homem e mulher no próprio tecido que constitui o ente em relação à resistência, apagamos a própria resistência. (Lugones, 2014, p. 943)

O ente da resistência, para María Lugones, advirá do *locus fraturado*, este espaço fronteiro onde, realmente, ainda se manifestam algumas poucas formas de vida não contagiadas pelo colonialismo – ou pouquíssimo contagiadas. Nós, agentes da mudança, do campo discursivo de ação, quem precisamos empreender uma anticruzada, forjar melhores espaços de contaminação do qual virá a influência refundante. “O lócus fraturado inclui a dicotomia hierárquica que constitui a subjetificação dos/as colonizados/as. Mas o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as” (Lugones, 2014, p. 943). Propõe-se um exemplo, uma história dessa presença que resiste a fim de assimilarmos a radicalidade –que tanto queremos– de María Lugones:

Pensando na metodologia da descolonialidade, procedo a ler o social a partir das cosmologias que o informam, em vez de começar com uma leitura gendrada das cosmologias que subjazem e constituem a percepção, a motilidade, a incorporação e a relação. Assim, o giro que estou recomendando é muito diferente de um que lê o gênero no social. [...] Traduzir termos como *koshskalaka*, *chachawarmi* e *urin* no vocabulário de gênero, na concepção dicotômica, heterossexual, racializada e hierárquica, que dá significado à distinção de gênero, é exercer a colonialidade da linguagem por meio da tradução colonial e, portanto, apagar a possibilidade de articular a colonialidade do gênero e a resistência a ela. Conversando com Filomena Miranda, perguntei a ela sobre a relação entre o aymara *qamaña* e *utjaña*, ambos frequentemente traduzidos como “vivente”. Sua resposta complexa relacionou *utjaña* com *uta*, residir coletivamente na terra comunal. Ela me disse que não se pode ter *qamaña* sem *utjaña*. Mesmo vivendo grande parte do tempo em La Paz, distante das suas terras comunais, ela mantém *utjaña*, que agora está lhe convocando a participar do Governo. No próximo ano, ela governará com sua irmã. A irmã de Filomena substituirá seu pai e, portanto, será *chacha* duas vezes, já que sua comunidade, tanto como seu pai, são *chacha*. A própria Filomena será *chacha* e *warmi*, uma vez que governará no lugar da sua mãe em uma comunidade *chacha*. A minha posição é que traduzir *chacha* e *warmi* como homem e mulher violenta a relação comunal expressa por *utjaña*. Filomena traduziu *chachawarmi* ao espanhol como ‘opostos

¹¹⁷ www.youtube.com/watch?v=IC0xrh5xhH0 (a partir de 16 minutos e 35 segundos): *Oficina “Feminismo, desejo e emancipação na América Latina”, dirigido por Luciana Cadahia. Sessão 3* (publicado em 14 de julho de 2020 / acessado em 20 de julho de 2020 e, novamente, em 29 de março de 2024)

complementares'. [...] A relação entre *qamaña* e *utjaña* indica a importância da complementaridade e sua inseparabilidade do florescimento comunal na produção constante de equilíbrio cósmico. *Chachawarmi* não é separável de *utjaña* em significado e prática; ambos se constituem em um só. Logo a destruição de *chachawarmi* não é compatível com *suma qamaña*. (Lugones, 2014, p. 944)

María Lugones não está defendendo fingir a inexistência de homem/mulher e macho/fêmea, isso em si mesmo seria apagar, utopicamente, a colonização e a realidade mesma que “nos determina”. O que a teórica pretende é questionar o êxito da normatização de gênero, que passou longe de ser coabitado por uma pluralidade.

Quero ver a multiplicidade na fratura do lócus: tanto o acionamento da colonialidade de gênero como a resposta de resistência a partir de uma noção subalterna de si, do social, de ente-em-relação, do cosmos, tudo enraizado numa memória povoada. Sem a tensa multiplicidade, vemos somente a colonialidade do gênero como algo já dado ou uma memória congelada [...]. Parte do que vejo é movimento tenso, pessoas se movimentando: a tensão entre a desumanização e a paralisia da colonialidade do ser, e a atividade criativa de ser-sendo. (Lugones, 2014, p. 949)

Esta tensa multiplicidade também a queremos ver e praticá-la. Estamos engasgados de ser-não-sendo. Melinda Peacock (2022, p. 5), evocada no capítulo anterior, disse: *La Casa de la Belleza* “nos mostra que a violência de gênero não só é um problema de umas mulheres isoladas na Colômbia, porém sim o problema de todas nossas mães, filhas, irmãs e amigas”, todas, muito ou pouco, cedo ou tarde, experimentam ser-não-sendo. “O problema da minha mãe” é minha primeira motivação para um estudo sobre a violência de gênero, apenas a primeira. As segundas motivações são todos os ingredientes, os elementos, as vítimas, o mundo que me espera além deste *word*, as definições dadas e as que estão por vir sobre a violência de gênero, sobre esta praga. Não tem para onde fugir: estamos engasgados, cansados de ser o malfeitor, o cúmplice, o espectador, o sofrimento, o sujeito implicado, o sujeito sujeitado ou um bocado de tudo.

Saio almejando fortemente não me esconder em certa “classe intelectual e acadêmica, [que] se apega às normas e aos papéis, porém ignora a realidade” (Escobar, 2015, p. 231), primeiro porque é contraditório ignorar a realidade em sendo intelectual e acadêmico; segundo porque ser intelectual e acadêmico não é um antídoto contra a prática da violência de gênero e, terceiro, porque eu não sou um intelectual,

os intelectuais são os que divorciam a cabeça do corpo, não quero ser uma cabeça que roda pelos caminhos, eu sou uma pessoa. [...] Já o dizia Goya: a razão gera monstros, cuidado com os que somente raciocinam, cuidado; é preciso raciocinar e sentir. Quando a razão se divorcia do coração, lhe convindo para o temor, este personagem pode conduzir-lhe para o fim da existência humana [...]. Eu creio nesta fusão contraditória, difícil, porém necessária, entre o que se sente e o que se pensa. Quando aparece alguém que somente sente e não pensa, digo: ai que brega! E quando vejo

alguém que somente pensa, mas não sente, digo: ai que horror!: este é um intelectual. (Galeano, 2020)¹¹⁸

Ao longo de toda dissertação, literalmente *toda*, forjou-se a hipótese do campo discursivo de ação livro-leitor. Também se propuseram os seguintes conceitos, em ordem de importância, talvez (pois não estou seguro que de fato tenham importância): sociedade da fealdade –através da ideia de claroscuro– e literatura semitestimonial; em menor grau, cegueira masculinista, ardis da diferença colonial, intersubjetividade feminista, identidade a posteriori e espaço de contaminação; por “fim”, insinuaram-se contrabeleza, harmonização social em detrimento de harmonização facial, ponto de não-retorno social, espaço inocentado e sujeito sujeitado.

O trabalho, sem saber se conseguiu, fiou-se como uma escritura desnorteada, uma prática menos viciada; quiçá, por isso, tenha sido mais circular, movente e/ou híbrida, dissipando seus conceitos ao longo das seções e não os isolando em blocos, destarte, tenha feito um uso incompleto das convencionalidades em prol das transigências e da experimentação, nas quais também vive a ciência. Esta tentativa é do campo da esperança, é do campo da falha e da virtude, e julga-se necessária para ser coerente com o conteúdo pesquisado e com as referências teóricas não ocidentalizadas (mulheres e latino-americanas em sua grande maioria).

Este foi um estudo sobre *La Casa de la Belleza* ou sobre violência de gênero. Este foi um estudo que quis falar sobre *La Casa de la Belleza* e a leu com a ótica da violência de gênero. Este foi um estudo sobre violência de gênero que se valeu de *La Casa de la Belleza*. Dizer “A violência de gênero a partir de *La Casa de la Belleza*” pode ser o mesmo que dizer “*La Casa de la Belleza* a partir da violência de gênero”: a ordem dos fatores não deve alterar o produto. Alteremos os fatores que ordenam e, então, criaremos um novo produto, descreveremos uma nova realidade. Caso contrário, que se cale este estudo, que andou por aí “dizendo sempre, sempre, a mesma coisa / que nunca foi necessário dizer” (Britto, 2012, p. 12); pois se a fealdade há de vencer, uma e outra vez mais, encomendemos um jardim flores e sacrifiquemos a Beleza: na falta de uma vida digna, lhe estaria garantida uma morte digna, esta que brinda e canta, esta que celebra e inaugura a ressurreição.

¹¹⁸ www.facebook.com/watch/?v=600570047255724: a partir de 39 segundos até 01 minuto e 38 segundos (publicado em 03 de julho de 2020, acessado em 26 de julho de 2024): “*Sentipensar* – Pequena grande lição de rua, feita por uma caminhante que segue semeando rebeldias.” (Revista e Editorial Sudestada)

REFERÊNCIAS

12VIOLENCIA0. **Universidad de Antioquia**. Disponível em: <https://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/unidades-academicas/comunicaciones/bienestar/12Violencia0>. Acesso em: 29 nov. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Maria Lopes da. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

ALARMANTE cifra sobre violencia sexual contra niñas y adolescentes en Colombia. **Noticias RCN**. Bogotá, 09 mar. 2023. Disponível em: <https://www.noticiasrcn.com/colombia/alarmante-cifra-sobre-violencia-sexual-contraninas-y-adolescentes-en-colombia-441715>. Acesso em: 28 mai. 2024

ALVAREZ, Sonia. Feminismos en movimiento, feminismos en protesta. **Punto Género**. Santiago de Chile, v. 11, p. 73-102, jun. 2019.

ÁLVARO Uribe, um presidente religioso e autoritário. **Correio Braziliense**. Brasília, 02 set. 2009. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/09/02/interna_mundo.139508/alvaro-uribe-um-presidente-religioso-e-autoritario.shtml. Acesso em: 14 fev. 2024.

ALVES, Cintia. Retrocesso: Câmara aprova urgência para projeto de lei que equipara aborto a homicídio. **GGN**. São Paulo, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-a-homicidio/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**. Ciudad de México, v. 14, out. 2008. Disponível em: <https://psicolatina.org/14/genero.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASÍ se registró la primera votación femenina en Colombia. **AA**. Ankara, 02 dez. 2017. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/es/pg/galer%C3%ADa-im%C3%A1genes/-as%C3%AD-se-registr%C3%B3-la-primera-votaci%C3%B3n-femenina-en-colombia#>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BARROS, Douglas Rodrigues; BARBOSA, Cian. Identitários são os outros. **Jacobina**. Brasília, 19 fev. 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/02/identitarios-sao-os-outros/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEDOYA, Rafael Rueda. **El desplazamiento forzado y la pacificación del país**. Medellín: UNAM, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELO, Natália. É possível alterar o sobrenome após o casamento? **Jus Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/e-possivel-alterar-o-sobrenome-apos-o-casamento/1191928682>. Acesso em: 30 mai. 2024.

BIJOS, Leila. Violência de gênero: crimes contra a mulher. **Contexto e Educação**. Ijuí: UNIJUÍ, v. 19, n. 71/72, p. 111-128, jan./dez. 2004.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

BORDA, Leopoldo Villar. El ‘golpe de opinión’ que decepcionó a Colombia. **El Tiempo**. Bogotá, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/dictadura-de-rojas-pinilla-golpe-de-opinion-que-decepciono-a-colombia-506522>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BORGES, Beatriz. Lei Maria da Penha completa 18 anos, mas violência contra a mulher segue crescendo no país. **G1**. Brasília, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/07/lei-maria-da-penha-completa-18-anos-mas-violencia-contra-a-mulher-segue-crescendo-no-pais.ghtml>. Acesso em 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Senado notícias**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>. Acesso em 07 ago. 2024.

BRITTO, Paulo Henriques. **Formas do Nada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CABALLERO, Antonio. **Historia de Colombia y sus oligarquías**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2016.

CADAHIA, Luciana. **Feminismo, deseo y emancipación**: sesión 1. Mapa del feminismo latinoamericano. Nueva York: Dum Dum, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9ku_pHEb5PI. Acesso em 30 nov. 2023.

CADAHIA, Luciana. **Feminismo, deseo y emancipación**: sesión 2. Feminismo, teoría decolonial y autonomismo. Nueva York: Dum Dum, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PYWGWB_7X0g. Acesso em 01 dez. 2023.

CADAHIA, Luciana. **Feminismo, deseo y emancipación**: sesión 3. Feminismo, populismo y psicoanálisis. Nueva York: Dum Dum, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lCOxrh5xhH0>. Acesso em 05 dez. 2023.

CARDINA, Miguel. “Sujeito implicado”: um conceito a explorar. **Buala**. Coimbra, 05 jan. 2020. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/sujeito-implicado-um-conceito-a-explorar>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CASTRO, Sebastián David García. Del sicariato barrial al Congreso: la oscura vida política de Pablo Escobar. **El Tiempo**. Bogotá, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/cultura/gente/pablo-escobar-como-fue-su-vida-politica-620562>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CENTAVEAR. **Breve Diccionario de Colombianismos**. Bogotá: Academia Colombiana de la Lengua, 2012. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0043402788bbce2d2b58a>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CHAGAS, Rodrigo. Colômbia: quatro anos após Acordo de Paz, mais de mil líderes sociais foram mortos. **Brasil de Fato**. São Paulo, 26 set. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/26/colombia-quatro-anos-apos-acordo-de-paz-mais-de-mil-lideres-sociais-foram-mortos>. Acesso em: 07 mar. 2024.

CHOQUE, Marylin. El 60% de los padres prefiere un primogénito varón, según estudio. **La Razón**. La Paz, 05 out. 2014. Disponível em: <https://www.la-razon.com/sociedad/2014/10/05/el-60-de-los-padres-prefiere-un-primogenito-varon-segun-estudio/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: Literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CONFIRA a sinopse do enredo do Paraíso do Tuiuti para o Carnaval 2025. **Carnavalesco**. Rio de Janeiro, 14 mai. 2024. Disponível em: <https://carnavalesco.com.br/confira-a-sinopse-do-enredo-do-paraiso-do-tuiuti-para-o-carnaval-2025/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CLAROSCURO. **DLE**, Diccionario de Lengua Española. Real Academia Española: 2023. Disponível em: <https://dle.rae.es/claroscuro>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COLOMBIA, Ministerio de la Justicia. **Decreto 3518 de 1949**. Bogotá, Diario Oficial, ano LXXXV, n. 27163. 10 nov. 1949. Disponível em: <https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Decretos/1877878>. Acesso em: 23 fev. 2024.

COLOMBIA, Banco de la República. **Análisis demográfico de la Violencia en Colombia**. Bogotá, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://investiga.banrep.gov.co/es/content/analisis-demografico-de-la-violencia-en-colombia>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos. **Las mujeres frente a la Violencia y la discriminación derivadas del conflicto armado en Colombia**. Organización dos Estados Americanos. Washington, D.C. 18 out. 2006.

CORROTO, Paula. El otro ‘boom’ latinoamericano es femenino. **El País**. Madrid, 14 ago. 2017. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2017/08/13/actualidad/1502641791_807871.html. Acesso em: 09 out. 2023.

COSOY, Natalio. A 30 años de las “28 horas de terror”: así fue la toma del Palacio de Justicia en Colombia. **BBC**. Bogotá, 05 nov. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/11/151030_colombia_30_aniversario_toma_palacio_de_justicia_nc. Acesso em: 06 mar. 2024.

COSOY, Natalio. ¿Por qué empezó y qué pasó en la guerra de más de 50 años que desangró a Colombia?. **BBC**. Bogotá, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37181413>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. Feminismo como poética/política. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, p. 9-18: Mulheres, 2004.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: N-1, 2016.

DHONDT, Reindert. Cuerpos mutilados en La Casa de la Belleza: hacia una lectura crítica de Colombia como territorio de violencia y belleza. *In*: MONTES, Alicia; ARES, María Cristina. **Cuerpo y Violencia: De la inermidad a la heterotopía**. Buenos Aires: Argus-a, 2020.

EPIDEMIA. **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/epidemia/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

EPIDEMIA. **Michaelis**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/epidemia/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

ESCALLÓN, Bairon Oswaldo Vélez. Guimarães Rosa e o Bogotazo. **Landa**. Florianópolis: UFSC, vol. 1, n. 2, 2013.

ESCOBAR, Melba. **La Casa de la Belleza**. Bogotá: Emecé / Cruz del Sur, 2015.

ESPOSA pode pedir para retirar sobrenome do marido mesmo durante o casamento. **Poder Judiciário de Santa Catarina**. Florianópolis, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/esposa-pode-pedir-para-retirar-sobrenome-do-marido-mesmo-durante-o-casamento>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ESQUIVEL, Gloria Susana. **¡Dinamita! Mujeres Rebeldes en la Colombia del siglo XX**. Medellín: Comfama, 10 set. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qBvNJxsN_w. Acesso em: 12 mar. 2024.

ESQUIVEL, Gloria Susana. Ofelia Uribe, contra la esclavitud de las mujeres. **El Espectador**. Bogotá, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/ofelia-uribe-contra-la-esclavitud-de-las-mujeres-article/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FEIO. **Michaelis**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/feio/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

FELIX, Al. Diferenças entre Tráfico de Influência e Exploração de Prestígio. **Jus Brasil**. Brasília, mai. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/diferencas-entre-traffic-de-influencia-e-exploracao-de-prestigio/2469379133>. Acesso em: 21 jun. 2024.

FUENTES, Luz Bibiana. La agencia interpersonal frente al fracaso de la intersubjetividad en La Casa de la Belleza de Melba Escobar. **Revista Iberoamericana**. Pittsburgh, vol. LXXXVII, n. 274, p. 207-224, jan./mar. 2021.

GIRALDO, Gustavo Gallon. **Quince años de estado de sitio en Colombia: 1958-1978**. Bogotá: América Latina, 1979.

GIRONDO, Alberto López. Del asesinato de Gaitán al Genocidio de Ruanda. **Tiempo Argentino**. Buenos Aires, 04 set. 2022. Disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/politica/del-asesinato-de-gaitan-al-genocidio-de-ruanda/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GOMES, Wilson. A esquerda identitária e a satanização da maioria. **Cult**. São Paulo, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GUTIÉRREZ, Alberto Valencia. La Violencia en Colombia de M. Guzmán, O. Fals y E. Umaña y las trasgresiones al Frente Nacional. **Entornos**. Cali, vol. 29, n. 2, p. 44-57, nov. 2016.

HABLAR. **DLE**, Diccionario de Lengua Española. Real Academia Española: 2023. Disponível em: <https://dle.rae.es/hablar>. Acesso em: 06 out. 2023.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte: Ensaios e Entrevistas**. Petrópolis: Vozes, 2021.

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. Gênero: breve história de um conceito. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**. Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 9-21, jul./dez. 2018.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Teoria King Kong: O “Escandaloso” Livro de Virginie Despentes. **Psicologia Política**. São Paulo, vol. 18, n. 43, p. 637-642, set./dez. 2018.

HERNÁNDEZ, Natalia Torres. Una breve historia del estado de sitio en Colombia entre 1949 y 1991 de cara al actual paro nacional. **AA**. Bogotá, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/es/an%C3%A1lisis/una-breve-historia-del-estado-de-sitio-en-colombia-entre-1949-y-1991-de-cara-al-actual-paro-nacional/2270880>. Acesso em: 23 fev. 2024.

IDROBO, María Camila. La violencia intrafamiliar sigue aumentando en el país, según cifras de Medicina Legal. **Radio Nacional de Colombia**. Bogotá, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.radionacional.co/noticias-colombia/cifras-violencia-intrafamiliar-en-colombia-medicina-legal>. Acesso em: 22 jul. 2024.

JIMÉNEZ, Jimmy. ¿Cuáles son los requisitos para cambiar el apellido paterno? **Abogados de Familia**. Bogotá, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.abogadodefamiliacolombia.com/abogado/cuales-son-los-requisitos-para-cambiar-el-apellido-paterno>. Acesso em: 30 mai. 2024.

KFOURI, Juca. A palavra é o que é. **Uol**. São Paulo, 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/juca-kfour/2024/03/29/a-palavra-e-o-que-e.html>. Acesso em: 03 abr. 2024.

LAS escritoras colombianas hacen público un manifiesto. **Semana**. Bogotá, 08 nov. 2017. Disponível em: <https://www.semana.com/noticias/articulo/mujeres-escriptoras-colombianas-protestan-discriminacion-politica/66572/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LUGONES, María. Rumo a feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014.

LUNA, Lola G. El logro del voto femenino en Colombia: la violencia y el maternalismo populista, 1949-1957. **XI Congreso Colombiano de Historia**. Bogotá, ago. 2000.

MACIEL, Carolina Pina Rodrigues. Literatura de testemunho: literatura comparada de Primo Levi, Anne Frank, Immaculé Ilibagiza e Michel Laub. **Opiniões**. São Paulo, n. 9, p. 74-80, 2016.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cien años de soledad**. Buenos Aires: Debolsillo, 2016.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 56, out. 2019.

MARTÍNEZ, Adelaida. Feminismo y literatura en Latinoamérica. **Historia de las Mujeres**. Lima, ano I, n. 3, out. 1999.

MENDOZA, Hugo Andrés Arena. 200 años de Constituciones nacionales colombianas (1821-2021). **Cuestiones Constitucionales: Revista Mexicana de Derecho Constitucional**. Ciudad de México, n. 45, jul./dez. 2021.

MENEZES, Leilane. Biografia de um crime sem castigo. **Metrópoles**. Brasília, 26 nov. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/estupro-no-brasil-99-dos-crimes-ficam-impunes-no-pais>. Acesso em 07 ago. 2024.

MOLANO, Enrique Santos. La Guerra de los Mil Días. **Credencial Historia**. Bogotá, n. 173, mai. 2004. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-173/la-guerra-de-los-mil-dias>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MORAES, Dênis de. A vida banal com o vírus do consumo. **A terra é redonda**. Rio de Janeiro, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-vida-banal-com-o-virus-do-consumo/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MOSCATIELLO, Giovanna. *Outras Cartografias: Femicídio na América Latina*. **Outras palavras**. São Paulo, 04 nov. 2020 (atualizado em 23 dez. 2020). Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/outras-cartografias-femicidio-na-americalatina/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Mulheres e dote no Brasil. **Estudos Feministas – Resenhas**. Florianópolis, ano 10, p. 246-247, 1º semestre/2002.

NASCIMENTO, Thays do. Entenda sobre o ponto de não retorno da Amazônia. **Eccaplan**. São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://eccaplan.com.br/ponto-de-nao-retorno-da-amazonia-entenda-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Meio século de mudança: a representação da mulher na ficção de mulheres hispano-americanas. **Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea**. Brasília, p. 35-58: UnB, 2008.

NEIRA, Mauricio Archila. El paro cívico nacional del 14 de septiembre de 1977. Un ejercicio de memoria colectiva. **Revista de Economía Institucional**. Bogotá, vol. 18, n. 35, p. 313-318, 2º semestre/2016.

NJAINE, Kathie; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da. RODRIGUES, Ana Maria Mújica. GOMES, Romeu. DELZIOVO, Carmem Regina. **Violência e perspectiva Relacional de gênero**. Florianópolis: UFSC, 2014.

OBSERVATORIO Laboral das Américas. **Ficha informativa do país: Colômbia (2020)**. Confederación Sindical de Trabajadores/as de América; Confederación Sindical Internacional. Disponível em: <https://csa-csi.org/wp-content/uploads/2021/01/Ficha-Colombia-POR.pdf>.

OCAMPO, Olga. “Compañera y no sierva”: Los avatares hacia el sufragio femenino en Colombia. **Ambiente Jurídico**. Bogotá, n. 18, p. 11-34, 2015.

PADINGER, Germán. Historia de las FARC en Colombia: del conflicto hasta la desmovilización y la disidencia. **CNN**. Buenos Aires, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/06/28/cual-es-historia-farc-colombia-orix/>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PAÉZ, Fito. Al lado del camino. **Abre**. Buenos Aires: Warner Music Argentina SA, 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QIWvuc0ALbg>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PAGGI, Gisela. El claroscuro o el extremismo emocional. **Ulrica**. Sierras Bayas, 13 mai. 2021. Disponível em: <https://www.ulricarevista.com/post/el-claroscuro-o-el-extremismo-emocional>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PAULO, Edilene Perpétua Socorro. **Literatura de Carolina Maria de Jesus na prática pedagógica numa perspectiva de diálogo intercultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

PEACOCK, Melinda. Gender Violence in La Casa de la Belleza by Melba Escobar. **Pandion: The Osprey Journal of Research and Ideas**, vol. 3, n. 1, 2022.

PEREIRA, Manuela Rached. 21 homens, 12 mulheres: quem são deputados que assinam PL antiaborto. **Uol**. São Paulo, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2024/06/13/21-homens-12-mulheres-quem-sao-deputados-que-assinam-projeto-antiaborto.htm>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PÉREZ V., Gerson Javier; MEJÍA, Irene Salazar. La pobreza en Cartagena: un análisis por barrios. **Documentos de Trabajo Sobre Economía Regional**. Cartagena de Indias: Banco de la República – Sucursal de Cartagena, 2007.

PINILLA, Gustavo Rojas. Discurso por el golpe de Estado a Laureano Gómez. **Señal Memoria**. Bogotá, 13 jun. 1953. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/rtvc-assets-senalmemoria.gov.co/s3fs-public/2021-07/1.%20Gustavo%20Rojas%20Pinilla->

Discurso%20por%20el%20golpe%20de%20Estado%20a%20Laureano%20G%C3%B3mez_0.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

PIRES, Maria Isabel Edom. Estrangeiras no próprio país. **Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea**. Brasília, p. 59-71: UnB, 2008.

PISANO, Margarita. **El triunfo de la masculinidad**. Fem-e-libros, 2024. Disponível em: <https://www.avlaflor.org/wp-content/uploads/2020/04/El-Triunfo-de-la-masculinidad.-Pisano.pdf>.

PORTO, Julián Pérez; MERINO, María. **Claroescuro – Qué es, definición, orígenes y en el lenguaje coloquial**. 07 set. 2021. Disponível em: <https://definicion.de/claroescuro/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PREFERENCIA por los hijos varones. **Fondo de la Población de las Naciones Unidas**. Nova Iorque, 04 out. 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/es/preferencia-por-los-hijos-varones#readmore-expand>. Acesso em: 30 mai. 2024.

REINA, Elena; CENTENERA, Mar; TORRADO, Santiago. América Latina é a região mais letal para as mulheres. **El País**. São Paulo, 27 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. Acesso em: 28 set. 2023.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Emigrante e Imigrante. Estrangeiro. Nacional e Internacional. **Patologia Tropical**. Goiânia, vol. 42 (4), outubro-dezembro/2013.

RICCÍ, María del Mar Delgado. Literatura de crímenes femenina y feminista en Colombia: cuerpo de mujer, misoginia y patriarcado a través de Laura Restrepo y Melba Escobar. **Telar**. Tucumán, n. 26, p. 143-161, janeiro-junho/2021.

RICHARD, Nelly. **Masculino/Femenino: prácticas de la diferencia y cultura democrática**. Santiago de Chile: Francisco Zegers Editor, 1993.

RIVERA, Edgar de Jesús Velásquez. Historia del paramilitarismo en Colombia. **História**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007.

RODRIGUEZ, Paola Gina. Chulavitas, Pájaros y Contrachusmeros. La violencia parapolicial como dispositivo antipopular en la Colombia de los 50. **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Anais eletrônicos. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-010/487.pdf>.

ROJAS, Jonathan Calderón. Etapas del conflicto armado en Colombia: hacia el posconflicto. **Latinoamérica**. Ciudad de México, n. 62, p. 227-257.

ROSA, João Guimarães. Páramo. **Revista Prosa Verso e Arte**. Rio de Janeiro, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoarte.com/paramo-joao-guimaraes-rosa/>. Acesso em 09 mai. 2024.

ROSSET, Clément. **O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 1988.

ROTHBERG, Michael. **The Implicated Subject. Beyond Victims and Perpetrators.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

SABOGAL, Winston Manrique. Colômbia: a violência como matéria-prima das artes. **O Globo.** Rio de Janeiro, 04 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/colombia-violencia-como-materia-prima-das-artes-17676094>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SÁNCHEZ, Eduardo Gabriel Osorio; GARCÍA, Erika Tatiana Ayala; CÁRDENAS, Jesús Ernesto Urbina. La mujer como víctima del conflicto armado en Colombia. **Academia & Derecho.** Cúcuta, ano 9, n. 16, p. 49-66, janeiro-junho/2018.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o Plano Colômbia.** Boa Vista: UFRR, 2011.

SANTOS, Yuri Andrei Batista; SARDÁ, Daniela Nienkötter; CAVALCANTE FILHO, Urbano; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Abordagens comparativistas nos estudos literários e interartes. **Linha D'Água.** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1–10, dez/2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/205097/196739>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: Poder e Impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SETOR de beleza tem mais de 524 novos negócios abertos por dia em 2023. **Agência Sebrae.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empresendedora/setor-de-beleza-tem-mais-de-524-novos-negocios-abertos-por-dia-em-2023/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SITA, Maria Tereza. **Entenda a distribuição dos bairros em Bogotá.** Bogotá, 03 set. 2015. Disponível em: <https://eagoraeeu.wordpress.com/2015/09/03/entenda-a-distribuicao-dos-bairros-em-bogota/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SONTAG, Susan. **Contra la interpretación y otros ensayos.** Barcelona: Seix Barral, 1984.

SOUZA, Altay de; FUJIOKA, Ken. A educação científica salvará o mundo? **Naruhodo.** São Paulo, ep. 414, 1º abr 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OLaBswX9yM>. Acesso em: 09 ago 2024.

SOUZA, Jair. A realidade não pode ser substituída por palavras. **Viomundo.** São Paulo, 28 ago 2024. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/jair-de-souza-a-realidade-nao-pode-ser-substituida-por-palavras.html>. Acesso em: 28 ago 2024.

SOUZA, Suellen André de. **Leis de combate a violência contra a mulher na América Latina: uma breve abordagem histórica.** In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: Anpuh, 2013.

SUÁREZ, Jaime Flórez. La historia de una carta que pudo haber evitado el conflicto armado en Colombia. **El Espectador.** Bogotá, 14 nov. 2015. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/la-historia-de-una-carta-que-pudo-haber-evitado-el-conflicto-armado-en-colombia-article-599330/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SZTAJNSZRAJBER, Darío. **El amor es imposible: Ocho tesis filosóficas**. Buenos Aires: Paidós, 2023.

TABORDA, Sebastián Mesa. **“La lucha sigue”**. La continuidad discursiva fariana en la Segunda Marquetalia. Un análisis desde los documentos oficiales de las FARC-EP y los rearmados. Medellín: UdeA, 2023.

TERAN, Claudio Alvarez. A esperança radical. **Outras palavras**. São Paulo, 29 mai 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/byung-chulhan-sobre-a-esperanca-radical/>. Acesso em: 09 ago 2024.

TREJOS, Luis Fernando; ARANA, Roberto González. El Partido Comunista Colombiano y la combinación de todas las formas de lucha. Entre la simpatía internacional y las tensiones locales, 1961-1981. **Izquierdas**. Santiago de Chile, n. 17, p. 64-80, dez. 2013.

VENDA casada. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/venda-casada>. Acesso em: 27 jul. 2024

VIVIESCAS, Victor. El arte en los tiempos de conflicto: El reclamo de la víctima. **Calle 14**. Bogotá, v. 11, n. 20, p. 14-33, 2016.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ANEXO A



CONSENTIMIENTO INFORMADO PARA EL REGISTRO DE VIDEO Y VOZ.

Con la finalidad de enriquecer las reflexiones de la investigación titulada **Un recorte de la literatura contemporánea de autoría femenina: iniciaciones e inoculaciones**, se solicita el consentimiento de la persona entrevistada para llevar a cabo la grabación de video y voz que servirá como insumo para los objetivos de este estudio. La grabación que, definitivamente, se plantea menos como una entrevista y más como una charla, no será publicada nunca, en ningún vehículo de comunicación, sea televisivo, radiofónico o cibernético; esta grabación sólo será usada para fines académicos, pudiendo, tal vez, haber transcripciones de habla de algún comentario de la entrevistada que, quizá, será incluido, de manera contextualizada y oportuna, en el producto final: la disertación de maestría y/o un eventual artículo científico.

Nombre de la entrevistada: *Melba Escobar,*
Cédula: *52.249.269 Bta.*

Firma 

Nombre del entrevistador: **Heitor Luique Ferreira de Oliveira**

Cédula de identidad: 13.538.021 (MG BR)



05 de diciembre de 2023